



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO – CET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

ANA PAULA DA SILVA REBELO

**DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E TURISMO: ANÁLISE DA
CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE
BRAGANÇA-PA.**

Brasília/DF
2017

ANA PAULA DA SILVA REBELO

**DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E TURISMO: ANÁLISE DA
CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE
BRAGANÇA-PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Turismo, nível Mestrado Profissional em Turismo, do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, na área de concentração: Cultura e Desenvolvimento Regional, na linha de pesquisa de Desenvolvimento, Políticas Públicas e Gestão no Turismo, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marutscka Martini Moesch.

Brasília/DF
2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Rebelo, Ana Paula da Silva

RR291d Desenvolvimento endógeno e turismo: análise da construção das políticas públicas do município de Bragança-PA / Ana Paula da Silva Rebelo; orientador Marutscka Martini Moesch. -- Brasília, 2017.

143 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Turismo) -- Universidade de Brasília, 2017.

1. Políticas públicas. 2. turismo. 3. desenvolvimento endógeno. 4. Bragança do Pará. I. Moesch, Marutscka Martini, orient. II. Título.

ANA PAULA DA SILVA REBELO

**DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E TURISMO: ANÁLISE DA
CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE
BRAGANÇA-PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Turismo, nível Mestrado Profissional em Turismo, do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, na área de concentração: Cultura e Desenvolvimento Regional, na linha de pesquisa de Desenvolvimento, Políticas Públicas e Gestão no Turismo, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre. Aprovada pela banca abaixo relacionada:

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marutschka Martini Moesch (CET/UnB)
Orientadora/Presidente da Banca

Prof. Dr. Fernando Luiz Araujo Sobrinho (GEA/UnB)
Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Maria Elenita Menezes Nascimento (CET/UnB)
Membro Interno

Prof.^a Dr.^a Donária Coelho Duarte (CET/UnB)
Membro Suplente

Brasília/DF
2017

Aos meus pais, Humberto e Socorro, exemplo de amor, carinho, respeito, dedicação, determinação e por me ensinarem a valor dos estudos; e ao meu marido Janderson Santos por toda cumplicidade, companheirismo, amor e carinho dedicados ao longo dessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida e do amor. Depois aos meus pais, Humberto e Socorro, por todo amor e carinho dedicados ao longo da minha vida, por serem o exemplo de luta e dedicação e por me ensinarem o valor dos estudos, além da compreensão em relação às minhas ausências. E também aos meus irmãos Marcos Vinicius e Mateus pelo amor e carinho dedicados e pelo apoio.

Ao meu marido Janderson que sempre me incentivou, me deu forças nas horas de desânimo, pela compreensão e paciência nos momentos de falta e por todo amor e carinho dedicados em toda essa jornada.

À minha querida orientadora, Marutschka Moesch, por me ensinar o verdadeiro valor do conhecimento, pela paciência, pelo incentivo e dedicação, pelas orientações valiosas.

À família Sousa, Claudina Lima e Daniel Sousa, que tão amorosamente me acolheu em sua casa em Brasília durante esses dois anos de mestrado. E à família Marinho, Jorge Marinho e Maria Helena Palheta, essa família paraense que também me acolheu com tanto carinho em Brasília.

Aos meus amigos sempre tão presentes: Adriana Monteiro, Camila Mumbach, Mariana Tomazin, Thiago Carvalho, Vanessa Oliveira, Kezya Coelho e Tatiana Modesto, que além do apoio nos momentos difíceis, quando sentia saudade de casa, da companhia na vida acadêmica, também me acolheram em sua casa.

À família Freitas, Maria de Nazaré e Claiton Freitas, que sempre me recebeu em sua casa em Bragança e me apoiou, especialmente dona Nazaré pela ajuda durante a pesquisa em Bragança.

E a minha amiga querida Letícia Freitas pelo carinho e amizade dedicados, pelo companheirismo e incentivo para que eu fizesse a seleção de mestrado, por me ajudar a me estabelecer em Brasília durante o curso, pelo apoio durante a pesquisa de campo e pelos momentos de descontração.

Às minhas amigas da UFPA, Nayara Tadaiesky e Glauce Vitor, e da SETUR, Keyse Viana e Maria Pinheiro, que também me foram esteio e me apoiaram e incentivaram.

E a todos aqueles que foram de suma importância durante esta caminhada, minha eterna gratidão.

RESUMO

O município de Bragança fica a 210 km da capital, Belém, localizado na mesorregião Nordeste do Pará. É um dos destinos prioritários do turismo no estado do Pará, faz parte do Polo Amazônia Atlântica, uma das regiões turísticas definidas para o Estado no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil do Ministério do Turismo - MTur. Em 2009, foi classificada pela Companhia Paraense de Turismo – PARATUR, na época órgão oficial de turismo no Estado, como Município Turístico e, em 2011, foi declarado como município prioritário no Plano Ver-o-Pará - Plano Estratégico do Governo do Estado do Pará. Esse contexto político permite avaliar as relações entre a política pública de turismo proposta e o desenvolvimento na localidade, ou seja, quais são as possibilidades de o turismo ser um processo de desenvolvimento endógeno em Bragança-PA. Assim, essa dissertação tem como objetivo analisar o processo de construção das políticas de turismo de Bragança, ao longo dos últimos doze anos, e sua relação com desenvolvimento endógeno. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, que buscará descrever e interpretar o processo ocorrido. Desta forma, o nível de profundidade do estudo é de caráter descritivo e interpretativo, pois para chegar a esse grau exigido pela pesquisa qualitativa é necessário descrever os fatos e os fenômenos com fidelidade, interpretando-os de forma realística, a fim de conhecer e entender os mesmos fatos e fenômenos considerando os elementos tanto semelhantes como os contraditórios. Foi adotado como, estratégia metodológica, o estudo de caso, desta forma, através dele busca-se alcançar os objetivos e encontrar respostas para os problemas e questões de pesquisa, de maneira a ampliar o conhecimento e a informação para a sociedade atual e encontrar respostas para inquietações pessoais do pesquisador.

Palavras-chave: políticas públicas, turismo, desenvolvimento endógeno, Bragança do Pará

ABSTRACT

The municipality of Bragança is 210 km from the capital, Belém, located in the northeast mesoregion of Pará. It is one of the priority tourist destinations in the state of Pará, is part of the Polo Amazônia Atlântica, one of the tourist regions defined for the State in the Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil of the Ministério do Turismo - MTur. In 2009, it was classified by Companhia Paraense de Turismo – PARATUR, at that time official tourism organ in the State, as Tourist Municipality and, in 2011, was declared a priority municipality in the Plano Ver-o-Pará - Strategic Plan of the Government of the State of Pará. This political context allows to evaluate the relations between the proposed public tourism policy and the development in the locality, that is, what are the possibilities of tourism being an endogenous development process in Bragança-PA. Thus, this dissertation aims to analyze the process of construction of tourism policies in Bragança, over the last twelve years, and its relationship with endogenous development. It is a qualitative research that will seek to describe and interpret the process that has occurred. In this way, the level of depth of the study is descriptive and interpretative, because to reach this degree required by qualitative research it is necessary to describe the facts and phenomena with fidelity, interpreting them realistically, in order to know and understand the same facts and phenomena by considering the elements of both similar as contradictory. It was adopted as a methodological strategy the case study, in this way, through it seeks to achieve the objectives and find answers to the problems and questions of research, in order to broaden the knowledge and information for the current society and find answers to concerns of the researcher.

Keywords: public policies, tourism, endogenous development, Bragança of Pará.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Limites do município de Bragança/PA.....	71
Figura 2 - Trajeto Belém-Bragança	72
Figura 3 – Caranguejo-açu (<i>Ucides Cordatus</i>).....	73
Figura 4 – Produtor rural torrando a farinha na casa de farinha montada durante o XXIV Festival Junino de Bragança em 2012	75
Figura 5 – Delimitação da área do Polo Amazônia Atlântica.....	77
Figura 6 - Praia de Ajuruteua	84
Figura 7 - Orla de Bragança banhada pelo Rio Caeté	91
Figura 8 - Praia da Mariquita tem acesso apenas por barco, com detalhe dos ranchos de pescadores	92
Figura 9 – Igreja de São Benedito.....	93
Figura 10 – Coreto Pavilhão Senador Antônio Lemos	93
Figura 11 - Antiga caixa d'água da Estrada de Ferro Belém-Bragança, localizada no bairro do Taíra.....	94
Figura 12 – Trajeto Rota Turística Belém-Bragança	95
Figura 13 – Execução do ritual da dança da Marujada no Teatro Museu da Marujada	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelo de quadro teórico de análise do conteúdo para interpretação dos documentos coletados	57
Quadro 2 – Quadro síntese das ações de planejamento do turismo em Bragança/PA	88
Quadro 3 – Níveis de Participação.....	106
Quadro 4 - Perfil dos atores sociais investigados.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Produto Interno Bruto, números do Estado do Pará e do município de Bragança, 2014.....	74
Tabela 2 – Produção Agrícola Municipal 2015 de Bragança/PA – Lavoura Temporária.....	75
Tabela 3 – Número de turistas por Polo turístico paraense, 2015.....	78
Tabela 4 – Percentual dos Estados emissores, por ocasião do Carnaval de Bragança 2014 e da Festividade do Glorioso São Benedito 2013	79
Tabela 5 – Meios de hospedagem utilizados, por ocasião do Carnaval de Bragança 2014 e da Festividade do Glorioso São Benedito 2013	80
Tabela 6 – Gênero dos visitantes, por ocasião do Carnaval de Bragança 2014 e da Festividade do Glorioso São Benedito 2013	81
Tabela 7 – Ocupação Hoteleira por Número de UH's Ocupadas, 2015	83
Tabela 8 – Ocupação Hoteleira por Número de Hóspedes, 2015	83

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Adepará - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
APA - Área de Proteção Ambiental
Cadastur - Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo
CET – Centro de Excelência do Turismo
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
COMTUR - Conselho Municipal de Turismo
EFBB - Estrada de Ferro Belém-Bragança
Factor - Faculdade de Turismo
FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
Fomentur - Fórum de Desenvolvimento Turístico do Pará
FORTUR Amazônia Atlântica - Fórum Regional de Turismo do Polo Amazônia Atlântica
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LOA – Lei Orçamentária Anual
MTur – Ministério do Turismo
ONU - Organização das Nações Unidas
PARATUR – Companhia Paraense de Turismo
PIB - Produto Interno Bruto
PMB - Prefeitura Municipal de Bragança
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PPA – Plano Plurianual
PRT – Programa de Regionalização do Turismo
RESEX – Reserva Extrativista
SECULD – Secretaria Municipal de Cultura e Desportos de Bragança
SEGETUR - Sistema Estadual de Gestão do Turismo
SEMAD - Secretaria Municipal de Administração e Defesa Social de Bragança
SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral de Bragança
SETRAN – Secretaria de Estado de Transporte do Pará

SETUR – Secretaria de Estado de Turismo do Pará

SETUR – Secretaria Municipal de Turismo de Bragança

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUS – Sistema Único de Saúde

TBC – Turismo de base comunitária

UFPA - Universidade Federal do Pará

UH – Unidade Habitacional

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: DO DISCURSO A PRÁTICA - POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO	20
1.1. O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	21
1.1.1. Políticas públicas	21
1.1.2. Políticas públicas de turismo	26
1.2. A COMPREENSÃO SOBRE O TURISMO COMO PRÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO	29
1.3. PARA ALÉM DO CRESCIMENTO ECONÔMICO - O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO	35
1.3.1. Desenvolvimento, endogenia e turismo	35
CAPÍTULO 2: CAMINHO METODOLÓGICO	45
2.1. TRAJETÓRIA DA PESQUISA	46
2.2. CATEGORIAS OPERATÓRIAS DA ANÁLISE	55
2.3. OBJETO DE PESQUISA: O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA DO PARÁ E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO	58
2.3.1. Programa de Regionalização do Turismo – PRT e suas implicações no município de Bragança	58
2.3.2. Plano Ver-o-Pará – Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará 2012-2020	65
2.3.3. Caracterização do município de Bragança do Pará	70
2.3.4. O turismo em Bragança	77
CAPÍTULO 3: DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO PELO TURISMO	100
3.1. O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO E AUTOGESTÃO NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO	100
3.2. ANÁLISE DOS ACHADOS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE TURISMO EM BRAGANÇA DO PARÁ	108
EVIDÊNCIAS FINAIS	128
REFERÊNCIAS	132
APÊNDICES	138

ANEXOS	142
---------------------	------------

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou investigar o processo de construção das políticas de turismo no município de Bragança do Pará, dentro do recorte temporal correspondente ao ano de criação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, 2004, quando o município foi integrado como prioritário no programa até 2016.

Bragança é um dos destinos prioritários do turismo no Pará reconhecido em âmbito federal e estadual, tanto que dentro do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) - Roteiros do Brasil do Ministério do Turismo – integra o Polo Amazônia Atlântica¹, uma das regiões turísticas prioritárias definidas pelo Estado. Já em nível estadual, em 2009, foi classificada pela Companhia Paraense de Turismo – PARATUR, na época, órgão oficial de turismo no Estado do Pará, como Município Turístico² e, em 2011, foi declarado como município prioritário no Plano Ver-o-Pará - Plano Estratégico do Governo do Estado do Pará (PARÁ, 2011).

O fato é que, apesar disso, em Bragança a realidade expressa um discurso contraditório de valorização do turismo, onde o poder público não trata o turismo com efetiva prioridade, as ações intituladas políticas públicas se restringem, na maioria das vezes, a promoção de eventos, como Réveillon, Carnaval, por exemplo,

¹ Na década de 1990, a PARATUR fez o zoneamento turístico do Estado e definiu 4 (quatro) Polos de desenvolvimento setorial (Costa Atlântica, Tapajós, Marajó e Araguaia-Tocantins). Que no primeiro Plano de Turismo elaborado em 2001 foram redefinidos, houve o desmembramento de um polo e a criação de outro, definindo os atuais 6 (seis) polos turísticos do Pará (Belém, Amazônia Atlântica, Marajó, Araguaia-Tocantins, Tapajós e Xingu) (PARÁ, 2011). Assim, podemos perceber que a criação dos Polos Turísticos no Estado se deu a mais de 10 (dez) anos antes do lançamento do Programa de Regionalização do Turismo que foi realizado em 2004 (PARÁ, 2011).

² De acordo com a Resolução nº. 02/2009 foram estabelecidos critérios para a classificação dos municípios do Estado do Pará em Municípios Turísticos, Municípios de Potencial Turístico e Municípios de Apoio ao Turismo, pela PARATUR, de acordo com a nova Política de Regionalização do Turismo estabelecida no Decreto Estadual de nº 1.066, de 19 de junho de 2008. A classificação por meio de pontuações ocorre hierarquicamente em: Município Turístico, para aquele município que alcança no mínimo 70 pontos; Município com Potencial Turístico, para o que alcança no mínimo 50 pontos; e, Município de Apoio ao Turismo, para o que alcança no mínimo 25 pontos, dos itens relacionados no documento que estão vinculados a aspectos da Gestão do Turismo e a Organização do *trade* turístico, como: o município ter órgão responsável pela pasta de Turismo (Secretaria, Fundação, Departamento, Superintendência, etc.) devidamente estruturado, ter Conselho Municipal de Turismo instalado e em pleno funcionamento, ter ou se comprometer dentro do prazo estabelecido a elaborar inventário da oferta turística, se comprometer a orientar e mobilizar os prestadores de serviços turísticos a se cadastrarem no Cadastur (Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor do turismo) executado pelo Ministério do Turismo - MTur, realizar a pesquisa de demanda turística (alta e baixa estação), ter ou se comprometer dentro do prazo estabelecido a elaborar um Plano Estratégico para o turismo, entre outros critérios (PARÁ, 2016).

implicou no questionamento sobre a qualidade destas ações como políticas públicas na direção do desenvolvimento endógeno pelo turismo.

O município não tem um Plano Municipal de Turismo, ou ainda, normas ou leis específicas que garantam a qualidade do turismo. Somada a isso há uma dificuldade na captação de recursos para o desenvolvimento do turismo no município, na verdade, esta é uma realidade encontrada em diversos municípios do Estado do Pará, que muitas vezes não possuem orçamento próprio e necessitam de recursos estaduais e federais para a realização de programas e projetos.

Além disso, na maioria dos casos o que percebemos é que há uma carência nos planos governamentais do uso de fundamentos teóricos e metodológicos, que possam subsidiar a elaboração de políticas públicas de turismo, cujos modelos sigam métodos próprios condizentes com a realidade dos locais aonde estes venham a ser desenvolvidos. Nesse caso, busca-se esclarecer se trata-se de situação semelhante recorrente no ente objeto do estudo.

Bragança é um destino prioritário, por tanto, quais características lhe faltariam para ser considerado um destino indutor no estado do Pará e servir de modelo para o desenvolvimento do turismo regional e da roteirização? Faltam investimentos em infra-estrutura turística nesse destino; ações de qualificação e certificação profissional; ou certificação de empreendimentos turísticos? São condições necessárias para a estruturação dos destinos turísticos do país em padrão de qualidade internacional.

Este estudo se originou da inquietação da pesquisadora, como agente envolvido no processo de construção das políticas de turismo, de investigar a relação entre a teoria e prática das políticas de turismo em Bragança, construídas nos últimos doze anos, com a finalidade de desvelar esse processo e verificar seus resultados, para entender quais as possibilidades do desenvolvimento endógeno acontecer na localidade.

Dentro desta perspectiva, propõe-se como problema de pesquisa compreender como as práticas intituladas de políticas de turismo no município de Bragança são possibilitadoras de um desenvolvimento endógeno?

Partindo desta problematização, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo de construção das políticas de turismo de Bragança, nos últimos doze

anos como destino prioritário do turismo regional, e as possibilidades do desenvolvimento endógeno.

Fundamentado nisto, estabeleceram-se como objetivos específicos: apresentar a concepção de “política pública de turismo” em Bragança nos últimos doze anos; analisar o distanciamento ou proximidade do vem a ser uma política que gera, de fato, desenvolvimento local endógeno com as práticas adotadas pelo município de Bragança, segundo as teorias apresentadas; identificar os documentos que serviram como base nas ações em turismo no município estudado; identificar os efeitos dos programas, projetos e as ações realizados pela pasta do turismo levando em conta o desenvolvimento endógeno, no mesmo período indicado acima; analisar programas, projetos e ações levantados com o intuito de entender o conceito de turismo e participação social presentes nestes; e finalmente identificar se há a participação da comunidade local na construção das ações voltadas para o turismo.

Esses objetivos específicos se submetem a compreensão de conceitos presentes, nos documentos oficiais, até a identificação dos efeitos do processo de construção das políticas de turismo, que vem acontecendo nos últimos doze anos, para o desenvolvimento endógeno em Bragança.

O desenvolvimento endógeno, um dos conceitos-chave deste trabalho, deve ser entendido como o tipo de desenvolvimento que visa atender às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida, com o objetivo de buscar o bem-estar sociocultural e econômico da mesma.

O referencial teórico passou pela compreensão da concepção de políticas públicas, políticas públicas de turismo e turismo, pela relação entre o desenvolvimento, a endogenia e o turismo e pela participação da comunidade local no processo de construção das políticas de turismo, buscando desvelar as contradições existentes nesse processo.

A partir desses direcionamentos foram utilizados diversos autores como Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), Lourenço (2005), Gastal e Moesch (2007), Araujo e Taschner (2012), Molina (1997), Tribe (1997), Moesch (2002), Gastal (2004), Beni (2007), Gastal e Moesch (2007), Morin e Kern (1993), Brose (2000), Barquero (2004) e (2007), Beni (2006), Santos (2009), Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2010), Bordenave (1987), Demo (1996), Brandon (2001) e Sampaio

(2013), que ajudaram a compor o quadro de análise interpretativo da presente dissertação.

Utilizou-se o estudo de caso como modelo de investigação, elegendo-se Bragança do Pará para o recorte da realidade. A coleta de dados foi realizada a partir da aplicação de questionários com pessoas fontes associada à análise de documentos oficiais publicados pela Prefeitura Municipal de Bragança relacionados às políticas de turismo do município, que serviram de base para as análises documental e de conteúdo.

O conteúdo construído foi distribuído em três capítulos conforme a necessidade de desenvolvimento da temática que constituem as concepções adotadas e defendidas, balizado pelo quadro de análise, assim como, o caminho metodológico percorrido e a descrição e contextualização do objeto em pauta e, findando na análise dos achados à luz das categorias interpretativas.

O primeiro capítulo constituiu-se fundamentalmente pela discussão teórica acerca das políticas públicas, do turismo e do desenvolvimento endógeno, como base indispensável para o desenvolvimento do tema, buscando construir uma discussão crítica a partir da atual necessidade da aplicação de uma política pública democrática que apresente uma concepção não fragmentada do conceito de turismo e que seja capaz de promover um desenvolvimento endógeno de fato, a fim de colaborar para a construção de novos olhares sobre esses conceitos-chave.

O segundo capítulo, além de apresentar o caminho metodológico realizado para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, buscou descrever o objeto de estudo escolhido, no caso, caracterizar Bragança e mostrar as ações de turismo empreendidas na localidade.

O terceiro capítulo conduz a discussão em torno da importância da participação nas políticas públicas como um dos desafios para o desenvolvimento endógeno. Mas, principalmente, traz a análise do estudo de caso à luz das categorias operatórias com os detalhes acerca do processo de investigação e seus resultados, aqui a intenção é revelar os achados acerca do processo de construção das políticas públicas a partir dos documentos oficiais e dos atores sociais envolvidos neste processo, além de seus avanços e dificuldades frente à política pública, turismo, desenvolvimento endógeno e participação.

CAPÍTULO 1: DO DISCURSO A PRÁTICA - POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO

A finalidade deste capítulo é, à luz das teorias, compreender os conceitos de políticas públicas, turismo, desenvolvimento endógeno, comunidade e participação, e suas relações, considerando o turismo, enquanto fenômeno social complexo, cada vez mais valorizado, principalmente como forma de lazer tem provocado desafios econômicos, sociais, culturais e políticos para as comunidades locais, pois ele vem assumindo novos formatos e atingindo mais sujeitos e suas culturas.

É fundamental uma análise das intervenções e induções do Estado relacionadas ao turismo e seus desdobramentos como política pública, que necessitam ser examinadas com atenção, pois seus impactos possuem caráter dialético, apesar de trazerem benefícios, como emprego e renda, podem ter consequências indesejadas para a comunidade local.

Sempre fazendo relação com o turismo, discutiremos o conceito de desenvolvimento e sua trajetória até os dias atuais, até chegar ao momento em que o desenvolvimento se uniu ao conceito de endogenia, sendo necessário neste percurso fazer a distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico.

Ao final esperamos alcançar o objetivo fim desta discussão que é a priori entender a relação entre o turismo e o desenvolvimento endógeno. Para posteriori, concluído o trabalho de campo, chegar ao objetivo principal desta dissertação e responder o problema de pesquisa proposto, que propõe entender se as práticas intituladas de políticas públicas de turismo no município de Bragança são possibilitadoras de um desenvolvimento endógeno?

1.1. O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

1.1.1. Políticas públicas

O termo política é “derivado do adjetivo originado de *pólis (politikós)*, que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social”. Essa ideia se expandiu, desde a sua origem, para a forma de saber mais ou menos organizada sobre o conjunto de coisas relacionadas ao político, ou seja, as coisas que se refere à cidade, ao urbano, ao civil, ao público, graças à influência de Aristóteles com sua obra intitulada *Política*, primeira obra a tratar “sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade” (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 954).

Posteriormente o “termo Política foi usado durante séculos para designar principalmente obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado” (idem), até chegar na época moderna onde passou a ser comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência o Estado, e atualmente permanece essa ideia de política ligada ao Estado e tão somente a ele.

No Brasil, não podemos dizer que existiram políticas nacionais antes de 1930, porque o que prevalecia, até esse momento, eram as oligarquias regionais que agiam independente de um comando central. “Também não existiam instituições democráticas da sociedade civil³ com poder de influenciar decisões políticas em

³ Para o melhor entendimento esclarecemos que o termo sociedade civil que foi utilizado no texto de Lourenço (2005), e que veremos sendo utilizado por autores, não será utilizado como base neste trabalho. Já que entendemos como sociedade civil como “um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural” (CASTELLS, 2000, p. 24). Ou seja, entendemos que este termo não representa a comunidade local em sua totalidade, representa apenas pequenos grupos de pessoas organizadas em torno de um interesse comum.

nível nacional. Apenas o Congresso Nacional, eleito por uma minoria estreita da população, com direito e acesso ao voto, podia ser considerado uma instituição com características mais democráticas em nível nacional” (LOURENÇO, 2005, p. 49).

O processo político se dava de cima para baixo, atendendo aos anseios da classe industrial brasileira emergente, sem levar em consideração as necessidades da população, devido à ausência de instituições democráticas que pudessem orientar e mediar a implantação da política industrial. A Era Vargas marcou o início de um projeto de desenvolvimento econômico no Brasil, com políticas públicas voltadas para a economia. Mas apesar desse contexto, foi também nesse período que se introduziu uma política social, com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT – e de uma rede de amparo social, apesar de restrita apenas aos trabalhadores formais (idem).

O governo de Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas vieram para encerrar a Era Vargas, trouxe consigo um novo modelo desenvolvimentista com a abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro, baseado na criação da oferta de bens de consumo duráveis, e consolidou a urbanização brasileira à custa da expulsão da população rural, principalmente, do Nordeste, o que provocou um movimento de reivindicação de mudanças desse modelo desenvolvimentista que os excluía e criou instabilidade social (idem).

Esse contexto de instabilidade foi ideal para a ascensão dos militares ao poder em 1964, um governo opressor que fortaleceu o governo central, sufocou os anseios populares, reprimiu as liberdades democráticas, principalmente as de imprensa, e desarticulou os movimentos sociais emergentes. Houve também a abertura para a entrada de capital estrangeiro na forma de empréstimos, a fim de satisfazer as necessidades das empresas multinacionais (idem).

Essa política ocasionou um crescimento acelerado da economia no período de 1968 a 1974, porém a posteriori resultou em uma crise econômica e na criação de um segundo plano, o Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), como uma estratégia de substituição de importações de bens intermediários, insumos e matérias-primas. Mas esse plano não conseguiu reverter à crise social e econômica que afetava a maior parte da população, pelo contrário, ajudou a promover a reorganização social e originou o maior movimento de massas no Brasil para a derrubada da ditadura e a retomada do processo democrático (idem).

Entretanto, “negou-se o pedido de eleições diretas e o Congresso Nacional elegeu Tancredo Neves para negociar a transição da ditadura para um sistema democrático”. Agravou-se a crise econômica que teve seu ápice em 1989 com a hiperinflação, que afetou, principalmente, a parcela mais pobre da população (idem, p. 51).

Quando em 1990 sobe ao poder Fernando Collor de Mello e marca a implantação do modelo neoliberal no Brasil. Mas as crises de hiperinflação e fiscal só foram amenizadas em 1994 com o Plano Real, de autoria de Fernando Henrique Cardoso - FHC, na administração de Itamar Franco. FHC “sucede Itamar Franco na Presidência da República e aprofunda os fundamentos neoliberais da economia brasileira com as privatizações de companhias estatais, entre outras reformas”. E apesar do discurso social, da criação do Sistema Único de Saúde – SUS – e da universalização do ensino básico no país, essas medidas não representaram um avanço no âmbito social. O seu governo reduziu a participação do Estado em políticas públicas de distribuição de renda e buscou soluções na iniciativa privada para os problemas sociais da população (idem, 52).

Nos governos Lula e Dilma apesar de ser mantido o neoliberalismo, as políticas formaram um dos pilares que sustentam o desenvolvimento inclusivo que diversificou os polos econômicos e reduziu as distâncias entre as economias regionais, através da combinação de políticas sociais inovadoras de distribuição de renda, o aumento do emprego formal, a estabilidade financeira e política, que aumentaram a renda das famílias mais pobres e criaram uma nova classe média.

Na trajetória de formação do Estado Moderno observou-se uma alternância de períodos com maior ou menor viés liberal e ficou evidente a “relevância do Estado no processo de políticas públicas, sobretudo como potencial e legítimo intermediador de conflitos e interesses, promovendo transferências para compensar os desequilíbrios distributivos, até mesmo em tempos de menor intervencionismo” (ARAUJO, TASCHNER, 2012, p. 72).

Lourenço (2005, p. 42) afirma que, caso fossem questionadas, haveria um consenso entre a maioria das pessoas de que as políticas públicas são assunto do Estado, e somente dele, por isso responsabilizariam, em particular, o poder executivo federal pela execução de políticas econômicas e sociais. Em se tratando de países como o Brasil isso é verdade, porque “a maioria das instituições e práticas

democráticas são recentes, e a sociedade civil está acostumada a passar para o governo a responsabilidade de determinar os rumos das políticas econômicas e sociais das nações”. Na verdade, infelizmente, a sociedade está acostumada a manter uma relação paternalista com Estado e a ação civil geralmente é limitada ao voto.

Deste modo, antes de partirmos para a busca de uma definição de políticas públicas devemos destacar o caráter decisivo das instituições no âmbito das políticas públicas. Essas instituições representam o Estado e são os locais de tomada de decisão, que utilizam sua estrutura, seus quadros, sua cultura organizacional, impregnando as ações com seus estilos de atuação.

A partir da leitura de Araujo e Taschner (2012) sobre o assunto, podemos inferir que as políticas públicas são concebidas como uma resposta do Estado às demandas da sociedade, por meio de um conjunto de ações e omissões em determinada área ou em relação a uma questão que chama atenção dos agentes decisórios.

As políticas públicas devem ser democráticas, devem servir para concretizar direitos sociais declarados e garantidos em lei, e as decisões tomadas pelas instituições relativas à escolha e à prioridade de produção dos bens e serviços sociais devem responder as demandas dos cidadãos. Na teoria assim são, mas na prática os valores, ideias e crenças dos variados grupos influenciam no processo decisório, não existindo neutralidade ou racionalidade, visto que as ações expressas nas políticas públicas perpassam por um conjunto de interesses dos agentes decisórios. Por isso, que o processo de formulação e execução de políticas públicas se torna tão complexo.

Tanto que Lourenço (2005, p. 41-42) afirma que “o processo de formulação e implementação de políticas públicas é eminentemente político, na medida em que certos grupos sociais, para verem executadas as ações públicas de seu interesse, exercem influência sobre os tomadores de decisões governamentais”. Deste modo, as “políticas públicas são produto de um intrincado processo de pressões políticas exercidas por grupos da sociedade civil, bem organizados e influentes politicamente, e das predisposições políticas do governo”.

Contudo, a idéia de que as políticas públicas se caracterizariam pela democratização está expressa no conceito de políticas públicas como

tradicionalmente conhecemos que foi historicamente construído “como o conjunto de ações que objetivem construir o controle social sobre os bens, serviços e obras públicas, de modo que estes sejam desfrutados de maneira efetiva por toda a sociedade” (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 40). E mais, que:

Políticas públicas de *democratização* não devem se restringir ao imediatismo, ao localismo das reivindicações e demandas, mas se transformar em instrumento de planificação e apropriação dos grandes e variados problemas de gestão urbana, ambiental, social, econômica e humana, bem como de domínio sobre o aparato do Estado, tradicionalmente afastado e refratário à participação e ao controle popular (idem).

As políticas públicas de democratização devem ser construídas para o povo e devem estar ao seu alcance, mas contraditoriamente o que vemos na prática é que a sua construção não conta com a participação da população e sequer podem ser controladas e monitoradas pela mesma, pois o Estado é tradicionalmente afastado e resistente a esse tipo de intervenção. Pelo contrário, segue todas as decisões estariam localizadas nos governos centrais e seriam direcionadas, majoritariamente, para a implantação de projetos de interesse do capital internacional. Apesar de buscarem dar ao cidadão uma atenção global, por meio de ações que devem abranger os mais variados problemas em diversas áreas, ultrapassando a preocupação centrada, por muito tempo, somente na gestão urbana e econômica.

Assim, os projetos de governo têm sido feitos, sem se preocupar com as peculiaridades regionais e, principalmente, locais, sem se preocupar com as reivindicações e demandas dos destinatários, são feitas de forma homogênea, como se todos fossem iguais e tivessem os mesmos problemas ou as soluções dos problemas fossem semelhantes para todos.

Ao analisar as políticas públicas brasileiras atuais e anteriores fica nítida a ausência de participação da maioria da sociedade civil na elaboração das políticas de desenvolvimento econômico e social, isto é, ausência de um processo verdadeiramente democrático e nacional na elaboração dessas políticas, por não serem capazes de satisfazer as necessidades da maioria da população (LOURENÇO, 2005).

Infelizmente, o modelo de política pública utilizado, ainda hoje, pelo governo, em diferentes níveis de poder, é um modelo excludente, controlador, centralizador e

permeado de ações homogêneas, de cunho assistencialista e paternalista, que na prática de democratizante não tem nada, porque não são feitas pelo povo e muito menos são pensadas para o povo.

Por isso é tão importante que a sociedade entenda seu papel, que não deve se limitar somente ao voto. Ela deve participar ativamente na elaboração, implantação e monitoramento das políticas públicas, ou seja, de todo o processo político da sua cidade, estado e país, de modo a influenciar esse processo e adicionar sua perspectiva e interesses às políticas de governo, para então construir uma democracia participativa.

1. 1. 2. Políticas públicas de turismo

As formas como vêm sendo conduzidas as políticas públicas e a própria concepção de turismo utilizada amplamente ainda enfatizam os aspectos econômicos e mercadológicos e, conseqüentemente, tudo isso reflete nas políticas públicas de turismo. Assim, “o turismo ainda estaria reduzido a um instrumento de desenvolvimento econômico, parte de políticas setoriais, as quais não possuiriam clareza dos impactos causados e dos compromissos acarretados junto às localidades, quando de sua implantação” (GASTAL, MOESCH, 2007, p. 41), foram justamente esses impactos causados ao ambiente e à população local que transformou o turismo em um grande vilão.

Deste modo, para amenizar os impactos causados pelo turismo e, conseqüentemente, mudar a imagem que se tem dele; e, também para atender ao novo perfil de turistas, que conectados progressivamente com os temas da responsabilidade social e ambiental, procuram interagir com o meio ambiente e a população local, é que vem sendo necessário uma mudança de postura no planejamento e gestão do turismo.

Contudo, para que essa mudança aconteça, antes de qualquer coisa:

Mais importante, uma política pública deve ter clareza sobre a concepção de Turismo que defende, sobre qual a visão de desenvolvimento buscar e sobre quais são os seus compromissos. Deve, ainda, ter como objetivo democratizar o bem público chamado Turismo, possibilitando que o lazer e a hospitalidade sejam acessíveis a todos, visitantes e cidadãos, não apenas

como uma potencialidade, mas como realidade, e que a sociedade organizada incida nessas definições (GASTAL, MOESCH, 2007, p. 42).

Talvez por não seguirmos esses passos (pois há muito tempo vem se tentando), que realizar o turismo de forma sustentável, por meio de um planejamento e gestão compartilhados, e, criar uma nova geração de turistas, emancipados, desapegados do “ter” e que olhem para o outro e para seu lugar com respeito, não tem sido fácil, a “aplicação prática e ampla de uma política pública de turismo social e ecologicamente responsável, em todos os âmbitos (empresarial, local, regional nacional, internacional, tanto de consumidores como de produtores), não aconteceu ainda” (KRIPPENDORF, 2009, p. 8).

Passaram dezesseis anos dessa fala de Krippendorf, escrita em seu prefácio à edição de 2000 do livro “Sociologia do Turismo”, e esta ainda é uma realidade, as políticas públicas de turismo não conseguiram avançar, assim como não conseguimos estabelecer um conceito de turismo e, muito menos, uma teoria do turismo. Atrevemos-nos a dizer que isso está acontecendo por conta da falta de metodologias e instrumentos que respondam as particularidades do turismo.

Por isso devemos pensar as políticas públicas de turismo de forma a utilizar metodologias adequadas que envolvam o planejamento e a gestão, de forma a desenvolver práticas sustentáveis do turismo em todos os níveis: global, regional e local.

Além do mais, devemos estimular a participação qualificada de todos os interessados no desenvolvimento sustentável do turismo, com o investimento “em formação e capacitação dos agentes envolvidos no turismo, de modo a torná-los mais autônomos, independentes e habilitados para expor e defender suas visões e propostas” (ARAUJO, TASCHNER, 2012, p. 85).

Afinal, “(...) a política de Turismo de um país não se faz unicamente no interior de órgãos públicos do setor, mas em muitas outras manifestações da iniciativa pública e privada, empenhadas em vários tipos de programas para o desenvolvimento turístico” (BENI, 2007, p. 28).

Assim, quando falamos políticas públicas de ou para o turismo devemos articular e promover o planejamento e a gestão compartilhada, porque esse tipo de planejamento se constitui no trabalho conjunto do setor público com a iniciativa privada e com a sociedade civil em direção a construção de políticas públicas de

turismo que sustentem uma prática de turismo contínua e qualificada, onde a população seja incluída, conforme Gastal e Moesch afirmam:

Uma política pública de turismo deve articular questões estratégicas tecidas junto ao *trade* turístico e à sociedade, na direção de um fortalecimento não excludente do local, que abra espaço de participação nos novos moldes de gestão que aprofundem participação democrática também no campo do Turismo, avançando para além de um caráter privado, tão precioso ao mercado capitalista (GASTAL, MOESCH, 2007, p. 17)

Esse protagonismo de entes públicos e privados, da sociedade como um todo, é necessário para encontrar um estado de equilíbrio do sistema da sociedade capitalista e, conseqüentemente, do turismo também, que durante a era industrial, por tê-lo de massa, levantou a bandeira do desenvolvimento e acabou trazendo efeitos negativos, como o agravamento dos problemas demográficos, da população e do desequilíbrio ecológico. Tanto que ainda quando o sistema vigente era o sistema da sociedade industrial Krippendorf propunha que para encontrar o estado de equilíbrio:

É preciso, pois, que a economia se descentralize novamente; que o sistema de valores do homem e da sociedade volte a acentuar mais o “ser” do que o “ter”; que se considere o fato de que recursos naturais não são inesgotáveis, em vez de explorá-los a todo custo; que a política do Estado volte a ser mais federalista que centralizadora. Entretanto, é pouco provável que o sistema se reoriente e se reequilibre por si próprio nessa direção. Se quisermos que alguma coisa se mova, é importante que todos os protagonistas – isto é, todos nós – intervenham ativamente criando bloqueios, freando a velocidade do desenvolvimento e influenciando as estruturas (KRIPPENDORF, 2009, p. 31).

Então, a partir dos anos 90, apesar de ter se institucionalizado a descentralização da administração pública, a desconcentração das políticas públicas e as mudanças na área de regulação econômica, e atualmente, o desenvolvimento do turismo acontecer dentro de uma nova perspectiva, onde turistas e população local desenvolvem uma relação de respeito uns com os outros e com o local e os turistas exigem uma prestação de serviços responsável sob o ponto de vista ecológico e social, essa mudança não conseguiu atingir a todos, ou sequer, a maioria da sociedade, já que os valores do homem e da sociedade ainda acentuam o “ter”; e, frear a exploração dos recursos naturais e, podemos acrescentar, dos

recursos culturais, tem sido uma tarefa difícil, tanto que vários acordos foram feitos com esse intuito e poucos foram cumpridos.

Diante de tudo que foi dito, podemos concluir que para gerar crescimento e desenvolvimento includente as ações do turismo devem contar com a participação das comunidades envolvidas nos projetos turísticos e devem priorizar a defesa do meio ambiente e dos elementos da nossa cultura.

1.2. A COMPREENSÃO SOBRE O TURISMO COMO PRÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Para que possamos argumentar sobre a importância do turismo para a sociedade, a priori, é necessário compreender o que é o turismo, que por anos foi entendido, tão somente, como um negócio, uma atividade econômica ou um setor da economia, alguns ainda o tratavam como uma área de estudo multidisciplinar ou uma disciplina, apenas. No entanto, hoje se ampliam as pesquisas sobre o tema e alguns pesquisadores o entendem como algo mais complexo, como um processo ou um fenômeno social, ou mesmo como uma ciência.

Apesar disso ainda predomina a visão economicista e mercadológica sobre o turismo, mas esse fato se deve também, entre outros fatores, a própria origem do turismo, que nasceu e se desenvolveu com o capitalismo e avançou a cada passo capitalista, e, principalmente, a partir de 1960, “explodiu como atividade de lazer, envolvendo milhões de pessoas e transformando-se em fenômeno econômico, com lugar garantido no mundo financeiro internacional”, conforme afirmar Moesch (2002, p. 9).

Historicamente a forma como o turismo se organizou e foi teorizado foi utópica, porque a ele foi conferido à capacidade de promover a paz e fraternidade no mundo e de trazer benefícios econômicos a todos, tanto que institucionalmente era (e muitas vezes ainda é) unânime o discurso de geração de emprego e renda para incentivo do turismo nas localidades, nas palavras de Gastal (2004):

O turismo é um fenômeno que se organiza de fato no século XX, quando os deslocamentos são organizados maciçamente na forma de produtos

colocados no mercado como produtos a ser comercializados. Esta etapa será, primeiro, registrada por cronistas, autores cujos textos atendem a um imaginário romântico que coloca o turismo como sinônimo de prazer e liberdade, responsável pela fraternidade e a paz entre os povos; e por estatísticos, pesquisadores a serviço do trade e seus órgãos de classe, alinhando-se a um imaginário que vê o turismo como indústria com a possibilidade de promover a distribuição de riqueza e carrear fundos para localidades desprivilegiadas por outros aportes econômicos, bastando para isso apenas um “marketing” eficiente. A teorização para além do marketing de localidades – quantificados – será disseminada nos anos de 1990, quando vários núcleos universitários passam a olhar o fenômeno nas suas implicações também socioculturais e, como tal, objeto de reflexão acadêmica e pesquisa qualitativa. (GASTAL, 2004, p. 134).

Assim, o modo como o turismo é compreendido vem mudando gradativamente, Beni (2007, p. 43) defende que hoje “o Turismo vem se firmando como ciência humana e social, ainda que seus efeitos econômicos sejam os que mais se destacam”.

A exaltação à economia percebida, ao longo dos anos, no turismo não é de hoje e permeia todas as relações dentro da sociedade, Krippendorf (2009), na primeira parte do seu livro “Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens”, ao tratar sobre o modelo existencial na sociedade industrial: trabalho-moradia-lazer-viagem, fala de uma sociedade totalmente submissa à economia, onde:

A economia reina soberana em nossa civilização. Ela é, ao mesmo tempo, a força motora, o fim e o meio. Ela dita a conduta a adotar. A exploração dos recursos naturais, a escala de valores do homem e a política do Estado caíram sob seu domínio e a ela estão subordinados (KRIPPENDORF, 2009, p. 25).

Essa afirmação do autor continua tão atual, porque mesmo o mundo tendo passando por uma crise econômica sem precedentes, no ano de 2008, e o sistema capitalista está abalado, desde então, a prosperidade dos países não deixou de ser medida pelo crescimento de sua economia, e não pela diminuição do consumo exarcebado que cada vez mais consome fontes energéticas, florestas, água ampliando a poluição em geral do planeta. Colocando sobre o Produto Interno Bruto - PIB - das nações a correlação direta com a melhora da qualidade de vida da sua população. Nesse contexto global a pequena cidade de Bragança, no interior da Amazônia Paraense, representa a resistência local, e para que isso possa continuar é preciso um turismo humanizador acima de tudo.

Ainda em seu texto Krippendorf (2009) continua a mostrar a predominância do interesse econômico, mas agora dentro dos diferentes grupos e categorias envolvidos direta ou indiretamente com o turismo, onde os profissionais em contato permanente e direto com os turistas, como os guias turísticos, dependem diretamente da atividade, porque ela gera trabalho e renda para seus atores; já para o grupo de proprietários de empresas turísticas e indústrias locais, como a construção civil, o turismo representa apenas um negócio e deve proporcionar o máximo em volume de vendas e lucros.

Para os habitantes da localidade que também mantêm contatos diretos e frequentes com os turistas, mas tiram apenas uma parte de seus ganhos do turismo, por terem relações mais distantes com os turistas, suas atitudes diante do turismo pode ser mais crítica, ou seja, admitem as vantagens do turismo, mas também ressaltam frequentemente os inconvenientes causados por ele.

Para o grande número de habitantes que nunca ou quase nunca se encontra com os turistas, manifestam pelo turismo as mais diversas atitudes, que vão do apoio ao repúdio, passando pela ignorância e indiferença, sendo esta última a mais frequente; e por fim, para os políticos e os artífices de opiniões, o turismo é desejado, pois eleva o nível de vida de seus concidadãos e, primeiramente, o seu próprio, para eles as vantagens econômicas, a criação de empregos e a geração de renda são os principais argumentos para a promoção do turismo.

Esta análise de Krippendorf feita quase trinta anos ainda espelha muitas concepções sobre a forma predominante de implantar o turismo nas localidades, que vêm sofrendo alterações, mas nada capaz de empreender grandes mudanças no turismo no mundo. Alterações essas que dizem respeito à mudança sutil no perfil de turistas e a postura da população local envolvida, onde encontramos turistas mais “preocupados” com a preservação do meio ambiente e em conhecer o modo de vida do habitante local, conectados progressivamente com os temas da responsabilidade social e ambiental, inclusive, o que acaba influenciando operadoras e agências de viagens a buscarem dar maior visibilidade a destinos turísticos menos convencionais, capazes de viabilizar novas experiências e descobertas para o turista; e ao mesmo tempo, encontramos uma população mais participativa e exigente em relação ao turismo a ser implantado na sua localidade, contudo, ainda

encontramos na sua maioria uma sociedade cujos interesses não mudaram, extremamente preocupada com o retorno financeiro que terão.

O turismo é um fenômeno que transcende as questões comerciais e econômicas, até mesmo porque o próprio mercado é uma construção social, produto de uma relação de troca, onde há interação entre sujeitos.

Devido a isso que, primeiramente, há a necessidade de reconhecer o homem como sujeito em torno do qual deve se constituir o turismo. E depois, devemos observar o turismo além da sua aparência, de maneira a superar a vaguidade com a qual tradicionalmente se tem tentado fazer teoria do turismo.

Devemos empreender um esforço maior orientado a compreender e avaliar o sentido do turismo, de forma a entender como é, o porquê, para que do fenômeno e como se dá as suas relações, reflexão que não tem sido realizada com a profundidade fundamental a um objeto tão complexo quanto o turismo, apesar de necessária para a construção de uma teoria do turismo.

Molina (1997, p. 15, tradução nossa) defende que a conceituação é a base para a construção de uma teoria do turismo, dizendo que a “conceituação do turismo excede a simples citação de definições, discorre sobre a realidade do turismo, estrutura o objeto e o contextualiza através do emprego de diversos discursos ou pensamentos científicos”.

Reforçando essa ideia, Tribe (1997, p. 7, tradução nossa) alerta que “o fenômeno do turismo é (...) tudo aquilo que está ligado à ação do turismo e, portanto, devemos ser cautelosos ao buscarmos definições que possam conduzir a exclusões”.

Outra questão que devemos nos atentar é que os conceitos são construídos para servir a dado momento histórico e representam o modo com que os homens se relacionam entre si e com o espaço naquele momento, por isso devem ser revistos sempre que necessário, porque a relação homem-espaço está em constante transformação. E assim, acontece também com o turismo que é um fenômeno complexo e dinâmico, cujas relações entre visitante e visitado e o meio ambiente onde acontecem vivem em permanente mudança, por isso que a sua conceituação deve tentar responder a essa dinâmica. Na tentativa de alcançar a profundidade desse fenômeno que Moesch (2002) afirma que:

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico (MOESCH, 2002, p. 9).

Já para Gastal e Moesch (2007):

(...) o turismo é um conjunto de partes que produz qualidade e propriedades como destinos turísticos (lugar, mais serviços e cultura), e vivência humana, hospitalidade, o encontro entre trabalhadores e empreendedores do turismo, e os turistas. O todo turístico organizado produz qualidades e propriedades que não existem nas partes tomadas isoladamente.

Infelizmente, os conceitos que tentam apresentar o turismo em toda sua complexidade, como os apresentados acima, ainda são poucos, apesar da aparente mudança e “evolução” na conceituação de turismo e do reconhecimento do turismo como um fenômeno, percebido principalmente nestes últimos anos, na sua maioria as conceituações ainda são simplificadas, que não alcançam a complexidade do turismo e as relações que ele envolve, visto que o mesmo é um fenômeno de dimensões qualitativas e quantitativas complexas, que avança para além das questões comerciais e econômicas.

Isso se reflete na forma como a conceituação do turismo é utilizada pelas entidades governamentais, pois, conforme Pakman (2014, p. 5), “enquanto entidades governamentais, para subsidiar políticas e programas de governo, seu interesse é explicitamente operacional, de uso prático, e não de preocupação conceitual, de discussão do termo visando à compreensão do fenômeno do turismo”, como a conceituação de turismo criada pela Organização Mundial do Turismo - OMT.

Mas ainda mais importante que a conceituação é a epistemologia do turismo, porque “a epistemologia proporciona os pressupostos gerais necessários para apoiar a criação de uma teoria particular – neste caso, a do turismo -, com o propósito de que esta seja consistente no seu desenvolvimento, transcendendo a própria época” (MOESCH, 2002, p. 19).

A epistemologia vem estudar o processo de construção do objeto, no caso, do turismo, vem refletir sobre os princípios, os fundamentos e a validade de uma

ciência turística. E nessa busca da epistemologia do fenômeno turístico é preciso transpor o objeto percebido.

Moesch (idem) fala que até meados da década de 1950 e 1960 houve um acúmulo muito pequeno de teorias no campo do turismo, na verdade, a maior preocupação naquele momento era conseguir delimitar o turismo, mas surgem na década de 1970 o funcionalismo e a fenomenologia em 1990 como as duas grandes teorias a ser utilizadas para a aproximação teórica e análise do turismo. Sendo que, o funcionalismo, presente nas primeiras escolas turísticas e que tem como principal teórico espanhol Fernandez Fuster (1974), se mostrou reducionista já que os aspectos desvelados na pesquisa turística acabam limitando-se a mostrar por que um fato turístico é válido, enfatizando o pragmatismo inerente ao fenômeno turístico, não explicando sua origem ou constituição. Já a fenomenologia cujo principal pesquisador foi Centeno (1992) pouco avançou na construção de uma teoria complexa do turismo, principalmente porque a produção do conhecimento turístico está atrelado ao princípio da causalidade, que é indispensável para apontar a evidência da verdade, mas o maior limite da sua proposição está na sua percepção de que o fenômeno independe do sujeito.

Todavia, podemos acrescentar uma terceira teoria utilizada para a aproximação teórica e análise do turismo empreendida por Moesch, a dialética. Através do método da Dialética Estruturalista-Histórica a análise do turismo pretende descobrir sua constituição mais íntima, levando em consideração as relações internas do fenômeno, as conexões essenciais que entram em jogo e as contradições que aparecem e que são resolvidas conscientemente, ou seja, o exercício teórico relaciona os polos epistemológico, teórico, morfológico e técnico por meio da interação dialética, que é um processo epistemológico crítico essencial, uma forma de pensar e compreender a realidade como um processo em permanente contradição, que gera mudança e movimento.

“Superar a compreensão reducionista do turismo só será possível por meio de uma teorização mais complexa, em que a categoria econômica seja articulada às demais categorias” (idem, p. 37), logo, entre todas as teorias utilizadas para análise do turismo, aqui mencionadas, a dialética é a única que de fato pretende entender o fenômeno do turismo e suas relações em profundidade.

Essa compreensão do turismo é necessária para pensar em alternativas para a elaboração de um tipo de turismo que seja realmente sustentável, incluído e humanizador e contemple a variável local e as identidades envolvidas como elemento central do planejamento das políticas públicas de turismo tanto em nível local, quanto em níveis regional e global, de modo a promover o desenvolvimento endógeno, mesmo sabendo que as consequências do processo de globalização e do crescimento do turismo como um fenômeno econômico que já aconteceu, principalmente nas comunidades locais, são irreversíveis.

1.3. PARA ALÉM DO CRESCIMENTO ECONÔMICO - O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

1.3.1. Desenvolvimento, endogenia e turismo

A ideia de desenvolvimento como conhecemos hoje evoluiu da ideia do progresso, que surgiu na Renascença como uma noção de avanço, onde a Era Moderna que nascia era mais avançada do que a Era Antiga, por deter mais conhecimento, decorrente da observação atenta dos acontecimentos históricos do passado, determinantes para um aperfeiçoamento crescente do presente. E atingiu seu auge no século 19, tornando-se bandeira do romantismo e assumindo caráter de necessidade, em um contexto de busca e luta por democracia, onde o sonho de ascensão social para as pessoas comuns (que não fossem nobres ou clérigos) só seria possível por meio da realização material propiciada pelo progresso econômico. Até chegar ao estágio atual onde a ideia de progresso só pode ser considerada como uma esperança ou um empenho moral para o futuro, e justamente essas esperanças e promessas conferidas ao progresso foram em parte assimiladas pela ideia do desenvolvimento, segundo Heidemann (2014).

Para Morin e Kern (1993, p. 64), a relação entre desenvolvimento e progresso é mais intensa do que assinala Heidemann, o desenvolvimento é a ideia dominante cujo fundamento está no paradigma do progresso no século XX, e assim, o

“desenvolvimento deve assegurar o progresso, o qual deve assegurar o desenvolvimento”. Ademais,

O desenvolvimento tem dois aspectos. Por um lado, é um mito global em que as sociedades industriais atingem o bem-estar, reduzem as suas desigualdades extremas e proporcionam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. Por outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais (idem).

Em ambas as concepções, a fé cega nas promessas de desenvolvimento/progresso e a crença de que deveríamos sacrificar tudo pelo desenvolvimento permitiram que em nome dele inúmeras tragédias e barbáries humanas fossem praticadas, dentre elas as ditaduras. E também graças a ele que se agravaram as desigualdades e o desequilíbrio Norte/Sul permanece. Sendo que, a concepção redutora é ainda mais indecorosa, porque ignora a existência de toda a complexidade humana e o seu meio.

Outras abordagens sobre desenvolvimento são apresentadas, Souza (1993) trata o desenvolvimento através de duas linhas de pensamento: a primeira, mais superficial, aponta o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, e a segunda, vem na perspectiva do pensamento dos críticos marxistas, que apontam o crescimento como uma simples mutação quantitativa do produto, já o desenvolvimento seria as mudanças qualitativas, desde o modo de vida dos indivíduos até as mudanças nas instituições e nas estruturas produtivas.

Alguns conceitos, inclusive, dos apresentados até aqui, podemos perceber como progresso, crescimento, transformação, modernização e outros têm sido usados erroneamente como sinônimos de desenvolvimento, o que não são, apesar desses conceitos indicarem em que devemos atuar para alcançar o desenvolvimento, assegurando a sua promoção. Além disso, há outros aspectos importantes que devem ser levados em consideração, que estão atrelados ao desenvolvimento, como as características históricas e geográficas de cada lugar.

Vasconcellos e Garcia (1998, p. 205) afirmam que para que haja o desenvolvimento, em qualquer concepção, é necessário que os fatores que compõem a economia proporcionem a distribuição de seus recursos pelos diferentes setores, de forma a melhorar o bem-estar econômico e social, como pobreza,

desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia, ou seja, que promovam a melhoria da qualidade de vida da população.

Essa questão do desenvolvimento atrelado à qualidade de vida tem como marco, pós Segunda Guerra Mundial, a Conferência de São Francisco de 1945, onde se oficializou a criação da Organização das Nações Unidas - ONU - e foi concebida a Carta das Nações Unidas. Esta carta promulga em seu preâmbulo “estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações (...) possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla” (BRASIL, 2016). Sua finalidade seria contribuir à ascensão dos níveis de desenvolvimento mundial através da promoção do crescimento e da qualidade de vida.

É a partir desse momento que o debate sobre as ações para alcançar o desenvolvimento se eleva ao patamar do bem-estar social e as relações deste com as questões econômicas, políticas, ambientais e sociais.

Arelada a essa ideia de desenvolvimento e direitos humanos surge posteriormente a “onda da conscientização ambiental”, tanto que o meio ambiente foi tema de discussão na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de 1972, ocorrida em Estocolmo. E ela foi precedida pelo Encontro Founex de 1971, realizado pelos organizadores da conferência para discutir pela primeira vez sobre as dependências entre o desenvolvimento e o meio ambiente, então, a *Revolução ambiental*⁴ acabou influenciando o pensamento sobre o desenvolvimento (SACHS, 2002, p. 47-49).

Foi também durante a preparação para a Conferência de Estocolmo que ficou claro que foram assumidas duas posições opostas, aqueles que previam abundância e aqueles que previam o caos, para os primeiros a prioridade deveria ser dada para a aceleração do crescimento, não havia o que se preocupar com o meio ambiente e qualquer fator negativo produzido poderia ser neutralizado posteriormente; já para os catatrofistas defendiam que se o crescimento demográfico e econômico, ou pelo menos, o crescimento do consumo, não fossem imediatamente estagnados poderia causar o desaparecimento da humanidade em consequência da exaustão dos recursos ou pelos efeitos caóticos da poluição (idem).

⁴ Conceito de Nicholson, não sabemos dizer de que texto foi retirado, porque não foi referenciado por Ignacy Sachs nas notas nem nas referências bibliográficas do livro.

Mas surgiu também um caminho intermediário que inspirou a Declaração de Cocoyoc, em 1974, e o relatório *What Now*, em 1975, o paradigma do caminho do meio, que “trata de um *outro desenvolvimento*, endógeno (em oposição à transposição mimética de paradigmas alienígenas), auto-suficiente (em vez de dependente), orientado para as necessidades (em lugar de direcionado pelo mercado), em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais” (idem, p. 53-54).

Essa linha de pensamento tem se intensificado nas últimas décadas, à sociedade vive um movimento de grandes mudanças, onde não se permite mais o reducionismo e há uma exigência cada vez maior por ações que sejam sustentáveis, incluídas e humanizadoras, de modo que pensar o conceito de desenvolvimento tão somente como progresso imprudente ou atrelado aos fatores meramente econômicos é inconcebível. Na verdade, a reflexão sobre este conceito deve integrar questões no âmbito político, social, ambiental e, econômico também, que não devemos descartar, só não podemos tratá-lo como prioritário ou como único viés a ser considerado.

Por isso que hoje, especialmente com os debates em torno do que constitui os conceitos de desenvolvimento sustentável, endógeno, entre outros, desmorona a ideia de um desenvolvimento construído primordialmente a partir da questão econômica e se dá um processo de reavaliação sobre os impactos decorrentes da forma de constituição do desenvolvimento, crescimento e progresso, em que quase tudo é medido através de “índices” quantitativos, que dizem reproduzir o que se passa na vida social. Mas sabemos que essa ideia é reducionista, que não dá conta de traduzir a complexidade da realidade vivida e, sobretudo, no que diz respeito à qualidade de vida.

Então nasce com a discussão da sustentabilidade reflexões mais aprofundadas sobre a qualidade de vida, e abre-se o horizonte da percepção humana sobre as interações homem-natureza e suas conseqüências, até mesmo como uma resposta para uma vida equilibrada e justa que poderia ser construída a partir desta relação.

Neste cenário, fica evidente que a preocupação primordial dos novos modelos de desenvolvimento, não só o sustentável, é a própria sociedade, isto é, os seres humanos. Até mesmo porque a própria preocupação ambiental, que influenciou a

ideia de desenvolvimento e gerou esses novos modelos, “ao buscar manter a convivência com os demais seres vivos, pressupõe intrinsecamente em seu discurso a preservação do ser humano que seria um ator principal no processo pela capacidade de interferência no próprio meio ambiente” (SILVA, 2005, p. 20).

Contudo, antes do surgimento desses novos modelos, em razão da maneira como o desenvolvimento foi construído, destruiu de forma relativamente rápida, as solidariedades locais e os traços originais adaptados às condições ecológicas singulares (MORIN, KERN, 1993), já que as promessas de progresso convertidas em retorno financeiro que propicia um conforto cada vez maior são muito tentadoras. O capitalismo conseguiu hipnotizar as massas trabalhadoras com a ilusão de "conforto", impedindo que as sociedades humanas sejam capazes de perceber os perigos que tal "progresso" implica, esse progresso que na verdade é injusto e irracional, destruidor do meio ambiente e das relações sociais.

As comunidades locais tradicionais desconheciam o lado desenfreado do capitalismo, que impõe o que é melhor para o mundo para todos, regiões e localidades, por isso aceitaram o mito do desenvolvimento como uma verdade absoluta e inquestionável, e viram tacitamente a destruição de suas culturas, formadas por instituições profundas, saberes milenares, sabedorias de vida e valores étnicos que definham na sociedade moderna.

Mesmo os que resistiram à globalização (com o fracasso de todas as experiências emancipatórias que tentaram transformar a sociedade capitalista através do socialismo) viraram massa de manobra nas mãos do capitalismo, quando o mesmo tomou para si as ideologias emancipadoras do direito dos povos, ao pregar que é capaz de produzir o bem-estar para a “maioria” e de conduzir a humanidade pelo caminho do progresso social; e quando criou um duplo movimento de reenraizamento do passado e de propulsão ao futuro, acabou gerando uma dinâmica complexa de revolta, esperança, depois resignação, desespero e revolta na comunidade, ou seja, cria conflitos interiores e causa dilaceramentos.

Por isso, há uma preocupação cada vez maior com a questão da sobrevivência das pequenas comunidades e dos povos tradicionais, que ao longo da história das sociedades tem sofrido com o massacre do global ao local e com a má distribuição e desigualdade originária do desenvolvimento, um desenvolvimento que para acontecer tem que se constituir em detrimento de algo. Pois é fato que muito da

história humana se constitui de conflitos desiguais entre os que têm e os que não têm.

Embora que de forma desigual, muitas localidades vêm reagindo a esse desenvolvimento agressivo e manipulador que se instala ou tem tentado se instalar, lutam em oposição ao domínio capitalista e escolhem por um modo de vida baseado nas relações sociais, avançam contra a correnteza e propõem um diferente modelo de organização em comunidade, cujas formas solidárias que constituem expressões sociais encontram mais riquezas nas vidas que nos objetos.

Nesse sentido, as comunidades devem procurar novas alternativas, inclusive no que diz respeito, ao desenvolvimento para a localidade, buscando superar a atitude de incredibilidade da sociedade em que o futuro é inevitavelmente catastrófico, que vai ao encontro do que diz Boaventura dos Santos (2009) sobre o desafio de entender melhor a dicotomia espera/esperança imbuída na teoria crítica social como uma possibilidade de manter em aberto alternativas plausíveis para lutar contra os riscos individuais e coletivos que se apresentam, de forma que seja possível esperar com esperança, mas esperar de forma mais ativa e mais ambígua em relação ao conteúdo, onde

A esperança não reside, pois, num princípio geral que providencia por um futuro geral. Reside antes na possibilidade de criar campos de experimentação social onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito alternativas que parecem utópicas em todos os tempos e lugares excepto naqueles em que ocorreram efectivamente. É este o realismo utópico que preside às iniciativas dos grupos oprimidos que, num mundo onde parece ter desaparecido a alternativa, vão construindo, um pouco por toda a parte, alternativas locais que tornam possível uma vida digna e decente (SANTOS, 2009, p. 36).

Ao se referir à teoria social crítica o autor alerta para a relação da ciência com os planos e projetos de desenvolvimento assumidos pelas políticas públicas que muitas vezes inevitavelmente conduz a reafirmação do *status quo* de exploração.

Dentro deste contexto, como uma possível alternativa de resistência local, em contraposição a realidade apresentada, surge o desenvolvimento endógeno, um conceito novo, que segundo Barquero (2004, p. 212) surge no início dos anos oitenta e advém do encontro entre duas linhas de investigação: a de carácter teórico que segue a tradição das teorias desenvolvimentistas dos anos 40, 50 e 60 e

“propõe que as economias externas estimulam o crescimento da produtividade e dos rendimentos dos fatores produtivos”; e a de caráter empírico, que é resultante das investigações realizadas nos anos 70 e 80 “da teoria da organização industrial sobre a dinâmica dos clusters e distritos industriais, e assinala que a interação das redes de atores locais gera a redução dos custos de produção, e as economias de escala das empresas, o que impulsiona o crescimento econômico”.

Apesar do cunho extremamente economicista das duas linhas de investigação, observadas nas proposições de mudanças exclusivamente na economia, podemos observar na segunda linha de investigação, que fala da interação das redes de atores locais, a presença de algumas das características mais importantes do desenvolvimento endógeno, que o diferencia dos outros tipos de desenvolvimento, a participação e a integração dos atores locais, de modo que eles sejam os agentes principais na tomada de decisão.

Dentro do conceito de desenvolvimento endógeno os atores que têm papel principal nos processos de crescimento e mudança estrutural são às empresas, às organizações, às instituições locais, assim como à própria sociedade civil, desta forma “os processos de desenvolvimento econômico se dinamizam e impulsionam “de baixo para cima”, através de decisões de investimento e de localização dos atores locais, públicos e privados, e do controle dos processos por parte da sociedade organizada” (BARQUERO, 2004, p. 213-214).

Quanto a este protagonismo da comunidade local, Beni fala que o desenvolvimento endógeno seria:

[...] uma interpretação voltada para a ação, associada ao momento em que a sociedade civil se mostra capaz de dar, mediante uma política de desenvolvimento local, uma resposta aos desafios produzidos pelo aumento da concorrência nos mercados (BENI, 2006, p. 35).

Na medida em que a comunidade local, que Beni chama de sociedade civil, busca e encontra, pelos próprios meios, atributos sociais e ambientais, que promovam o desenvolvimento de forma sustentada e sejam catalisadores do seu bem estar, ela se torna independente, capaz de tomar as próprias decisões e de resolver seus problemas.

Relacionado a esta ideia, Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2010) falam do processo que assegura algumas condições econômicas, políticas, sociais e

culturais centralizadas num determinado local, chamado de territorialização do desenvolvimento, que enfrenta algumas limitações durante seu processo de implantação, mas que, conforme as ideias de Garofoli apresentadas pelos referidos autores, poderão ser ultrapassadas pelo aprofundamento da natureza autocentrada do desenvolvimento local:

(...) quando a maior parte dos recursos utilizados é de origem local (empresas locais, trabalhadores de elevado profissionalismo e formados localmente, recursos financeiros acumulados na zona, tecnologia inovadora introduzida na área), o processo de desenvolvimento torna-se completamente endógeno. Uma vez atingido este estágio, o sistema local está em condições de dirigir o seu próprio processo de desenvolvimento e de transformação (GAROFOLI, 1994, p. 41 *apud* DALLABRIDA, SIEDENBERG, FERNÁNDEZ, 2010, p. 114).

Deve ser considerada também, para atingir o desenvolvimento endógeno, a execução de uma constante dinâmica de inovação e transformação. Entretanto, devemos ressaltar que para que todas estas condições sejam asseguradas é importante conhecer às necessidades e demandas da comunidade e apontar soluções para os problemas levantados.

O desenvolvimento endógeno teria três dimensões: a econômica, que apresenta um “sistema específico de produção capaz de assegurar aos empresários locais o uso eficiente dos fatores produtivos e a melhoria dos níveis de produtividade”; sociocultural, em que os “atores econômicos e sociais se integram às instituições locais e formam um denso sistema de relações valores” sociais; e política, “que se materializa em iniciativas locais possibilitando a criação de um entorno capaz de incentivar a produção e que favorece o desenvolvimento sustentável” (BENI, 2006, p. 37).

Já Brose (2000) diz que o desenvolvimento local teria cinco dimensões: a inclusão social, o fortalecimento da economia local, a inovação na gestão pública, a gestão ambiental e uso racional de recursos naturais e mobilização da sociedade.

Nesse sentido Beni (2006, p. 36) diz que o desenvolvimento endógeno é o tipo de desenvolvimento que “visa atender às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida”, com o objetivo de buscar o bem-estar sociocultural e econômico da população local, sendo de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Corroborar com essa ideia, Barquero ao dizer que o desenvolvimento local é um “processo de crescimento e transformação estrutural que, mediante a utilização de um potencial de desenvolvimento existente no território, conduz a melhoria do bem-estar social da população local e/ou regional” (BARQUERO, 2007, p. 20).

Desta forma, a localidade apresenta naturalmente um potencial de desenvolvimento, que para se tornar endógeno e promover o bem-estar social, necessita da cooperação e participação da comunidade local, porque somente quando esta se torna capaz de liderar o processo de crescimento e transformação estrutural é que de fato se protagoniza o desenvolvimento endógeno.

Em relação ao turismo, atualmente o enfoque do desenvolvimento endógeno está nas peculiaridades cotidianas do modo de vida das pessoas das áreas locais, que por vezes são locais de belezas naturais e arquitetônicas extraordinárias ou culturas significativas.

Ainda segundo Beni (2006), o deslocamento do fluxo turístico dos centros urbanos agora se dá para as localidades detentoras de expressivo patrimônio histórico-étnico-cultural, onde podem ser vivenciadas experiências mais autênticas e genuínas, esse é o ambiente em que se desenvolve o turismo endógeno. E as populações dessas localidades não vivem necessariamente do turismo, pelo contrário, normalmente elas vivem de atividades extrativistas, o que ajuda a manter dois dos pilares da sustentabilidade, o social e o ambiental.

Neste contexto, observamos no Brasil muitos casos de comunidades que tentam a todo o custo se enquadrar no formato do Turismo de Base Comunitária - TBC, que é um tipo de turismo de caráter endógeno, por conta de algumas de suas experiências, sem muitas vezes nem saber o que representa essa prática, influenciados por interesse de incentivo governamental ou simplesmente pelo fardo que o próprio termo carrega consigo.

Sendo que frequentemente se relaciona a aplicação de práticas de turismo sustentáveis nas comunidades, como o TBC, a necessidade de solucionar os problemas advindos de uma prática de turismo negativa. O próprio Ministério do Turismo, em publicação que mostra algumas das iniciativas de TBC apoiadas pelo órgão através do edital de 2008, afirma que as comunidades que desenvolvem o TBC só o fazem a partir de uma lógica que gera um movimento social a partir dos impactos socioambientais negativos da prática do turismo (BARTHOLO, SAN SOLO,

BURSZTYN, 2009). Apesar de que hoje se percebe outro caminho, onde as comunidades, por seu modo de se relacionar com o meio ao seu redor, zelam por seu povo e seu meio ambiente, pois o primeiro caracteriza o indivíduo como ser social dentro de um contexto cultural, e o segundo garante os insumos necessários para sua sobrevivência e de sua família. Nesta perspectiva de autopreservação que a endogenia nasce e não como resposta aos dissabores de ter sofrido os impactos negativos oriundos do turismo.

CAPÍTULO 2: CAMINHO METODOLÓGICO

A finalidade deste capítulo é traçar a trajetória metodológica desta pesquisa, de maneira a conhecer a metodologia utilizada, inclusive apresentando as categorias operatórias a ser trabalhadas, e conhecer o objeto de pesquisa.

Na primeira seção justificamos a escolha por uma pesquisa de cunho qualitativo, com nível de profundidade descritivo e interpretativo, que adotou como estratégia metodológica o estudo de caso e como técnicas de análise de dados, a análise documental e a análise de conteúdo, pois se busca alcançar os objetivos e encontrar respostas para os problemas e questões de pesquisa.

Já na segunda seção é realizada uma seleção dos conceitos mais importantes para a pesquisa, as categorias operatórias, para favorecer uma melhor compreensão e interpretação das concepções que os atores sociais envolvidos no processo de construção do turismo no município de Bragança trazem da sua relação com o turismo.

Destacamos que ao considerarmos Bragança como o objeto de pesquisa deste trabalho foi necessário caracterizá-lo na seção seguinte, conhecer sua história de formação e de construção do turismo, os programas de governo em nível federal e estadual que influenciaram nessa construção no município e o contexto socioeconômico atual, para então falar das políticas públicas de turismo existentes na localidade, isso diz respeito ao exame do contexto social global que é uma das cinco dimensões da análise preliminar, etapa fundamental da análise documental, e é justamente isso que essa seção se propõe a fazer.

Na subseção que trata sobre o Programa de Regionalização do Turismo – PRT – programa do governo federal criado para impulsionar o turismo brasileiro por meio da sua reestruturação, veremos quais as implicações desse programa sobre o município de Bragança.

Assim como na subseção seguinte que fala do Plano Ver-o-Pará – Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará procuramos alcançar o mesmo objetivo de entender as implicações para o município, mas no caso deste plano de turismo do governo em nível estadual, a fim de entender se houveram ou não mudanças recorrentes desses programas e planos na localidade.

Posteriormente, caracterizamos o município na subseção sequencial ao falar da sua formação histórica até chegar a sua constituição atual, de modo a entender o contexto socioeconômico atual. Para enfim, chegarmos ao turismo no município e suas características, por meio de informações como o fluxo turístico, o perfil socioeconômico dos turistas que freqüentam a localidade e o sistema público de turismo. Assim, para entendermos a dinâmica do turismo em Bragança percorremos uma trajetória que foi do exógeno para o endógeno.

2. 1. TRAJETÓRIA DA PESQUISA

O estudo do tema proposto foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo, tendo o estudo de caso como estratégia de evidenciação, devido à intenção de captar não apenas a aparência do fenômeno a ser estudado, como também sua essência, busca-se suas causas e consequências ao homem e ao meio que o circunda, isto é, não se preocupa somente com os resultados e os produtos gerados, mas com o processo como um todo.

A pesquisa qualitativa que como campo de investigação nasce na antropologia e sociologia, com a preocupação de entender o “outro”. É uma abordagem interpretativa que dá visibilidade ao mundo, onde seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (DENZIN E LINCOLN, 2006, p. 17).

Podemos inferir que a pesquisa qualitativa busca entender um fenômeno específico em profundidade, através de um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decifrar os componentes de um sistema complexo de significados, que lida com aspectos subjetivos e atinge motivações não explícitas, ou não conscientes, atendendo melhor aos objetivos propostos e configurando-se como a abordagem mais apropriada para o presente trabalho.

Corroboramos com essa ideia Oliveira (2008, p. 59) ao dizer que “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar em

profundidade o significado e as características do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento”.

O campo qualitativo se apresenta para o estudo do fenômeno turístico como a possibilidade de compreensão aprofundada de seu objeto, colaborando para a consolidação científica do turismo no meio acadêmico, em contraponto as pesquisas quantitativas realizadas por muito tempo em demasia nos trabalhos da área.

Na pesquisa qualitativa, segundo Goldenberg (2004, p. 14), “a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.”, o que acaba respondendo ao anseio de aprofundar nas pesquisas em turismo.

No caso deste estudo, se propõe entender com mais profundidade o processo de construção do turismo em Bragança do Pará, nos últimos doze anos, de forma a compreender se o mesmo possibilitou o desenvolvimento endógeno na localidade.

Desta forma, justifica-se que o nível de profundidade deste estudo é descritivo e interpretativo, pois para chegar a esse grau de profundidade exigida pela pesquisa qualitativa é necessário descrever os fatos e os fenômenos assim como eles realmente acontecem, e depois se deve interpretar essa realidade, a fim de conhecer e entender esses fatos e fenômenos e os elementos que o compõem, inclusive os contraditórios.

Para Triviños (2011, p. 110) “o estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade (...) têm por objetivo aprofundarem a descrição de determinada realidade”, por isso que a maior contribuição desse tipo de pesquisa é permitir novas visões sobre uma realidade já conhecida.

A diferença da pesquisa descritiva em relação à exploratória é que na descritiva o assunto da pesquisa é conhecido, como no caso desta pesquisa em que processo de construção do turismo em Bragança já vem ocorrendo.

Neste trabalho a escolha mais óbvia seria pela pesquisa exploratória, já que utilizamos o estudo de caso, e a possibilidade da pesquisa exploratória assumir a forma de estudo de caso é mais comum, mas isso não impede que uma pesquisa descritiva também se aproprie dessa forma (GIL, 2008).

Assim, temos o estudo de caso entre os tipos de técnicas de pesquisa qualitativa, que Triviños (2011, p. 133) considerada como “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. Enquanto para Goldenberg (2004), o estudo de caso é um método que:

Supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso (...) uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um *todo*, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. O estudo de caso reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. Através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística (GOLDENBERG, 2004, p. 33-34).

Já Bruyne, Herman e Schoutheete (s/d) afirma que o estudo de caso reveste-se de uma análise intensiva, empreendida numa única ou em algumas organizações reais, reunindo informações numerosas e detalhadas com vistas a apreender a totalidade de uma situação. Por isso, ele recorre a técnicas de coleta das informações igualmente variadas, como observações, entrevistas e documentos.

O estudo de caso, dentro da pesquisa qualitativa como modo de investigação, traz o caráter empírico “que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes” (YIN, 2010, p. 39), desta forma, através dele busca-se alcançar os objetivos e encontrar respostas para os problemas e questões de pesquisa, de maneira a ampliar o conhecimento e a informação para a sociedade atual e encontrar respostas para inquietações pessoais do pesquisador.

Para a investigação proposta, o estudo de caso foi escolhido por propiciar a apreensão das relações e contradições que não se mostram na aparência do fenômeno turístico de forma geral, mas estão presentes na expectativa dos sujeitos, por suas ações, histórias e condições de vida, na qual caberá ao pesquisador fazer um exercício teórico de análise-síntese e dedução, para descobri-las, compreendê-las e saber atuar entre elas.

Em relação à aplicação dos questionários, de sete ex-secretários de turismo que estiveram no período de 2004 a 2016, apenas dois responderam o questionário,

dos demais alguns não conseguimos contato, um inclusive não mora mais no município, e os outros que foram contatados, pessoalmente ou por telefone e/ou e-mail também, nunca responderam. Aqueles procurados pessoalmente ainda alegaram não ter tempo naquele momento para responder o questionário e se comprometeram em responder depois por e-mail, mas não tivemos retorno, mesmo depois de justificarmos a importância deste trabalho para o planejamento do turismo no município e garantirmos o sigilo da identidade daqueles que não quisesse se identificar.

Já os servidores em exercício contatados todos responderam o questionário, a SETUR que apresenta em seu quadro funcional apenas quatro servidores, todos concursados, um no cargo de contínuo e três turismólogas, sendo que uma ocupa o cargo de analista de promoções e eventos e as outras duas ocupam o cargo de turismólogo. Dos ex-servidores, que não sabemos precisar o quantitativo, só conseguimos contato com um. Neste cenário, foram ouvidos dentre os servidores atuais as três turismólogas, além de outra turismóloga que trabalhou na SETUR um pouco mais de 2 anos e já havia sido estagiária durante 3 meses.

Na coleta dos materiais/documentos oficiais sobre o estudo de caso tivemos dificuldades em encontrar alguns projetos na SETUR e Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN, como por exemplo, o projeto do Taxitur e do Anjos do Turista realizados na gestão da secretária de turismo Josilene Casseb ou o projeto de construção do Mirante de São Benedito. Na SETUR procuramos em todos os armários arquivos e nos computadores, o que havia nos armários de projetos e leis foram analisados neste trabalho, mas nos computadores tudo se concentrava em apenas um aparelho que teve problemas e cujo técnico de informática não conseguiu recuperar as informações presentes no mesmo.

Para SEPLAN foram solicitados via ofício os seguintes documentos: as Leis Orçamentárias Anuais de 2004 a 2016, os Planos Plurianuais (PPA's) correspondentes a 2002/2005, 2006/2009, 2010/2013, 2014/2017; e os projetos ligados direta ou indiretamente ao turismo executados com apoio estadual e federal, como: o Projeto de Instalação de novos pontos de táxi (2006); da Praça Estação Cultural Armando Bordallo da Silva (Praça de Eventos) (2007); Pavimentação das Avenidas Nazeazeno Ferreira e Polidório Coelho (2007); Revitalização do acesso à Praia de Ajuruteua (2008); construção do Mirante de São Benedito (2009) e demais

projetos que por ventura não tenham sido mencionados. Outros documentos já haviam sido disponibilizados, como os Planos Diretores de 2006 e 2015 e o Planejamento Estratégico Institucional 2013-2016.

Mas apesar da disponibilidade da secretária em ajudar e responder minha solicitação, com a mudança de gestão a nova secretária não tinha conhecimento sobre a localização dos arquivos que guardavam os projetos anteriores, por isso solicitei a ajuda de um dos funcionários mais antigos, que é concursado, contudo, no final da gestão anterior o referido servidor esteve à frente da SEPLAN e por isso em uma ação judicial que afastou o prefeito municipal e mais alguns servidores das secretarias de finanças, principalmente da licitação, administração e planejamento para investigação por suspeitas de improbidade administrativa, ele foi afastado e aguarda decisão.

Mesmo nessa situação me auxiliou na busca dos referidos documentos intermediando a conversa e direcionando os outros colegas de trabalho na possível localização dos materiais, mesmo assim alguns dos documentos solicitados tiveram que ser solicitados a outra secretaria, a Secretaria Municipal de Administração e Defesa Social - SEMAD, mas não tivemos retorno. Outros estavam arquivados no almoxarifado e precisavam de autorização para acessá-los, contudo fora vetada a saída de quaisquer documentos da PMB pelo prefeito, porque um ex-prefeito estava querendo acessar alguns documentos antigos para fazer a prestação de contas de alguns projetos da sua gestão, ou seja, resumido por questões de briga política a coleta de dados foi prejudicada.

Então, após a definição da metodologia a ser aplicada, a primeira etapa do caminho metodológico inicia com a coleta de dados realizada por meio de levantamentos bibliográficos e documentais dos principais conceitos relacionados à temática, do próprio método escolhido e de terminologias essenciais ao bom entendimento do proposto nesta dissertação. A pesquisa bibliográfica tem por finalidade principal “levar o pesquisador(a) a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo” (OLIVEIRA, 2008, p. 69). E nesta pesquisa se fez uso de bibliografias existentes sobre os temas: políticas públicas, políticas públicas de turismo, turismo, desenvolvimento, desenvolvimento endógeno, comunidade, participação e autogestão recorrendo-se a fontes nacionais e internacionais.

Deve-se ressaltar que esse levantamento e revisão da literatura existente sobre os temas são importantes para ir além do que já foi dito, propor um novo olhar, um novo enfoque sobre o assunto.

Quanto à pesquisa documental para análise foram utilizados documentos institucionais, como: Plano Ver-o-Pará – Plano Estratégico do Turismo no Estado do Pará 2012-2020 (Relatório executivo); Inventário da Oferta Turística do município de Bragança; Planos Diretores de Bragança de 2006 e 2015; Plano Estratégico Institucional de Bragança; Lei Orçamentária Anual de 2012; Projeto Fomento ao Turismo Religioso com foco na Festividade de São Benedito em Bragança – PA; Plano de posicionamento de mercado do produto turístico, produto final resultante do referido projeto; entre outros.

O processo de levantamento das opiniões foi realizado por meio dos questionários abertos, esse instrumento de pesquisa (vide Apêndice I) foi aplicado com pessoas fontes que participaram do processo como: os ex-secretários municipais de turismo que estiveram em exercício nos últimos doze anos, no caso duas ex-secretárias que são denominadas como dirigentes 1 e 2 neste trabalho e a equipe técnica que compõe a Secretaria Municipal de Turismo – SETUR – mais uma turismóloga que estagiou 3 meses no ano de 2007 e trabalhou um pouco mais de 2 anos na mesma, que chamados de gerentes.

A escolha do questionário como instrumento se deu porque, conforme Oliveira (2008), ele é:

Uma técnica para obtenção de informações sobre sentimentos, crenças, expectativas, situações vivenciadas e sobre todo e qualquer dado que o pesquisador(a) deseja registrar para atender os objetivos de seu estudo. Em regra geral, os questionários têm como principal objetivo descrever as características de uma pessoa ou de determinados grupos sociais (OLIVEIRA, 2008, p. 83).

Ele pode ser constituído de questões abertas, questões fechadas ou questões de múltipla escolha. O questionário de questões abertas o informante “fica inteiramente à vontade para responder o que achar necessário, podendo sua resposta ser ampla. Já no questionário de questões fechadas o informante assinala os itens segundo seu ponto de vista, enquanto que nas questões de múltipla escolha o informante tem que optar por assinalar vários itens para dar sua resposta”

(OLIVEIRA, 2008, p. 84). Uma das vantagens do questionário de questões abertas, ou como também pode ser chamado, questionário aberto, é a total liberdade de se expressar que ele dá ao informante, foi exatamente essa característica que influenciou na sua escolha para esta pesquisa.

A aplicação do questionário pode ser realizada diretamente pelo pesquisador(a), enviado pelos correios ou via internet, nessas duas últimas alternativas é necessário que haja um contato prévio entre pesquisador(a) e informante, por telefone ou devem ser enviados no corpo de texto da mensagem da carta ou e-mail uma explicação sobre os objetivos da pesquisa, no caso desta pesquisa o questionário *on line* que foi aplicado.

Triviños (2011, p. 138) fala que “o pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apóia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações”, por isso dá-se a importância da utilização de variadas técnicas e métodos.

Neste trabalho, para análise dos documentos coletados, foi utilizada a análise documental, que:

Trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamento pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação medida (GAUTHIER, 1984, p. 296-297 *apud* CELLARD, 2012, p. 295).

Através de análise documental o autor propõe a avaliação de documentos de forma crítica, por meio de três etapas: a análise preliminar, o quadro teórico e a análise interpretativa e crítica, o que possibilita contextualizar o texto produzido, o autor e atores sociais em cena, a partir da confiabilidade dos documentos acessados. E também permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social, porque graças ao documento pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução dos indivíduos e de grupos.

Por sua vez, a análise preliminar se aplica em cinco dimensões: o exame do contexto social global; a identificação do autor ou dos autores; a autenticidade e

confiabilidade do texto; a natureza do texto; e por último, a identificação dos conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Após a análise preliminar é necessário montar o quadro teórico com as informações coletadas, como afirma Cellard (2012):

É o momento de reunir todas as partes – elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave. O pesquisador poderá, assim, fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial (CELLARD, 2012, p. 303).

O autor mostra a importância da utilização do quadro teórico para as pesquisas, dizendo que:

(...) é importante formular, desde o início algumas ideias diretrizes, propondo um quadro teórico, mesmo restrito, a fim de orientar as análises minuciosas. Contudo, tal quadro deve continuar flexível, pois, diante de novas fontes documentais, bases de arquivos inesperadas, pode-se ser levado a elaborar novas teorias, novas hipóteses, ou a aperfeiçoar alguns conceitos iniciais. É preciso, portanto, manter o espírito crítico, todavia aberto, pois nunca se sabe quais surpresas nos reservam os exames minuciosos dos documentos (CELLARD, 2012, p. 306).

Já segundo Bruyne, Herman e Schoutheete (s/d), o quadro teórico ou conceitual auxiliaria no momento da interpretação dos dados de uma pesquisa, visto que ele é uma classificação sistemática, uma organização de um grupo de conceitos, numa hierarquia, ou um sistema de conceitos e um conjunto de hipóteses associadas, em que o objetivo da tipologização ou da classificação sistemática é a elaboração conceitual, a purificação, a precisão maior dos conceitos.

Por fim, para análise de todos os dados coletados, através da pesquisa bibliográfica e documental e dos questionários *on line*, que já passaram pelo processo de análise documental preliminar, foi utilizada a análise de conteúdos, que é uma importante técnica de análise no campo da pesquisa qualitativa.

Trivinõs (2011); que não delimita um conceito, mas aponta características que considera essenciais; a análise de conteúdos pode ser entendida como um conjunto de técnicas, que permite estudar as comunicações entre os homens, colocando ênfase no conteúdo das mensagens, possibilitando a inferência de conhecimentos relativos à mensagem analisada, seu conteúdo, seu contexto e seu sujeito produtor.

E mais, o mesmo justifica o pôr que se faz importante a utilização desse método dizendo que:

Recomendamos o emprego deste método porque, como diz Bardin (1977, nota 30, p.17), ele se presta para o estudo “das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências” e, acrescentamos nós, para o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que, à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade (...) (TRIVIÑOS, 2011, p. 159-160)

Para Demo (2009, p. 246) a “análise de conteúdo não fica apenas nas fichas, nos relatórios, nas gravações, porque sabe que isto é instrumento, vestimenta, aparência. É preciso ir além, de modo hermenêutico. Saborear as entrelinhas, porque muitas vezes o que está nas linhas é precisamente o que não se queria dizer”. Ela permite desvelarmos as mensagens mais profundas, ao examinar e interpretar de forma cuidadosa os conteúdos dos dados levantados na pesquisa, o que atende a ânsia dos pesquisadores que a escolhem, que querem “chegar aos conteúdos históricos, discuti-los, compreendê-los, criticá-los” (idem).

Ao considerar a importância do processo de reflexão teórica e análise da realidade prática para o processo científico, que conduz a inovação essencial das ciências, se faz necessário ampliar o conhecimento e as informações que possam dar subsídios para encontrar respostas para as inquietações que surgem nesta sociedade tão complexa. Deste modo, a escolha de uma metodologia que sirva de “bússola” para orientar acerca da estrutura da pesquisa, com o emprego adequado dos métodos e as técnicas de pesquisa, torna-se condição essencial para alcançar a profundidade que se busca neste estudo.

2. 2. CATEGORIAS OPERATÓRIAS DA ANÁLISE

É importante trilhar os passos que deverão ser dados para iniciar uma pesquisa, mesmo que a pesquisa científica exija flexibilidade e seus instrumentos sejam revisados, corrigidos e adaptados constantemente durante o trabalho, de modo a atingir os objetivos da pesquisa, por isso:

Um dos primeiros passos do pesquisador é o de definir alguns conceitos fundamentais para construir o quadro teórico da pesquisa. Toda construção teórica é um sistema cujos eixos são os *conceitos*, unidades de significação que definem a forma e o conteúdo de uma teoria. Categorias são os conceitos mais importantes dentro de uma teoria (GOLDENBERG, 2004, p. 79, grifo nosso).

Assim, as categorias operatórias ou de análise são usadas para instrumentalizar uma pesquisa e não devem ser confundidas com os conceitos, porque, na verdade, as categorias são uma seleção dos conceitos mais importantes para a pesquisa, como destacamos acima na fala de Goldenberg.

Já Paviani (2009, p. 51) entende como categoria “um atributo que serve para indicar classe, qualidade, ordem. Serve para classificar pessoas, gêneros, tempo, modo, etc. Para falar sobre a situação de um grupo ou para explicar uma revolução, pode-se distinguir a matéria, sob os pontos de vista, econômico, social e político”.

Mas Bruyne, Hermann e Schoutheete (s/d, p. 105-106) alertam para o caráter provisório, transitório das categorias operatórias, porque todo conceito operacional abandona, reduz, todo sentido provisório, toda significação que vá além da formulação possível em termos de operações e tende a eliminar o real, o concreto em nome do universal.

Com a intencionalidade de interpretar os achados da análise documental e das entrevistas realizadas serão utilizadas as categorias operatórias como **políticas públicas** segundo os autores Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), Lourenço (2005), Gastal e Moesch (2007), Araujo e Taschner (2012); **turismo** embasado em Molina (1997), Tribe (1997), Moesch (2002), Gastal (2004), Beni (2007), Gastal e Moesch (2007); **desenvolvimento endógeno** sustentado em Morin e Kern (1993), Brose (2000), Barquero (2004) e (2007), Beni (2006), Santos (2009), Dallabrida,

Siedenberg e Fernández (2010); e, **participação** com base em Bordenave (1987), Demo (1996), Brandon (2001) e Sampaio (2013).

As ideias explicitadas pelos documentos institucionais e falas dos pesquisados foram inscritas em temas, identificados e classificados em rubricas, baseados em concepções teóricas adotadas pela autora em busca de favorecer uma melhor compreensão e interpretação, sendo eles:

1. Políticas públicas – são uma resposta do Estado às demandas da sociedade, por meio de um conjunto de ações e omissões em determinada área ou em relação a uma questão que chama atenção dos agentes decisórios.
2. Turismo – é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.
3. Desenvolvimento endógeno – é o tipo de desenvolvimento que visa atender às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida, com o objetivo de buscar o bem-estar sociocultural e econômico da mesma.
4. Participação – refere-se ao envolvimento dos membros da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural.

Dentro deste contexto, que foi construído o quadro teórico de análise (Quadro 1) a seguir para servir como instrumento de análise das concepções de turismo, políticas públicas, desenvolvimento endógeno e participação que os atores sociais envolvidos no processo de construção do turismo no município de Bragança trazem da sua relação com o turismo:

Quadro 1 - Modelo de quadro teórico de análise do conteúdo para interpretação dos documentos coletados

Temas	Rubricas		
	Concepção	Dificuldades	Avanços
Políticas Públicas			
Turismo			
Desenvolvimento Endógeno			
Participação			

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016

Através deste quadro o conteúdo do pensamento dos atores sociais foi dividido entre os temas, baseados em concepções teóricas adotadas pela autora, e foram identificados e relacionados com os elementos essenciais às rubricas, as concepções, dificuldades e avanços, de modo a reconhecer quais são as dificuldades e avanço em relação à teoria apresentada.

Entender o sentido dos termos empregados pelo autor ou pelos autores de um texto é importante para a compreensão da pesquisa, determinar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos, até mesmo porque poderão existir termos que foram ressignificados com o passar do tempo, ou ainda, termos técnicos específicos referentes à área de estudo, termos regionais ou da linguagem popular. E, principalmente, devemos ter um cuidado especial com os “conceitos-chave presentes em um texto e avaliar sua importância e seu sentido, segundo o contexto preciso em que eles são empregados” (CELLARD, 2012, p. 303).

Por isso é pertinente a realização de um trabalho completo de análise preliminar do documento e é prudente avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende analisar, inclusive no que diz respeito aos conceitos-chave utilizados.

2. 3. OBJETO DE PESQUISA: O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA DO PARÁ E SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO

2. 3. 1. Programa de Regionalização do Turismo – PRT e suas implicações no município de Bragança

Fruto da evolução do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT - que iniciou em 1994 e foi concebido para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal, o Programa de Regionalização do Turismo – PRT – Roteiros do Brasil - foi lançado em abril de 2004, constitui-se em uma política pública em âmbito territorial, desenvolvida a partir do Plano Nacional de Turismo (2003-2007), e centrou-se no propósito de que sua execução, de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, levasse a contribuir positivamente nos resultados socioeconômicos do território. Por isso, que seu objetivo principal é “apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no País, de forma regionalizada e descentralizada” (BRASIL, 2013, p. 24), e a partir dele se estabeleceu como objetivos específicos:

- Mobilizar e articular os programas e ações no âmbito do Ministério do Turismo, dos ministérios setoriais, das agências de fomento nacionais e multilaterais, para a abordagem territorial e a gestão descentralizada do turismo.
- Estabelecer critérios e parâmetros para a definição e categorização dos municípios e das regiões turísticas, de modo a gerar indicadores de processos, resultados e de desempenho como ferramentas de apoio à tomada de decisão técnica e política.
- Promover a integração e o fortalecimento das instâncias colegiadas, nos Estados, regiões e municípios, fortalecendo a Rede Nacional de Regionalização.
- Incentivar e apoiar a formulação e a gestão de planos turísticos estaduais, regionais e municipais, com o protagonismo da cadeia produtiva, adotando visão integradora de espaços, agentes, mercados e políticas públicas.
- Prover os meios para qualificar os profissionais e serviços, bem como incrementar a produção associada nas regiões e municípios turísticos.
- Fomentar o empreendedorismo nos Estados, regiões e municípios turísticos, bem como criar oportunidades para a promoção de investimentos.
- Identificar as necessidades de infraestrutura dos Estados, regiões e municípios e articular sua priorização com áreas setoriais.
- Apoiar a promoção e comercialização dos produtos turísticos.
- Transferir conhecimento técnico visando à eficiência e eficácia da gestão pública de turismo no País.

- Definir critérios, parâmetros e métodos capazes de estimular e disseminar as melhores práticas e iniciativas em turismo no País.
- Estabelecer critérios para a ampliação do uso de editais de seleção pública, na escolha de projetos para a destinação de recursos públicos do orçamento (idem).

Durante o processo de implementação do PRT foram realizadas oficinas e reuniões setoriais e nacionais, para a compreensão de conceitos; a definição das estratégias de implantação nas 27 Unidades da Federação; o planejamento das ações; e, particularmente, a construção de critérios para a definição do conjunto de municípios que constituem cada “região turística” (BRASIL, 2013, p. 17).

O PRT utilizou como principal estratégia de implantação a participação, que resultou na formação de uma Rede Nacional de Regionalização, composta dos atores sociais ligados à atividade turística. A formação e mobilização dessa rede se deram por meio do trabalho e empenho dos técnicos responsáveis dos órgãos oficiais de turismo em cada Estado, onde deveriam promover as articulações necessárias para a estruturação dos destinos turísticos e disseminar, nas regiões e municípios do Estado, as diretrizes e estratégias do programa.

Em razão de um dos objetivos do Programa de Regionalização ser “a desconcentração da oferta turística brasileira, localizada predominantemente no litoral, propiciando a interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados no mercado interno e externo” (BRASIL, 2007, p. 25).

O processo de estruturação do destino turístico consiste em atuar a partir dos eixos do Programa de Regionalização do Turismo, em parceria com os Estados, regiões e municípios, tendo como base seus respectivos níveis de desenvolvimento turístico, e, compõe a política pública de ordenamento territorial e da interiorização do desenvolvimento, consolidando destinos e regiões estratégicos.

São condições necessárias para a estruturação dos destinos turísticos do país em padrão de qualidade internacional: investimentos em infra-estrutura turística nesses destinos; ações de qualificação e certificação profissional; e certificação de empreendimentos turísticos.

O processo gerou como ferramenta de trabalho o Mapa de Regionalização do Turismo, que é o instrumento que até hoje orienta a atuação do Ministério do Turismo – MTur - no desenvolvimento de políticas públicas de turismo, que norteia

ações de programas e processos no âmbito do próprio ministério e que define o recorte territorial que deve ser trabalhado prioritariamente.

A regionalização propõe a ampliação das ações centradas nos municípios e apresenta, em 2004, o Mapa da Regionalização, composto por 219 regiões turísticas, contemplando 3.203 municípios, que foram apresentados na primeira edição do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, realizada em 2005, como uma estratégia para impulsionar as ações da regionalização. Nesta primeira edição do evento apresentou ao país 451 roteiros turísticos, envolvendo apenas 959 municípios em 134 regiões turísticas daqueles que foram definidos no PRT.

Após esse evento, perceberam a necessidade de reorganizar a oferta turística nacional, os órgãos oficiais de turismo dos Estados e o MTur realizaram, de 2005 a 2006, uma série de reuniões, seminários e oficinas que resultaram na atualização do Mapa da Regionalização, onde foram mapeados 200 regiões turísticas e 3.819 municípios e selecionados os roteiros e regiões que apresentam condições de serem trabalhados para adquirirem um padrão de qualidade internacional de mercado.

Na segunda edição do Salão do Turismo, realizado em 2006, foram apresentados 396 roteiros turísticos de 149 regiões e 1.027 municípios, onde foram selecionados apenas 87 roteiros que perpassam 116 regiões com 474 municípios a ser trabalhados.

Para priorizar destinos nos 87 roteiros selecionados foram consideradas as avaliações e valorações do Plano de Marketing Turístico Internacional – Plano Aquarela, do Plano de Marketing Turístico Nacional – Plano Cores do Brasil, além de outros estudos e investigações sobre investimentos do governo federal e sobre as potencialidades desses destinos. E com base nesse estudo, destacaram-se 65 destinos turísticos que deveriam induzir o desenvolvimento nos respectivos roteiros e regiões turísticas em todos os Estados. Além disso, foram identificadas 303 regiões turísticas, que agregam no seu conjunto 3.345 municípios, conforme a última versão do mapa atualizada em 2013.

Por isso que também no Plano Nacional do Turismo 2007-2010 são priorizados os 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, que foram definidos como uma estratégia para aperfeiçoamento do PRT, de modo a servir de modelo para o desenvolvimento do turismo regional e da roteirização turística, e aumentar o número de destinos indutores no país.

Então, tendo como base o Mapa de Regionalização do Turismo, agora denominado Mapa do Turismo Brasileiro, o Ministério do Turismo adota uma nova metodologia para categorizar os municípios brasileiros.

Essa metodologia visa categorizar os municípios brasileiros quanto ao desempenho econômico do setor turístico, a partir de quatro variáveis: número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem; número de empregos formais no setor de hospedagem; estimativas de fluxo de turistas domésticos; e, estimativas de fluxo de turistas internacionais, com o objetivo de orientar as políticas públicas de desenvolvimento do turismo, de forma a subsidiar a tomada de decisões estratégicas da gestão pública e orientar a elaboração e implementação de políticas específicas para cada categoria de municípios, de modo a atender suas especificidades (BRASIL, 2015, p. 8).

Além do mais, deverá subsidiar a revisão das regras e critérios do MTur para formalização de instrumentos de transferências voluntárias de recursos para apoio a programas, projetos e ações que visam ao desenvolvimento do turismo, com vistas à eficiência alocativa de recursos públicos.

Assim, conforme resultado obtido na análise de cluster, os municípios das regiões turísticas foram agrupados em cinco diferentes categorias, definidas como clusters A, B, C, D e E (BRASIL, 2015).

É importante entender o que é essa metodologia da análise de cluster para saber o porquê da sua escolha para a categorização. Para Beni (2012), os clusters se constituem em uma importante e destacada forma multiorganizacional, portanto, o cluster de turismo seria

(...) um conjunto permanente de ações dinâmicas e reiterantes de esforço comunitário; mobilização social; empreendedorismo nos investimentos econômicos; eficiente comunicação interorganizacional; engajamento dos atores sociais e agentes institucionais; e interação de todos os segmentos da oferta para a necessária e imprescindível sinergia no arranjo produtivo para a consolidação de seu desenvolvimento sustentável (BENI, p. 521)

Contudo, o MTur utiliza um conceito mais restrito de análise de cluster de Mingoti (2005), que a caracteriza como uma técnica estatística multivariada que

(...) tem como objetivo dividir os elementos de uma amostra em grupos, de forma que elementos pertencentes a um mesmo grupo sejam similares entre si, com respeito às variáveis (características) que neles foram

medidas, e que elementos em grupos diferentes sejam heterogêneos em relação a estas mesmas características (MINGOTI, 2005, p. 155).

Mas a escolha desse conceito se justifica pela realização de uma pesquisa exclusivamente quantitativa, a partir de dados secundários disponíveis ao MTur.

Assim, dentro da categorização, os municípios com maior expressão, no que diz respeito à estimativa de fluxo turístico doméstico e internacional, são aqueles do cluster A, que apesar do número pequeno de 51 municípios, incluindo as 27 capitais brasileiras, correspondem a 47% do fluxo doméstico e 82% do internacional, e representa os municípios com maior número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem. Este grupo concentra destinos turísticos consagrados como Porto Seguro (BA), Ipojuca (Porto de Galinhas/PE), Armação de Búzios (RJ), Campos do Jordão (SP), Guarapari (ES), Balneário Camboriú (SC), Foz do Iguaçu (PR), Gramado (RS) e Caldas Novas (GO) (BRASIL, 2015).

Já em relação ao A, o cluster B tem um número três vezes maior de municípios em sua formação, 167, sendo que com participação expressiva de localidades das regiões Sudeste, Nordeste e Sul, mas com uma percentagem menor em relação ao fluxo turístico. Mas somados os clusters A e B respondem por 68% do fluxo doméstico brasileiro e 96% do internacional.

Todavia, o maior número de cidades concentra-se nos clusters D e E, são 2.623 ou 75%, que em contramão reúnem os municípios de menor fluxo de turistas e empregos formais no setor, chegando a 0 (zero) nos municípios do E (BRASIL, 2015, p.11).

O intuito de conhecer as características de cada cluster é para proporcionar apoios adequados a cada um deles. Por isso que a categorização é um instrumento para identificação do desempenho da economia do turismo dos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, que foi instituída por meio da Portaria nº. 144, de 27 de agosto de 2015 (BRASIL, 2015, p. 8). É uma estratégia do Programa de Regionalização do Turismo, para atender à necessidade do MTur de aprimorar os critérios para definir políticas públicas para o setor e criar um instrumento capaz de subsidiar, de forma objetiva, a tomada de decisões de acordo com o desempenho da economia do turismo de cada localidade.

O processo de categorização teve sua metodologia avaliada pelas secretarias estaduais e municipais de turismo e foi reconhecida em diversas instâncias do poder

público, como na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado (BRASIL, 2015).

Ressaltamos que a categorização passou a ser o instrumento norteador da atuação do Governo Federal para fins de elaboração e implementação de políticas públicas de turismo, apesar de “mantém-se a amostra territorial dos 65 destinos para compor as pesquisas do Índice de Competitividade do Turismo Nacional e realizar análises e interpretações das mais variadas naturezas, considerando sua série histórica de dados” (BRASIL, 2015, p. 12).

Mas o que percebemos durante esses mais de dez anos de PRT é que o objetivo de aumentar o número de destinos indutores no país, já mencionado, não foi alcançado, visto que durante as várias reformulações do Mapa de Regionalização se modificou por vez o número de regiões turísticas e municípios contemplados pelo programa, mas até o momento da formulação de uma nova categorização permaneceu o número de 65 destinos indutores apontados inicialmente. E agora com a nova categorização o número de municípios considerados com maior expressão no mercado ainda ficou menor, já que os municípios que fazem parte do cluster A são apenas 51, incluindo as 27 capitais brasileiras.

No Estado do Pará apenas Belém e Santarém eram considerados destinos indutores e agora na nova categorização apenas Belém faz parte do cluster A. Já Bragança desde o início foi definido como um destino prioritário e apesar de tantas reorganizações do Mapa de Regionalização, nunca esteve fora do PRT, porém nesta nova categorização se encontra classificada dentro do cluster C.

No caso, Bragança do Pará faz parte do cluster C, por conta do número baixo registrado no município nas quatro variáveis consideradas pelo MTur para a categorização: quanto ao número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem, o município apresenta somente 12 estabelecimentos; que empregam 90 pessoas, o que equivale ao número de empregos formais no setor de hospedagem na localidade; já a estimativa de fluxo de turistas domésticos foi de apenas 124.075 mil pessoas; e a estimativa de fluxo de turistas internacionais não houve o registro de nenhum visitante estrangeiro na localidade.

Apesar da validação do processo de categorização pelas secretarias estaduais e municipais de turismo e do reconhecimento em diversas instâncias do poder público, nos perguntamos se os critérios adotados para a categorização são

os mais adequados, visto que eles medem o desempenho da economia do turismo de cada localidade, ou seja, mais uma vez priorizam o econômico e esquecem os outros fatores como o social e o ambiental. O que nos faz questionar se esses critérios não poderiam prejudicar os municípios categorizados nos clusters C, D e E, que são municípios com menor infraestrutura turística ou até inexistente, mas que tem potencial turístico, como no caso de Bragança, que necessitam de maiores incentivos e investimentos, caso o ministério priorize o investimento nos municípios pertencentes aos clusters A e B.

Além do mais, de onde esses dados foram coletados, das secretarias e departamentos estaduais e municipais de turismo? Ou esses órgãos só foram responsáveis por validar as informações? Ou foram outros órgãos? Ou ainda, foram coletados diretamente nos empreendimentos turísticos? Como foi realizado o monitoramento do fluxo de turistas domésticos e internacionais nos municípios? São confiáveis os números informados? Sendo que sabemos que muitos municípios brasileiros não realizam qualquer tipo de avaliação do turismo e nem fazem o monitoramento do fluxo turístico, da empregabilidade e dos impactos na localidade, muitas vezes até por falta de estrutura de apoio, recurso financeiro e humano, entre outras coisas.

Estes questionamentos são pertinentes na medida em que uma das condições de participação nos processos seletivos de projetos para apoio financeiro do MTur era que o município deveria fazer parte das regiões turísticas do Mapa de Regionalização do Turismo estabelecido pelo PRT, como foi o caso do projeto de Fomento ao Turismo Religioso com foco na Festividade de São Benedito em Bragança/PA aprovado em 2013. Então, com a nova categorização qual será o critério utilizado? O município deverá pertence ao cluster A somente? Ou aos clusters A e B? Ou a qualquer um dos clusters?

Isso pode prejudicar alguns municípios com grande potencial turístico que estão classificados nos clusters C e D, e quem sabe no E também, mas que precisam de investimentos para se estruturar e alavancar o turismo na localidade. Sabemos que muitos municípios brasileiros enfrentam dificuldades por falta de recursos financeiros, porque não possuem orçamento próprio ou o recurso reservado a pasta do turismo ser o mínimo, por não ser considerado prioridade, por

isso necessitam de recursos estaduais e federais para a realização de programas e projetos.

2.3.2. Plano Ver-o-Pará – Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará 2012-2020

O primeiro plano de turismo criado pelo Governo do Estado, por meio da Companhia Paraense de Turismo – PARATUR⁵, na época órgão oficial de turismo no Estado, foi o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, elaborado em 2001, pensando no planejamento macro, de ser o turismo um dos eixos prioritários de desenvolvimento, gerador de emprego, renda e qualidade de vida à população paraense.

O Plano Ver-o-Pará – Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará foi o segundo plano de turismo, lançado em novembro de 2011, surge como uma ferramenta que busca a excelência de resultados de uma política pública voltada ao turismo, em sintonia com os setores empresarial, sociedade civil organizada e o *trade* turístico, e dá diretrizes ao Sistema Estadual de Gestão do Turismo – SEGETUR, composto pela Secretaria de Estado de Turismo – SETUR⁶, Companhia Paraense de Turismo – PARATUR – e Fórum de Desenvolvimento Turístico do Pará – Fomentur. A sua finalidade é:

Reforçar a gestão pública do turismo e, desta forma, dar clareza à sociedade de que o turismo é atividade produtiva e econômica prioritária

⁵ A Companhia Paraense de Turismo - PARATUR, constituída nos termos da Lei Estadual nº 4.368, de 9 de dezembro de 1971, e criada através de Decreto nº 8.026, de 12 de julho de 1970, foi por muitos anos o órgão oficial de turismo do Estado. A partir de 2011, foi vinculada institucionalmente ao Sistema Estadual de Gestão de Turismo – SEGETUR - e técnica e operacionalmente à Secretaria Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção - SEDIP, é dotada de autonomia técnica, administrativa, financeira e patrimonial. E com a criação da SETUR também em 2011, a PARATUR teve seu papel redefinido e foi transformada em agência de promoção turística do Estado, ganhando uma nova missão de desenvolver a promoção e divulgação do Pará através de ferramentas de marketing (PARÁ, 2016).

⁶ Em 29 de dezembro de 2011, foram criados o Sistema Estadual de Gestão do Turismo – SEGETUR e a Secretaria de Estado de Turismo – SETUR, com a publicação no Diário Oficial do Estado do Pará da Lei nº 7.593, de 28 de dezembro de 2011. A SEGETUR, que tem por missão institucional promover o desenvolvimento turístico no Estado do Pará, de forma integrada e articulada, com os órgãos que o compõem. E a SETUR é o órgão central do SEGETUR, um órgão da administração direta, vinculada à Secretaria Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção, com a finalidade de planejar, coordenar e gerenciar a política de desenvolvimento turístico no Estado do Pará, funções antes desenvolvidas pela PARATUR, como mencionado (PARÁ, 2016).

para o Estado, assim como dar segurança ao empresariado para que venha a investir cada vez mais na consolidação dos arranjos produtivos necessários para o crescimento da atividade (PARÁ, 2011, p. 7).

O plano foi elaborado entre junho e novembro de 2011, sob a liderança técnica da equipe da PARATUR e da empresa de consultoria espanhola Chias Marketing. Ele é composto por nove macroprogramas, 42 projetos de desenvolvimento turístico e 26 projetos voltados para ações de marketing, e direciona os investimentos da área para dois eixos: a promoção do turismo e o desenvolvimento e fomento de novos produtos turísticos, além do fortalecimento das políticas públicas de turismo, a fim de consolidar o Pará como um destino turístico prioritário nos mercados local, regional, nacional e internacional.

A metodologia internacional de planejamento estratégico utilizada baseia-se em um modelo participativo, onde os projetos de desenvolvimento e marketing em andamento foram selecionados e todo o setor de turismo do Estado foi mobilizado, pelas equipes da PARATUR e Chias Marketing, com o intuito de ouvir suas opiniões e colher sugestões para o novo plano.

Essa metodologia adotada contempla três fases de atuação: a primeira fase refere-se à análise da situação atual do turismo no Pará, no contexto nacional e mundial; a segunda fase diz respeito à elaboração de uma proposta de planejamento estratégico, decorrente das conclusões da análise da situação atual; e, a terceira e última fase relaciona-se a elaboração de dois planos operacionais, que definem as atuações necessárias para pôr em prática as linhas estratégicas geradas durante a etapa anterior.

Na primeira fase o objetivo foi fazer um retrato do turismo no Pará, de modo a fundamentar e criar um planejamento consistente no setor e para isso foi necessário analisar os seguintes aspectos:

- Os volumes atuais do turismo no mundo, no âmbito internacional e nacional, onde foram considerados também os movimentos turísticos internacionais específicos do segmento de ecoturismo ou turismo de natureza.
- A atividade turística no Pará, referenciada por séries históricas que permitiram, a partir da reconstrução do processo evolutivo compreender o estágio de desenvolvimento e desempenho econômico do turismo no Estado.
- O território, as infraestruturas de acesso e os serviços turísticos, existentes e em fase de projeto.

- A situação do produto Pará nos canais de comercialização do mercado local, nacional e internacional.
- A situação dos recursos, produtos e da oferta turística atual dos seis polos turísticos do Estado do Pará.
- A opinião interna, ou seja, a percepção dos gestores públicos, empresários, profissionais e representantes da sociedade civil sobre a situação do turismo no destino Pará.
- A opinião externa, ou seja, a avaliação que o turista atual que visita o Pará, levantada por meio de pesquisa qualitativa, faz sobre os produtos e destinos do Estado.
- A política turística nas três esferas de governo, em âmbito federal, estadual e municipal (PARÁ, 2011, p. 16).

Na segunda fase, “buscou-se estabelecer uma estratégia como a decisão do caminho para conseguir um objetivo futuro; objetivo esse que tem de ser alcançável, mas que é também quase um desafio para todos, ou seja, deve ser uma utopia possível” (PARÁ, 2011, p. 62). A definição do plano estratégico seguiu o processo metodológico, em que todas as decisões se relacionaram formando um conjunto estratégico para a realização do turismo em longo prazo, estabelecido como recorte temporal os anos de 2012 a 2020, onde foram traçadas as linhas de atuação mercadológica do Estado do Pará, e foram definidos elementos como a visão de futuro para o turismo do Estado e a estratégia de comunicação a ser implantada, a partir das conclusões tiradas da etapa anterior, que devem alinhar toda a atuação pública e privada, tanto no âmbito do desenvolvimento, como no do marketing turístico.

Na terceira fase, após a realização da análise da situação atual do turismo no Estado e a formulação de estratégias em cima do que foi levantado, definindo o caminho a seguir para a conquista das metas, chega-se a última etapa de elaboração dos Planos Operacionais que concretizam as estratégias: o Plano Operacional de Desenvolvimento e o Plano Operacional de Marketing.

O Plano Operacional de Desenvolvimento define a sustentabilidade como eixo sistêmico, a qualidade e a competitividade como vértices estruturantes para os macroprogramas, programas e projetos, com o objetivo de garantir o ambiente favorável para os negócios, promover a inclusão através da redução da pobreza e desigualdade social, fazer o melhor aproveitamento dos recursos naturais e culturais sem comprometer sua viabilidade no tempo, estimular a capacidade de produção e de inovação no âmbito do setor de turismo.

O Plano Operacional de Marketing apresenta as ações de promoção, tanto em sua vertente de comunicação aos públicos como na de comercialização do produto turístico junto ao *trade* turístico, chegando também a definir projetos de sensibilização do setor privado. Paralelamente

propõe a implantação de um sistema de monitoria, informação e controle de marketing que permitirá a revisão e atualização permanente do Plano Operacional, bem como sua renovação a cada três anos em função dos resultados alcançados (PARÁ, 2011).

Esses planos foram divididos em macroprogramas: o Plano Operacional de Desenvolvimento, em Macroprogramas de Estruturação de Produtos, de Qualidade, de Competitividade; e o Plano Operacional de Marketing, em Macroprogramas de Comunicação, de Promoção e de Inteligência de Mercado e Inovação. Que resultaram na definição de 70 projetos, onde o processo de desenvolvimento do turismo no Pará deverá ter como premissa os princípios da sustentabilidade, com atenção especial ao controle de impactos negativos da atividade, o fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico e a proteção do patrimônio natural e cultural.

Devemos destacar alguns aspectos percebidos durante a leitura do relatório executivo do plano, primeiramente percebemos a ausência de informações sobre os municípios que são considerados prioritários e sobre o significado do conceito de município prioritário no plano, encontramos apenas na página do site da SETUR⁷ e no Boletim do Turismo do Estado do Pará produzido pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA - a informação de que são 23 municípios considerados prioritários, pertencentes aos 6 pólos turísticos do Estado, mas não encontramos neste documento nenhuma menção. Somente nesse boletim são citados quais os municípios prioritários de cada polo, inclusive, no âmbito do polo Amazônia Atlântica, nele fala que segundo o Plano Ver-o-Pará, “os municípios de Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, Paragominas, Salinópolis, Tracuateua, Vigia e São Caetano de Odivelas se destacam como municípios prioritários para ações de governo ligadas ao Turismo” (FAPESPA, 2016, p. 16-17).

Outra questão que fica evidente a ausência de fundamentos teóricos e metodológicos no mesmo, que possam subsidiar a elaboração de políticas públicas de turismo no Estado e, conseqüentemente, nos municípios, adequados a realidade dos locais onde estas venham à ser desenvolvidas. Na verdade, visivelmente não há sequer um entendimento do que seja uma metodologia, visto que se fala na

⁷ Informação está disponível e pode ser confirmada no link: <http://setur.pa.gov.br/oportunidade-de-investimento-tur%C3%ADstico>

aplicação de uma “metodologia internacional de planejamento estratégico”⁸, e sim ações direcionadas a um fim.

Além do mais, não encontramos no plano as categorias operatórias utilizadas, quanto mais o significado de conceitos chave como, por exemplo, os de turismo, planejamento, participação, entre outros. Assim, não fica claro como devem ser entendidos e aplicados esse e outros conceitos no momento do planejamento, elaboração e execução das políticas públicas.

Em seguida, podemos notar a contradição entre o discurso e a prática das políticas públicas de turismo no Estado do Pará, quando ao dizer que o Plano Ver-o-Pará se baseou em um modelo participativo, foi consultado todo o setor de turismo, colocando que houve a mobilização, articulação e participação do *trade* turístico no quadro ilustrativo que apresenta a metodologia, o que dá a entender que apenas ele que participou da construção do plano. O que nos faz questionar que tipo de participação é essa que exclui parte da sociedade, inclusive os atores sociais que compõe o sistema produtivo local, como pequenos produtores rurais, e outros grupos organizados que representam as minorias. Sendo que, uma política de Estado é muitas vezes replicada nos municípios, por isso que ao analisarmos o processo de construção do turismo em Bragança, devemos entender como essa política de Estado influenciou nas políticas públicas voltadas para o turismo no município nos últimos doze anos.

⁸ O planejamento estratégico que pode ser definido “como a aplicação sistemática do conhecimento humano para prever e avaliar cursos de ação alternativos com vistas à tomada de decisões adequadas e racionais, que sirvam de base para a ação futura” (HOLANDA, 1974, p. 36).

2. 3. 3. Caracterização do município de Bragança do Pará

Bragança com 403 anos é uma das regiões de colonização mais antigas do Estado do Pará, os primeiros europeus a conhecerem a região do Caeté, então habitada pelos índios tupinambás, chegaram no dia 08 de julho de 1613 na expedição de exploração dos franceses formada por uma escolta de 40 (quarenta) soldados e sob o comando de Daniel de La Touche (fundador da capital maranhense São Luís) (BRAGANÇA, 2013), apesar de existir controvérsias acerca da exatidão da data da chegada desta expedição, se considera esta data para comemoração do aniversário do município.

Os franceses tentaram organizar o primeiro núcleo da colonização na região do rio Caeté, mas foram expulsos pelos portugueses que estabeleceram expedições que visavam acabar com as posses de franceses, ingleses, holandeses que haviam fixado bases em boa parte do litoral da colônia. E os índios foram praticamente exterminados tanto pela guerra contra franceses e holandeses, quanto pelos males físicos e doenças dos europeus, além de o serem alocados para um trabalho obrigatório junto aos primeiros colonos.

O território do município de Bragança que fazia parte da Capitania do Gurupi passou 12 (doze) anos abandonada em posse do então Governador Geral do Brasil, Gaspar de Souza. Quando seu filho e sucessor Álvaro de Souza reclama a posse da terra, que já havia sido tomada pelo governador do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho. Na disputa pela terra, Álvaro ganha e imediatamente funda a “Vila Souza do Caeté”, o primeiro núcleo populacional, ao lado direito do rio Caeté, mais próximo da saída para o Oceano Atlântico, porém com dificuldades de acesso e comunicação com Belém, a vila é transferida para o outro lado do rio e o antigo povoado que permanece fica conhecido como Vila Cuera ou Vila-Que-Era. Ao longo dos anos, este território sofreu com disputas entre senhores de capitânicas e governadores.

Assim, Bragança foi originada pela vila já constituída de Souza do Caeté e a incorporação da aldeia missionária de São João Batista, após sua transferência de local para a margem esquerda do rio Caeté. E graças à sua nova posição geográfica privilegiada, entre Belém e São Luís, ganhou importância política e econômica.

Apesar disso, apenas em 1854, através da resolução n.º 252, de 02 de outubro do referido ano, a vila tornou-se cidade, por determinação do Presidente da Província, tenente-coronel Sebastião do Rego Barros, com o nome de Bragança.

Participou de forma direta das lutas políticas paraenses, como o movimento da independência e as agitações entre 1824 e 1835, quando o seu porto constituiu-se ponto de parada de foragidos que procuravam o Maranhão para fugir do conflito. Após a adesão de Belém, em um processo bastante longo, aconteceu a adesão de Bragança à Independência do Brasil, em 1º de outubro de 1823, por interferência de Domingos José de Souza, que na época exercia o cargo de juiz ordinário.

O município teve seu período áureo na história do Pará com a instalação da Estrada de Ferro de Belém-Bragança em 03 de abril de 1908, cuja extinção se deu em 31 de dezembro de 1965, contribuiu para o declínio considerável da economia e do desenvolvimento da região e do município (BRAGANÇA, 2013). Marcas daquele período se percebem na arquitetura bragantina e nas lembranças das pessoas.

Localizada na mesorregião Nordeste do Pará e na microrregião Bragantina, detém uma área territorial de 2.091,930 km², com uma população de 113.227 mil habitantes, conforme o Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2016), fica a 210 km de distância da capital paraense Belém e limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com os municípios de Santa Luzia do Pará e Viseu, a leste com o município de Augusto Corrêa, e a oeste com o município de Tracuateua, como ilustra a Figura 1.



Figura 1 – Limites do município de Bragança/PA
Fonte: IBGE, 2016

Atualmente é integrada pelos distritos de Bragança (sede), Almoço, Caratateua, Nova Mocajuba, Treme e Tijoca.

O acesso ao município pode ocorrer através do Oceano Atlântico, via rio Caeté; pelas Rodovias BR-316 e BR-308, a partir da capital (vide Figura 2); e, também por via aérea através de voos fretados (BRAGANÇA, 2013).

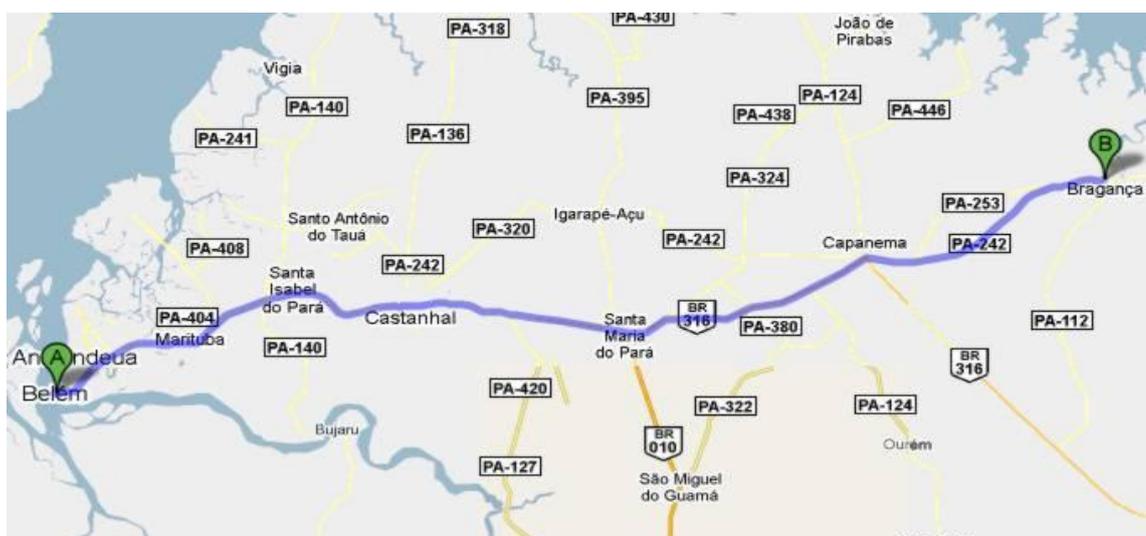


Figura 2 - Trajeto Belém-Bragança

Fonte: <http://parapraias.no.comunidades.net/praias-braganca-ajuruteua>
Acesso em: 11 nov. 2016

Bragança faz parte da Região de Integração do Rio Caeté⁹, essa região foi colonizada basicamente por nordestinos, teve um processo de ocupação territorial associado à pequena propriedade e a agricultura familiar, ao longo da antiga Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFBB), que depois de desativação deixou como remanescentes desse período pequenos núcleos urbanos, alguns que viraram municípios como Bragança, Tracuateua, Primavera e Peixe-Boi. Com a desativação da estrada de ferro, a mudança no eixo de circulação do Nordeste paraense para a rodovia BR-316 como eixo central, ocasionou em um período de declínio de sua economia com repercussões para a dinâmica populacional. Hoje, as principais

⁹ Foram estabelecidas no Decreto Estadual de nº 1.066, de 19 de junho de 2008, 12 (doze) Regiões de Integração (Metropolitana, Rio Guamá, Rio Capim, Rio Caeté, Araguaia, Carajás, Tocantins, Lago de Tucuruí, Baixo Amazonas, Tapajós, Marajó e Xingu). Essa regionalização do Estado do Pará teve como objetivo definir regiões que pudessem representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantivessem integração entre si, quer física quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que pudessem se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais. A Região de Integração do Rio Caeté é composta pelos seguintes municípios: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu (PARÁ, 2017).

atividades econômicas da região são a pesca, o turismo e a produção de lavoura temporária e permanente associados à agricultura familiar (PARÁ, 2010, p. 71-72).

Em Bragança, as principais atividades econômicas desenvolvidas são a pesca, o turismo, a produção de lavoura temporária associados à agricultura familiar, e ainda, o extrativismo, principalmente, a coleta do caranguejo-açu (*Ucides Cordatus*) (Figura 3 a seguir).



Figura 3 – Caranguejo-açu (*Ucides Cordatus*)

Fonte: <http://www.agenciapara.com.br/Noticia/108035/definidos-os-periodos-de-defeso-do-caranguejo-uca>

Acesso em: 18 jan. 2017

A cidade é responsável por aproximadamente 49,36% do PIB per capita do Estado (vide Tabela 1 a seguir) e é um dos maiores polos pesqueiros do Estado do Pará, o Estado que é um dos maiores produtores de pescado do Brasil (FREITAS, 2013; SOUZA JUNIOR, SILVA, 2009).

Tabela 1 – Produto Interno Bruto, números do Estado do Pará e do município de Bragança, 2014

Indicadores	Pará		Bragança	
	Valor	Unidade de medida	Valor	Unidade de medida
PIB a preços correntes	124.585	Milhões de Reais	914.882	1000 R\$
PIB per capita	15.430,53	R\$	7.616,15	R\$
Valor adicionado bruto a preços correntes	113.002	Milhões de Reais	867.088	1000 R\$
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes	11.583	Milhões de Reais	47.794	1000 R\$

Notas:

1. Os dados são da série revisada que têm como referência o ano de 2010, seguindo a nova referência das Contas Nacionais.

2. Os dados de 2014 estarão sujeitos a revisão na próxima divulgação.

Fonte: Adaptado pelo autor de IBGE, 2016, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Dos produtos da lavoura temporária os mais produzidos são: a mandioca, o milho e o feijão em grãos, sendo que damos destaque à produção da mandioca que é a cultura pioneira da produção agrícola familiar no município, mais presente em toda sua história, e a principal fonte de renda das comunidades rurais (FUNDAÇÃO HILÁRIO FERREIRA, 2010). Tanto que a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – Adepará - estimou que funcionam no município cerca de 100 casas de farinha no local (MOREIRA, 2016), como também podemos comprovar através dos dados apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Produção Agrícola Municipal 2015 de Bragança/PA – Lavoura Temporária

Produtos	Quantidade produzida (toneladas)	Valor da produção (1000 R\$)	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)	Rendimento médio (quilogramas/hectares)
Arroz (casca)	60	46	60	60	1.000
Cana-de-açúcar	100	10	5	5	20.000
Feijão (grão)	491	1.036	630	630	779
Malva (fibra)	53	104	75	75	707
Mandioca	183.260	41.234	11.900	11.900	15.400
Milho (grão)	648	433	900	900	720

Fonte: Adaptado pelo autor de IBGE, 2016, destaque nosso

Por essa importância no município que a casa de farinha é representada desde 2011 no Festival Junino de Bragança como espaço de demonstração e comercialização, onde além de visualizar o processo de produção da farinha de mandioca, é possível comprar a farinha e outros produtos derivados dessa raiz milenar, conforme Figura 4.



Figura 4 – Produtor rural torrando a farinha na casa de farinha montada durante o XXIV Festival Junino de Bragança em 2012

Fonte: LEMOS, 2012

Além disso, é à base da alimentação da população bragantina, que tem na farinha o elemento mais frequente nas mesas de todas as classes sociais (Op. cit). Assegurando tal afirmação Freitas (2013) diz que:

Em relação à produção advinda da agricultura familiar, a principal atividade desenvolvida associa-se à cultura da mandioca voltada para a produção de farinha de diversos tipos, d'água, lavada, de tapioca, farinha fina, além de outros produtos derivados do processamento da mandioca, como o tucupi, a goma (polvilho), beiju, mandicoera, maniva, largamente utilizados pela culinária regional (FREITAS, 2013, p. 69).

Bragança é um município de médio porte da mesorregião Nordeste de grande importância política e econômica para o Pará, durante toda a história do Estado, que tem uma população hospitaleira que vive, principalmente, à base da atividade pesqueira e da agricultura familiar e que tem vislumbrado no turismo uma possibilidade de promover o desenvolvimento na localidade, como veremos adiante.

2.3.4. O turismo em Bragança

Bragança é um dos destinos prioritários do turismo no Pará reconhecido em âmbito federal e estadual, tanto que integra um dos 6 (seis) polos de turismo do Pará¹⁰, o Polo Amazônia Atlântica (podemos observar a área que compreende o pólo na Figura 5), uma das regiões turísticas prioritárias dentro do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil do Ministério do Turismo, definidas pelo Estado (PARÁ, 2011). E atualmente, na nova categorização Bragança pertence ao cluster C, como vimos anteriormente (BRASIL, 2015).

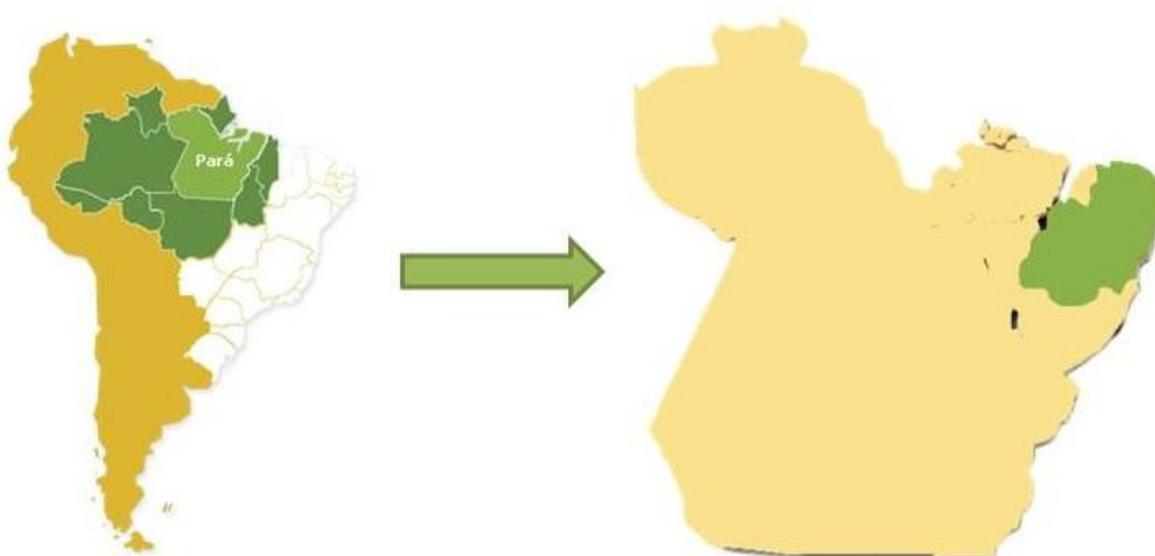


Figura 5 – Delimitação da área do Polo Amazônia Atlântica

Fonte: <http://www.setur.pa.gov.br/content/programa-2>

Acesso em: 18 nov. 2016

O polo é composto por 49 municípios pertencentes às Regiões de Integração do Rio Guamá, do Rio Capim e do Rio Caeté, somando uma população estimada em 1,7 milhões de habitantes, o que corresponde a 21% do total do estado. Tem um PIB de R\$ 16,3 bilhões e a economia baseada, principalmente, nas atividades agropecuárias (pesca, agricultura, extrativismo vegetal e animal), que corresponde a

¹⁰ A Resolução nº. 001/2009, de 12 de maio de 2009, estabelecida pela Companhia Paraense de Turismo – PARATUR, dispõe sobre a adequação dos 6 (seis) polos de turismo do Estado (Belém, Amazônia Atlântica, Marajó, Araguaia-Tocantins, Tapajós e Xingu) existentes as 12 (doze) novas Regiões de Integração estabelecidas no Decreto Estadual de nº 1.066, de 19 de junho de 2008 (PARÁ, 2011).

28%, e no setor de serviços (com destaque para o comércio e atividade turística) a 27% da economia do estado (FAPESPA, 2016).

Quanto ao fluxo de turistas, o polo responde por 7,2% da visitação de turistas do Pará, o que corresponde ao número de 80 mil turistas registrados em 2015 (ver Tabela 3 a seguir), o terceiro maior fluxo entre os polos turísticos, sendo que um dos principais motivos de vinda ao estado dos turistas que escolheram as cidades do polo como destino foi à busca pelo litoral paraense (FAPESPA, 2016).

Tabela 3 – Número de turistas por Polo turístico paraense, 2015

Polo	Número de Turistas	Participação (%)
Pará	1.113.273	100
Belém	650.097	58,5
Tapajós	200.725	18,0
Amazônia Atlântica	80.195	7,2
Marajó	70.929	6,4
Araguaia-Tocantins	66.796	5,9
Xingu	44.531	4,0

Nota: Na contagem do número de turistas, por Polo, foi considerado o destino principal para não haver duplicação, no caso dos turistas que visitaram mais de um destino

Fonte: Adaptado pelo autor de FAPESPA, 2016

Já em Bragança, nas duas últimas pesquisas de perfil socioeconômico do turista realizadas na Festividade do Glorioso São Benedito em 2013 e no Carnaval em 2014, pela Secretaria Municipal de Turismo de Bragança com o apoio da Secretaria de Estado de Turismo do Pará, podemos observar que o maior fluxo de turistas é oriundo do próprio Estado do Pará em ambos os eventos, cerca de 88,33% dos entrevistados no Carnaval e 72,73% na Festividade, conforme a Tabela 4 a seguir, esses números mostram que o fluxo de turistas oriundos de outros estados ainda é incipiente, apesar do potencial turístico do município (PARÁ, 2014; PARÁ, 2013).

Tabela 4 – Percentual dos Estados emissores, por ocasião do Carnaval de Bragança 2014 e da Festividade do Glorioso São Benedito 2013

Estado	Festividade de São Benedito 2013		Carnaval 2014	
	Quantidade	Percentual (%)	Quantidade	Percentual (%)
Pará	176	72,73	106	88,33
Rio Grande do Norte	3	1,24	4	3,33
Maranhão	8	3,31	3	2,50
Amapá	3	1,24	1	0,83
Ceará	5	2,07	1	0,83
Distrito Federal	4	1,65	1	0,83
Minas Gerais	10	4,13	1	0,83
Piauí	0	0,00	1	0,83
Rio de Janeiro	6	2,48	1	0,83
São Paulo	8	3,31	1	0,83
Bahia	4	1,65	0	0,00
Mato Grosso do Sul	3	1,24	0	0,00
Sergipe	2	0,83	0	0,00
Tocantins	2	0,83	0	0,00
Alagoas	1	0,41	0	0,00
Amazonas	1	0,41	0	0,00
Espírito Santo	1	0,41	0	0,00
Pernambuco	1	0,41	0	0,00
Rio Grande do Sul	1	0,41	0	0,00
Santa Catarina	1	0,41	0	0,00
Sem resposta	2	0,83	0	0,00
Total	242	100	120	100

Notas:

1. Foram aplicados 120 questionários durante o evento do Carnaval, que em 2014 caiu dia 04 de março, a terça-feira de carnaval, e foram aplicados 244 questionários durante a Festividade do Glorioso São Benedito que ocorreu de 18 a 26 de dezembro de 2013, mas nesta tabela não foram contabilizados 2 questionários, não fala o porquê no relatório.
2. Devemos levar em consideração que os eventos acontecem em números diferentes dias e por isso também o número de questionários aplicados foi bem maior em um evento que no outro, mas em média foram aplicados 27 a 30 questionários por dia em ambos os eventos.

Fonte: Adaptado pelo autor de SETUR/DPOT/CEPI, 2014

No Carnaval o tempo de permanência ficou em torno de 3 a 5 dias no município, sendo que cerca de 23,33% afirmou permanecer 3 dias, a maioria dos entrevistados, quase um quarto deles. Já na Festividade a média de permanência ficou de 2 a 3 dias, sendo a maior percentagem de 13,93% para os 3 dias (idem).

Quanto às acomodações a maior parte, equivalente a 35,83% no Carnaval e 31,97% na Festividade, alegaram ter utilizado a casa de amigos como meio de hospedagem, está em segundo lugar a casa de parentes com 30,83% no Carnaval e 27,87% na Festividade, enquanto, ficou em torno de 16% apenas aqueles que se hospedaram em hotéis/pousadas em ambos os eventos (idem). Notamos também a questão da segunda residência presente, onde pessoas provenientes de outros municípios ou Estados têm casa própria no município, conforme Tabela 5.

Tabela 5 – Meios de hospedagem utilizados, por ocasião do Carnaval de Bragança 2014 e da Festividade do Glorioso São Benedito 2013

Meio de Hospedagem	Carnaval 2014		Festividade de São Benedito 2013	
	Quantidade	Percentual (%)	Quantidade	Percentual (%)
Casa de amigos	43	35,83	78	31,97
Casa de parentes	37	30,83	68	27,87
Hotel/Pousada	20	16,67	40	16,39
Casa própria	5	4,17	14	5,74
Casa alugada	2	1,67	16	6,56
Flat	0	0,00	3	1,23
Igrejas	0	0,00	2	0,82
Hospedaria	0	0,00	2	0,82
Não Respondeu	5	4,17	4	1,64
Outros	8	6,67	17	6,97
Total	120	100	244	100

Notas:

1. Foram aplicados 120 questionários durante o evento do Carnaval, que em 2014 caiu dia 04 de março, a terça-feira de carnaval, e foram aplicados 244 questionários durante a Festividade do Glorioso São Benedito que ocorreu de 18 a 26 de dezembro de 2013.
2. Devemos levar em consideração que os eventos acontecem em números diferentes dias e por isso também o número de questionários aplicados foi bem maior em um evento que no outro, mas em média foram aplicados 27 a 30 questionários por dia em ambos os eventos.

Fonte: Adaptado pelo autor de SETUR/DPOT/CEPI, 2014

Em relação à profissão dos entrevistados, em ambos os eventos predominaram os professores e os estudantes, no Carnaval cerca de 10,83% cada um do número total de entrevistados, já na Festividade 33,24% eram professores e 30,22% de estudantes, mas foram identificados diversos tipos de profissões entre os entrevistados.

No que se trata sobre o gênero houve uma inversão nos números em cada evento, no Carnaval o público foi majoritariamente masculino 50,63%, enquanto o feminino foi de 49,17%, e na Festividade 52,05% eram do gênero feminino e 47,54% do masculino, mas podemos perceber que a diferença não foi grande, vide Tabela 6.

Tabela 6 – Gênero dos visitantes, por ocasião do Carnaval de Bragança 2014 e da Festividade do Glorioso São Benedito 2013

Gênero	Carnaval 2014		Festividade de São Benedito 2013	
	Quantidade	Percentual (%)	Quantidade	Percentual (%)
Feminino	59	49,17	127	52,05
Masculino	61	50,83	116	47,54
Sem resposta	0	0,00	1	0,41
Total	120	100	244	100

Notas:

1. Foram aplicados 120 questionários durante o evento do Carnaval, que em 2014 caiu dia 04 de março, a terça-feira de carnaval, e foram aplicados 244 questionários durante a Festividade do Glorioso São Benedito que ocorreu de 18 a 26 de dezembro de 2013.
2. Devemos levar em consideração que os eventos acontecem em números diferentes dias e por isso também o número de questionários aplicados foi bem maior em um evento que no outro, mas em média foram aplicados 27 a 30 questionários por dia em ambos os eventos.

Fonte: Adaptado pelo autor de SETUR/DPOT/CEPI, 2014

Prevalece um público relativamente jovem nos dois eventos, no Carnaval a maioria dos entrevistados se enquadrava na faixa etária entre 35 a 50 anos, cerca de 35%, já na Festividade o maior percentual de 33,20% ficou na faixa etária entre 26 a 34 anos e ficou em segundo lugar com 31,56% a faixa etária de 35 a 50 anos.

Observando os dados apresentados nesse perfil socioeconômico do turista podemos perceber que o público que vai para Bragança é predominantemente do Estado do Pará, na maioria jovens economicamente ativos e que tem família ou amigos que moram na cidade. Mas em ambas as pesquisas não encontramos um levantamento das motivações que levaram o turista a escolher o município como

destino, e sim um levantamento sobre quais atividades os turistas realizaram no seu tempo livre, essa também é uma informação importante a saber, mas seria interessante conhecer as motivações dos turistas até mesmo para entender que perfil de turista é esse que vem ao município e quais características tem atraído mais os turistas, para poder avaliar quais aspectos do lugar podem ser trabalhos para atrair mais turistas ou outros tipos de turistas.

Quanto ao fluxo turístico, dentro do período de alta temporada, que compreende dezembro, janeiro e julho, o mês de dezembro é um dos meses de maior fluxo turístico no município (ver Tabelas 7 e 8), onde além de aumentar as taxas de ocupação nos meios de hospedagem existentes no município, ainda surge um grande número de hospedagens alternativas, como por exemplo, a cama e café e o aluguel de casa por temporada, e isso se deve ao fato de dezembro está dentro do período de férias escolares no estado do Pará, o que naturalmente aumenta o fluxo nos balneários e praias do interior do Estado, mas também esse aumento se dá, especialmente, pela grandiosidade da Festividade do Glorioso São Benedito.

Tabela 7 – Ocupação Hoteleira por Número de UH's Ocupadas, 2015

HOTEL/POUSADA	Nº. DE UH's	NÚMERO DE UH's OCUPADAS NO MÊS											
		JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
ARUÃNS	12	168	201	238	200	151	242	239	274	204	187	192	233
AJURUTEUA BUSINESS	17	228	195	259	271	250	278	359	231	243	331	250	280
DELTA	10	105	89	122	72	60	120	228	111	201	126	75	131
MARUJOS	27	541	363	432	527	438	451	568	505	437	491	410	483
SOLAR DO CAETÉ	11	205	123	146	201	159	232	279	227	207	166	220	234

Notas:

1. As Unidades Habitacionais – UH's – correspondem ao número de quartos/suítes e os leitos ao número de camas dos empreendimentos hoteleiros.
2. No total de 12 empreendimentos hoteleiros existentes no município apenas 5 entregaram seu relatório de ocupação hoteleira: de 8 hotéis apenas 4 entregaram, de 3 pousadas apenas 1 entregou e o único dormitório existente não entregou.

Fonte: Adaptado pelo autor de SETUR, 2016

Tabela 8 – Ocupação Hoteleira por Número de Hóspedes, 2015

HOTEL/POUSADA	Nº. DE LEITOS	NÚMERO DE HÓSPEDES NO MÊS											
		JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
ARUÃNS	26	352	407	379	427	305	378	585	490	204	320	348	517
AJURUTEUA BUSINESS	55	541	381	465	490	469	539	359	231	243	331	250	605
DELTA	23	150	141	190	130	81	177	228	146	201	136	88	137
MARUJOS	55	954	628	654	759	676	777	1287	730	694	834	773	1027
SOLAR DO CAETÉ	30	389	265	259	339	270	386	615	403	378	326	375	446

Notas:

1. Os leitos correspondem ao número de camas dos empreendimentos hoteleiros.
2. No total de 12 empreendimentos hoteleiros existentes no município apenas 5 entregaram seu relatório de ocupação hoteleira: de 8 hotéis apenas 4 entregaram, de 3 pousadas apenas 1 entregou e o único dormitório existente não entregou.

Fonte: Adaptado pelo autor de SETUR, 2016

Em 2009, Bragança foi classificada pela Companhia Paraense de Turismo – PARATUR, na época órgão oficial de turismo no estado do Pará, como Município Turístico, e posteriormente, foi declarado como município prioritário para ações de governo ligadas ao Turismo no Plano Ver-o-Pará - Plano Estratégico do Governo do Estado do Pará, que foi lançado dia 11 de novembro de 2011 (FAPESPA, 2016; PARÁ, 2011).

O município também compõe o Fórum Regional de Turismo do Polo Amazônia Atlântica - FORTUR Amazônia Atlântica¹¹ - instância de governança regional do turismo, desde a sua criação em 2007.

Podemos afirmar que o advento do turismo no município de Bragança se deu ainda na década de 80 com a construção da rodovia estadual PA-358, que liga a sede do município que fica distante 36 km à localidade chamada de Vila do Campo do Meio, mais conhecida hoje como Praia de Ajuruteua (vide Figura 6), e corta cerca de 27 km de manguezal, concluída em 1983 junto com a construção de sete pontes¹² sobre os furos¹³ ao longo da estrada.



Figura 6 - Praia de Ajuruteua
Fonte: REBELO, 2014

¹¹ O FORTUR Amazônia Atlântica é um órgão colegiado consultivo, propositivo e mobilizador da atividade turística no Polo Amazônia Atlântica, que foi constituído no dia 22 de julho de 2007 e que tem por finalidade promover o desenvolvimento turístico através da integração dos municípios da mesorregião Nordeste Paraense.

¹² Assim, que a rodovia foi construída pavimentada em asfalto e composta por sete pontes, 02 (duas) de concreto armado e 05 (cinco) de madeira, situadas sobre os furos: Furo da Estiva, Furo do Meio, Furo da Ostra, Furo do Café, Furo Grande e Furo do Taici (BRAGANÇA, 2013), e um dos furos não tem nome. Mas após reforma do Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado de Transporte – SETRAN – concluída em 2014, todas as pontes passaram a ser de concreto.

¹³ Os furos, como são chamados, são canais de maré (FREITAS, 2013).

A rodovia foi construída para facilitar o acesso das famílias que ali residem, as três comunidades que compõe a região da Praia de Ajuruteua (a própria Vila do Campo do Meio como as Vilas do Bonifácio e dos Pescadores), e para alavancar o turismo na região, com a procura pela Praia de Ajuruteua como destino (FREITAS, 2013).

Até a década de 1980, antes da inauguração da estrada, o acesso à região da Praia de Ajuruteua, era feito somente através de embarcações pelo rio Caeté que banha a região; o local era pouco habitado com a presença predominante de pescadores, sendo mínimo o número de visitantes que ali chegavam, por esta rota (FREITAS, 2013, p. 74).

Contudo, não foram apenas benefícios que a rodovia trouxe, pelo contrário, para construção da estrada foi sacrificado parte do manguezal¹⁴, por meio do aterramento, o que provocou graves impactos ambientais, como também impactos sociais e culturais, visto que essas áreas também têm grande importância para as comunidades que nela habitam ou que dela necessitam para sobreviver. Podemos citar como exemplo desses impactos, que é percebida hoje na atividade extrativista da coleta do caranguejo-açu (*Ucides Cordatus*); espécie coletada para consumo e comercialização; que a comunidade enfrenta maior dificuldade para encontrá-lo, tendo que adentrar cada vez mais o mangue atrás da espécie, principalmente, do caranguejo em tamanho maior, ideal para consumo e venda (FREITAS, 2013).

Quanto à estrutura que forma o sistema público de turismo de Bragança, foi criada por meio da Lei nº. 2.649 de 05 de janeiro de 1988 a Secretaria Municipal de Cultura, Desportos e Turismo que, como podemos ver, estava vinculada as pastas da cultura e desportos, mas algumas pessoas das gestões anteriores afirmam que anos depois essa lei foi revogada, a secretaria foi dividida e se transformou em Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, reestruturação que não foi possível comprovar sua normatização devido à inexistência documental.

¹⁴ O manguezal é um ecossistema de transição entre os ambientes terrestres e marinhos, que na costa brasileira possui cerca de 1,38 milhões de hectares de manguezais. Na costa Norte do país (...) cerca de 2.176,78 km² encontram-se no Estado do Pará.

O ecossistema de manguezal se constitui como de grande importância para diversas espécies de plantas e animais que necessitam desse bioma para sobreviver e para reproduzir, sendo esse um importante criadouro de peixes, camarões, ostras. Além disso, o mangue se apresenta como um protetor da costa, evitando o avanço do mar para a terra, funcionando como uma zona de transição entre a terra e o mar (FREITAS, 2013, p. 59).

A SETUR atualmente é composta apenas por quatro servidores, um no cargo de contínuo e três turismólogas em exercício, sendo que uma turismóloga ocupa o cargo de analista de promoções e eventos e as outras duas ocupam o cargo de turismólogo. É uma das secretarias municipais com maior número de turismólogos em todo o Estado, principalmente, porque muitas nem tem profissionais da área, sejam bacharéis ou técnicos em turismo.

Além disso, o que tem acontecido em algumas gestões no município é a nomeação de apenas um(a) secretário(a) para responder pelas duas secretarias, de turismo e de cultura e desportos. Esse é um fator negativo, na medida em que a postura do gestor influencia na escolha das ações que devem ser priorizadas, o gestor que não tem conhecimento algum sobre o que vem a ser o turismo e que não procura entendê-lo, geralmente, prioriza as ações de cultura e desportos em detrimento do turismo, e acredita que o planejamento e a execução de eventos, e somente isso, pode ser considerada como uma ação de fomento ao turismo.

Situação parecida aconteceu em relação à criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR - que só passou a ser denominado desta forma com a Lei nº. 3.491 de 10 de abril de 2001, porque, na verdade, foi criado como o Conselho Municipal de Cultura, Desportos e Turismo por meio da Lei nº. 3.209 de 10 de julho de 1996, que foi revogada (BRAGANÇA, 2013). Esse conselho é um órgão deliberativo de caráter permanente formado por representantes do setor público e sociedade civil organizada, que se articulam em torno das questões do turismo no município.

Deste modo, o município de Bragança tem um sistema público de turismo estruturado, composto por uma Secretaria Municipal de Turismo e um Conselho Municipal de Turismo, e ainda com participação no Fórum Regional de Turismo, principalmente, se compararmos a outros municípios paraenses, onde não existe secretaria ou departamento de turismo ou se existe está atrelada, geralmente, as pastas de cultura, lazer e desportos, por exemplo.

Observando esse sistema nos questionamos porque não se consegue implantar uma gestão compartilhada do turismo no município? Sendo que, segundo Gastal e Moesch (2007) a presença de um conselho de turismo faz parte da composição ideal de um sistema público de turismo que busca de forma mais

eficiente uma gestão compartilhada. Esta é uma das questões que esperamos atender ao responder as questões de pesquisa propostas neste estudo.

Para facilitar o entendimento das ações de planejamento do turismo em Bragança/PA que conseguimos levantar seguindo uma cronologia histórica foi produzido o quadro síntese (Quadro 2) a seguir:

Quadro 2 – Quadro síntese das ações de planejamento do turismo em Bragança/PA

Ações de Planejamento	Data de execução	Instância de Governança	Atores participantes	Resultado no turismo
Construção da rodovia estadual PA-358, que liga a sede do município que fica distante 36 km à localidade chamada de Vila do Campo do Meio, mais conhecida hoje como Praia de Ajuruteua	1983	Estadual	Técnicos da SETRAN Pará	<ul style="list-style-type: none"> • Alavancou o turismo na região, com a procura pela Praia de Ajuruteua como destino • Propiciou a abertura de pousadas e restaurantes na localidade • Criou postos de trabalho, mesmo que sazonais • Provocou graves impactos ambientais, sociais e culturais à população local
Criação da Lei nº. 2.649, de 05/01/1988 – Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura, Desportos e Turismo e dá outras providências	1988	Municipal	Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Criou o primeiro órgão público municipal de turismo, mesmo que vinculado as pastas de cultura e desportos
Realização do zoneamento turístico do Estado do Pará pela PARATUR, onde são definidos 4 polos de desenvolvimento setorial e Bragança é inserido em um desses polos, o polo Costa Atlântica	Década de 1990	Estadual	Técnicos da PARATUR	<ul style="list-style-type: none"> • Inseriu Bragança no cenário do turismo estadual e no planejamento das ações de turismo do Estado
Criação da Lei nº. 3.209/96, de 10/07/1996 – Cria o Conselho Municipal de Cultura, Desportos e Turismo de Bragança e dá outras providências	1996	Municipal	Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Criou a primeira instância de governança de articulação do setor público e sociedade civil organizada em torno das questões de cultura, desportos e turismo no município
Criação da Lei nº. 3.491/01, de 10/04/2001 – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo, que revogou a Lei nº. 3.209/96	2001	Municipal	Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Promoveu a articulação do setor público e sociedade civil organizada em torno das questões do turismo no município
Redefinição dos polos turísticos com a elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará, mas Bragança continuou no	2001	Estadual	Técnicos da PARATUR	<ul style="list-style-type: none"> • Adequou os polos turísticos aos novos instrumentos de planejamento das políticas de turismo do Estado

mesmo polo, que apenas mudou de nome para polo Amazônia Atlântica				
Criação da Lei nº. 3.623/03, de 10/06/2003 – Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais às Empresas Hoteleiras, Extra-hoteleiras e às empresas de apoio a indústria de turismo do município	2003	Municipal	Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivou os investimentos na área de turismo no município, concedendo incentivos fiscais à iniciativa privada para implantação de empreendimentos turísticos
Integração do polo Amazônia Atlântica como uma das regiões turísticas prioritárias do Estado do Pará, dentro do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil do Ministério do Turismo	2004	Federal Estadual	Técnicos do MTur e da PARATUR	<ul style="list-style-type: none"> • Inseriu Bragança no cenário do turismo brasileiro
Publicação da Lei nº. 3.876/06, de 06/11/2006 – Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento de Ecoturismo e do Turismo Sustentável no município	2006	Municipal	Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Estabeleceu as responsabilidades pela elaboração de uma política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável e outras premissas
Publicação da Lei nº. 3.875/06 de 10 de outubro de 2006 dispõe sobre o Plano Diretor Participativo do município	2006	Municipal	Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • O Plano Diretor norteou as políticas públicas do município em todas as áreas, inclusive, no turismo, indicando a Política Municipal de Turismo, seus objetivos e suas diretrizes
Participação no Fórum Regional de Turismo do Polo Amazônia Atlântica – FORTUR Amazônia Atlântica, desde a sua criação	2007	Regional	Técnicos SETUR	<ul style="list-style-type: none"> • Promoveu a integração dos municípios da mesorregião Nordeste Paraense em torno do desenvolvimento turístico da região
Assinatura de Convênio nº. 009/2007 de cooperação financeira entre PARATUR e Prefeitura Municipal de Bragança	2007	Estadual Municipal	Técnicos da PARATUR e da SETUR	<ul style="list-style-type: none"> • Gerou recursos financeiros para apoio na confecção do “Guia Turístico de Bragança 2008”
Classificação de Bragança como Município Turístico pela PARATUR, de acordo com a Resolução nº. 02/2009, de 12 de maio de 2009	2009	Estadual	Técnicos da PARATUR	<ul style="list-style-type: none"> • Estabeleceu critérios para a seleção, inclusão e permanência do município em roteiros definidos com base na Política Nacional de Turismo, instituídos no âmbito do Programa de

				<p>Regionalização – Roteiros do Brasil do Ministério do Turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificou o nível de desenvolvimento do município, no tocante a atividade turística, e direcionou apoio técnico e financeiro
Bragança foi declarada como município prioritário no Plano Ver-o-Pará – Plano Estratégico do Governo do Estado do Pará	2011	Estadual	Técnicos da PARATUR	<ul style="list-style-type: none"> • Inseriu Bragança na lista dos municípios que são prioridade para o planejamento e execução das políticas de turismo do Estado
Publicação da Lei nº. 4.120/11, de 01/09/2011 – Dispõe sobre a criação da Linha Turismo no município de Bragança	2011	Municipal	Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentou proposta para criação da Linha de Turismo para facilitar a circulação de turistas pelos pontos turísticos do município
Publicação da Lei nº. 4.185/12, de 28 de dezembro de 2012 - Estima a receita e fixa a despesa do município de Bragança, Estado do Pará, para o exercício de 2013	2012	Municipal	Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Estimou a receita do município e fixou as despesas de cada órgão vinculado a PMB, inclusive da SETUR
Elaboração do Planejamento Estratégico Institucional da administração pública do município de Bragança 2013-2016	2013	Municipal	Técnicos da PMB	<ul style="list-style-type: none"> • O Planejamento Estratégico Institucional determinou estratégias de atuação e objetivos estratégicos da administração pública do município, inclusive, para o turismo
Aprovação do projeto de Fomento ao Turismo Religioso com foco na Festividade de São Benedito em Bragança/PA pelo MTur	2013	Federal Municipal	Técnicos do MTur e da SETUR	<ul style="list-style-type: none"> • Gerou recursos financeiros para a execução do referido projeto
Publicação da Lei complementar nº. 006/15, de 09 de outubro de 2015 dispõe sobre atualização do Plano Diretor Participativo do município	2015	Municipal	Câmara Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Atualizou o Plano Diretor que norteia as políticas públicas do município em todas as áreas, inclusive, no turismo, indicando a Política Municipal de Turismo, seus objetivos e suas diretrizes
Aprovação do projeto 68º Carnaval Bragança	2016	Federal Municipal	Técnicos do MTur e da SETUR	<ul style="list-style-type: none"> • Gerou recursos financeiros para a execução do evento do Carnaval 2017

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

Quanto aos atrativos turísticos do município, no que se refere aos atrativos naturais, além do Rio Caeté (Figura 7 a seguir) e da Praia de Ajuruteua, mencionada anteriormente, o município possui outras praias cujo acesso só se dá por barco, como a Praia do Chavascal, do Pilão e da Mariquita (vide Figura 8), os campos naturais bragantinos (semelhantes aos campos alagados da Ilha do Marajó), a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (onde se encontra um dos maiores manguezais existentes no litoral brasileiro e vários ninhais de pássaro), e diversos balneários com igarapés. Além disso, a culinária local é outro diferencial, o lugar oferece iguarias à base de caranguejo, sururu, peixes, camarão, ostra, arraia, frutas regionais e mandioca.



Figura 7 - Orla de Bragança banhada pelo Rio Caeté
Fonte: SECULD, 2007



Figura 8 - Praia da Mariquita tem acesso apenas por barco, com detalhe dos ranchos de pescadores
Fonte: REBELO, 2013

O município tem um patrimônio cultural material edificado riquíssimo, marca de vários períodos da história do município, formado por igrejas, como a Igreja de São Benedito (vide Figura 9) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário; escolas, como o Instituto Santa Terezinha e a Escola Estadual Monsenhor Mâncio Ribeiro; palacetes, como o Palacete Augusto Corrêa (Palácio da Intendência); monumentos, como o Coreto Pavilhão Senador Antonio Lemos (vide Figura 10); entre outros, alguns deles são tombados em nível municipal e/ou estadual (ver Anexo I).



Figura 9 – Igreja de São Benedito
Fonte: LEMOS, 2012



Figura 10 – Coreto Pavilhão Senador Antônio Lemos
Fonte: LEMOS, 2012

Além de monumentos e ruínas que restaram da Estrada de Ferro Belém-Bragança – EFBB, como por exemplo, uma antiga caixa d’água (vide Figura 11) e as fundações da estação de trem do município que fica localizada onde hoje se encontra a Praça Antônio Pereira, mais conhecida como a Praça de Eventos. A EFBB teve 82 anos de existência (1883-1965) e foi de suma importância para o escoamento da produção da mesorregião Nordeste do Pará, pois em suas margens estruturaram-se colônias agrícolas que destinavam sua produção ao mercado ou porto de Belém. Quando foi desativada em 1965 impactou diretamente nessas localidades, como já mencionado, não somente na mobilidade no percurso de Belém para Bragança, como também desarticulou toda uma logística de escoamento da produção existente ao longo da EFBB (FAPESPA, 2016).



Figura 11 - Antiga caixa d’água da Estrada de Ferro Belém-Bragança, localizada no bairro do Taíra
Fonte: CASTRO, s/d.

Devido à importância histórica da EFBB para o desenvolvimento do estado que foi criada a Rota Turística Belém-Bragança. A rota turística, que segundo o MTur, “é um percurso continuado e delimitado cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística” (BRASIL, 2010, p. 32). Assim, “a Rota Turística Belém-Bragança é um eixo de desenvolvimento turístico contextualizado na história,

com identidade própria, onde podem ser estruturados um ou mais roteiros turísticos, para fins de promoção e comercialização” (FAPESPA, 2016, p. 32).

O projeto da rota contempla 19 municípios, mas apenas 13 municípios são conectados por meio da extinta malha ferroviária e 10 deles possuem mais de 100 anos, alguns preservam inúmeras edificações históricas (idem). O trajeto da rota se dá da seguinte forma: saindo da capital Belém segue pela BR-316 até a altura do km 58 no município de Castanhal, onde adentra pela Vila do Apeú até o final da Avenida Barão do Rio Branco, depois segue pela PA-320 até Nova Timboteua, em seguida pela PA-242 até o município de Capanema e finalmente pela BR-308 até o município de Bragança, onde a rota é finalizada, como podemos observar na Figura 12.



Figura 12 – Trajeto Rota Turística Belém-Bragança
Fonte: <http://redestur.com.br/noticias/detalhe/?id=33>
Acesso em: 31 jan. 2017

Com a implantação da rota a intenção foi estimular diretamente o “desenvolvimento de destinos turísticos competitivos para formatação de produtos sob a ótica empresarial”. Mas para que a rota fosse viável foi necessária a sua estruturação com “ações constantes de qualificação de serviços, qualificação profissional, fortalecimento da gestão, tanto regional como municipal, e implantação e manutenção de infraestrutura turística”. Ações como a recuperação da pavimentação da Rodovia PA-242, possibilitando o acesso aos atrativos da região; a implantação de cerca de 200 km de sinalização turística e identificação histórica dos

vestígios materiais da antiga EFBB, entre as quais se destacam antigas estações, pontes de ferro, caixas d'água e ruínas; entre outras. Essa estruturação da rota se insere numa lógica de planejamento contínuo que intenta acompanhar a dinâmica da atividade turística (idem, p. 32-33).

Em relação às manifestações culturais, entre tantas presentes na localidade, como o boi-bumbá, o Círio de Nazaré, o saber-fazer da farinha de mandioca, entre outros, uma das mais importantes que destacamos é a Festividade do Glorioso São Benedito, principalmente, por se tratar de uma festa tradicional de cunho religioso, que expressa uma busca espiritual e prática religiosa da comunidade, apesar de ter incorporado aspectos profanos que não podem mais ser dissociadas da mesma; e também, por atrair cada vez mais turistas ao longo dos anos.

A mais de 200 anos se celebra o culto a São Benedito que é o maior e mais antigo em Bragança, se originou entre os negros escravos. Os primeiros registros sobre a Festividade do Glorioso São Benedito remontam ao século XVIII, mais precisamente ao ano de 1798, quando foi fundada a Irmandade do Glorioso São Benedito, que desde então tem mantido a festividade. Relatam que tudo começou quando os escravos pediram permissão aos seus senhores para erguer uma Igreja ao padroeiro dos negros, São Benedito, e com a permissão concedida, como sinal de agradecimento, os escravos fizeram uma festa em louvor ao Santo, saíram dançando de casa em casa e assim se deu início à festa que com o passar dos anos foi ganhando grandes proporções e o formato que tem hoje (BRAGANÇA, 2013).

Hoje as homenagens a São Benedito perduram quase que o ano todo, a partir do mês de abril são realizadas as esmolações, um conjunto de atos religiosos (orações, ladainhas, louvores e etc.) executados por três comitivas de esmoleiros na casa dos fiéis, que percorrem as regiões circunvizinhas a Bragança e outros municípios, angariando esmolos e ofertas para a festividade.

Mas a festividade tem seu ápice de 18 de dezembro a 26 de dezembro, quando acontecem missas, louvores, novenas, ladainhas, cavalhada, leilão, procissões fluvial e terrestre, ensaios e apresentações do ritual da Marujada, shows religiosos e culturais, organizados em conjunto pela Irmandade do Glorioso São Benedito, Diocese de Bragança e Prefeitura Municipal de Bragança. E é finalizada no dia 01 de janeiro quando é feita a passagem de bastão para os juizes da festa do próximo ano.

Na verdade, somente a partir de 1992 que a Prefeitura Municipal de Bragança - PMB - realiza, através da Secretaria Municipal de Turismo – SETUR - em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura e Desportos - SECULD, a programação cultural do evento, que conta com diversos shows culturais de artistas locais e regionais, exposições de artes plásticas com artistas locais, saraus, teatro, feira de artesanato local e festival gastronômico, foi inserida no evento como uma estratégia para que os turistas permaneçam por mais tempo no município (BRAGANÇA, 2013).

Devemos ressaltar que dentro da Festividade do Glorioso São Benedito, como já mencionado, uma das manifestações culturais que integram a festa é a Marujada, uma das mais importantes, senão a mais importante, tanto que é comum as pessoas confundirem a Marujada com a Festividade e considerarem as duas como uma coisa só, até mesmo porque a história das duas se confunde, elas são de origem afro-brasileira, sofreram influencia européia e não podemos precisar a data em que começaram a ser realizadas, pois não há registros históricos que dão uma data precisa.

A Marujada é um ritual de dança (ver Figura 13), no qual os fiéis renovam a esperança e devoção a São Benedito. Como afirma Carvalho (2010, p. 86), “no ritual da dança da Maruja comemora-se a graça alcançada, como reconhecimento da intercessão do santo, conferindo à dança um sentido dramático, com o resultado das experiências como um todo, vividas num contínuo de todo o ritual”.



Figura 13 – Execução do ritual da dança da Marujada no Teatro Museu da Marujada
Fonte: PINHEIRO, 2014

Ela não acontece durante o ano todo, apenas em datas específicas, como no dia 03 de setembro onde se comemora o aniversário da Irmandade do Glorioso São Benedito, durante o ápice da Festividade dos dias 18 a 26 de dezembro e no dia 01 de janeiro quando é feita a passagem de bastão para os juizes da festa do próximo ano. Acompanhadas por músicos tocando o tambor, o pandeiro, o banjo, o reco, a onça e a rabeca, as danças executadas por marujos e marujas são: a roda, o retumbão, o chorado, a mazurca, o xote, a valsa e o bagre ou contra-dança (BRAGANÇA, 2013).

O ritual tem muitas peculiaridades, como uma hierarquia que demarca significativamente os espaços entre homens e mulheres, enaltecendo a figura feminina da maruja como mais importante em todos os eventos da Festividade do Glorioso São Benedito. Sendo a principal autoridade da Marujada, a Capitoa, de cargo e função vitalícia, que disciplina e comanda as demais marujas, numa inversão social bastante peculiar nos cultos afro-brasileiros de resistência à escravidão e submissão das mulheres. Existem ainda outros cargos como Vice-Capitoa, Capitão, Vice-Capitão e Juizes com funções específicas, mas de menor prestígio.

A indumentária apresenta uma riqueza de detalhes, as mulheres são as mais ornadas, o traje oficial é predominantemente em cor vermelha utilizado no dia de São Benedito e o traje azul no dia de Natal, principalmente, mas não somente nesses dias, e homens e mulheres devem estar todos de pés descalços.

Devido sua importância que foi declarada como Patrimônio Cultural e Artístico do Estado do Pará, conforme Carvalho (2010):

Em 2009, a criação da Lei estadual nº. 7.330, de 17 de novembro de 2009, declara a Marujada como Patrimônio Cultural e Artístico do Estado do Pará, como forma e manifestação cultural e artística do município. Isso significa que a forma de expressão, objetos, documentos, fantasias, danças e músicas da Marujada ficam protegidas sob pena de sanção, caso descumprida a Lei. Outra diretriz diz respeito à inclusão da festividade como evento a constar nos calendários histórico, cultural, artístico e turístico anual do Estado (CARVALHO, 2010, p. 77)

Além do mais, conforme o Plano Ver-o-Pará, a Marujada é classificada como um produto estrela¹⁵, um produto prioritário para a região dada sua importância histórica. E justamente por essa importância que essa manifestação cultural estava em processo de pesquisa para reconhecimento como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN (BRAGANÇA, 2013).

Essas ações de reconhecimento da Marujada, integrados a outras ações de divulgação e promoção da festividade, como a cobertura do evento por emissoras do Estado e a divulgação nos diversos meios de comunicação do país, mais a realização de documentários e pesquisas acadêmicas por universidades de dentro e fora do Estado sobre a Marujada, entre outras, tornam a Festividade do Glorioso São Benedito uma das maiores manifestações culturais da mesorregião Nordeste do Estado.

O potencial para o turismo é evidente e a estrutura do sistema público local é adequada, mas esta pesquisa buscou saber se há de fato uma política pública voltada para o turismo apropriada à realidade do município, que conte com a participação da comunidade local, e que conduza Bragança ao desenvolvimento endógeno.

¹⁵ Para a classificação dos produtos turísticos em **Produtos Estrela, A, B e C** foi realizada uma avaliação técnica dos atrativos turísticos, para a definição do Valor Potencial dos atrativos. Adotaram os critérios de singularidade, valor intrínseco e identidade local, onde cada critério recebeu nota entre 1 e 5 pontos, de acordo com a análise estabelecida. O resultado da soma total alcançada por cada produto é o seu valor potencial no mercado, o que permite fixar uma hierarquia em que: os **Produtos Estrela** seriam aqueles que alcançaram o topo da hierarquia e são considerados, pela sua excepcional potencialidade, como imprescindíveis para conhecer um determinado destino turístico; os **Produtos A** são aqueles que complementam os Produtos Estrela e se convergem em indutores de viagens e fatores de redução dos períodos de baixa temporada e, nesse caso, os demais atrativos podem complementar a visita e ampliar o tempo de permanência do turista no destino; os **Produtos B** são aqueles que exercem uma função estratégica, permitindo a ampliação do período de permanência do turista ou a motivação de seu retorno, e os **Produtos C** são aqueles apresentados como possibilidades de ampliação às opções existentes, mas que precisam de um processo de desenvolvimento antes de serem oferecidos ao mercado. Destacando que se entende por “produto” aquele recurso que oferece a possibilidade para a prática de uma atividade turística (visitar, assistir, participar, estudar, comprar, comer), porque foram organizadas propostas para o visitante usufruir do atrativo e estabelecidas condições de acessibilidade para o público (PARÁ, 2011, p. 38-39).

CAPÍTULO 3: DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO PELO TURISMO

A finalidade deste capítulo é à luz da teoria desvelar a realidade local no que diz respeito à relação entre às políticas públicas e o turismo, investigar a relação entre a teoria e prática das políticas de turismo em Bragança construídas nos últimos doze anos.

Partindo do conceito de comunidade a primeira seção traz a discussão da importância da participação nas políticas públicas, sendo um dos desafios para o desenvolvimento endógeno.

Mas, principalmente, a segunda seção traz a análise dos achados, com os detalhes acerca do processo de investigação e seus resultados, a partir dos documentos oficiais e dos atores sociais envolvidos no processo de construção das políticas públicas de Bragança é feita a relação com as categorias operatórias escolhidas para esta pesquisa, de modo que se buscou revelar os avanços e dificuldades frente à política pública, turismo, desenvolvimento endógeno e participação na localidade.

3. 1. O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO E AUTOGESTÃO NA ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM TURISMO

O termo “comunidade” vem sendo utilizado, nos últimos tempos, equivocadamente como sinônimo de qualquer tipo de agrupamento, sejam amigos de bairros, associações de moradores, redes de relacionamentos na internet, etc., o que contribui para uma confusão conceitual que esvazia seu significado. Mas esse mal-entendido pode ser justificado pela contemporaneidade do termo, pois partindo da constatação de Palácios (2001, p. 1), a “idéia ou conceito de Comunidade, tão central na Sociologia Clássica, é uma invenção da Modernidade”, ou seja, é um conceito relativamente novo que vem apresentando teorias novas, que vão dar subsídio para acabar com essas confusões.

Alguns autores apontam motivações para a vida em comunidade, como Hall (2006, p. 85) que acredita que o desejo dos sujeitos sociais de estarem sob a

proteção do que poderia ser pensado como comunidade e “o fortalecimento de identidades locais pode ser visto na forte reação defensiva daqueles membros dos grupos étnicos dominantes que se sentem ameaçados pela presença de outras culturas”.

Desta forma, a comunidade surge e as identidades locais se fortalecem em resposta às experiências de racismo cultural, de opressão e de exclusão ou em anseio a manutenção de costumes identitários, de pequenos grupos locais e comunidades tradicionais que tentam resistir aos efeitos globalizantes sobre as relações sociais. Efeitos esses que em primeiro momento dizem respeito à busca em saciar o individual em detrimento do comum, ameaçando destruir as identidades, e em um segundo momento, há um novo interesse pelo local, na medida em que a globalização explora a diferenciação local como uma estratégia de criação de “nichos” de mercado.

Corroborando com essa idéia, Castells (2000, p. 79) afirma que a formação de ambientes de organizações comunitárias se dá com a resistência coletiva, diante da opressão gerada por exclusão injusta, por natureza econômica, política ou social, ou com a resistência das pessoas “ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal”. E uma das prerrogativas para que isso possa acontecer, é a realização de um processo de mobilização social em que sejam revelados e definidos questões de interesses em comum, ressignificando à vida em comunidade, mais justa e igualitária aos seus membros.

Outra motivação apontada por Castells (2000, p. 81-82) para a formação de organizações comunitárias, até mais importante que a anterior, é que um grande número de comunidades de baixa renda em todo o mundo “se engajou em um projeto de sobrevivência coletiva”, onde essas comunidades constroem “seus próprios ‘estados de bem-estar social’ (na ausência de políticas governamentais responsáveis para fazê-lo) à base de redes de solidariedade e reciprocidade”.

E por fim, o mesmo autor, ao tratar do paradoxo entre o local e o global, diz que o local remete ao abrigo, à proteção, à segurança, ao amparo da hospitalidade familiar, comunitária, enquanto o global, em suas proporções ilimitadas, diante do caldeirão cultural e identitário que proporciona, apresenta-se por meio da hostilidade

uma infinita gama de possibilidades de construção e vivência da realidade, com a intenção é satisfazer as necessidades de todos, mas acaba não satisfazendo a ninguém e o indivíduo perde suas características essenciais de ser em prol do que é universal. Por isso que a globalização dissolve a autonomia de instituições, organizações e sistemas locais, além de individualizar as relações sociais.

Bauman (2003, p. 7) ao falar de comunidade faz relação semelhante a que Castells (2000) faz com o termo local, ao dizer que a comunidade “é um lugar ‘cálido’, um lugar confortável e aconchegante (...) Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto”, assim, a comunidade seria um porto seguro, um lugar de conforto e segurança, prazeres que gostaríamos de usufruir, mas que nos tempos atuais seriam difíceis de serem alcançados com as turbulências da vida urbana, frente aos perigos da sociedade contemporânea, que estão a espreita a todo o momento, então, é um lugar onde podemos relaxar já que estamos seguros e não há perigos ocultos em cantos escuros, mesmo porque dificilmente vão existir cantos escuros nele. E mais, em comunidade jamais “somos estranhos entre nós”, o “nós” está sempre em busca de tornar o “estar juntos” cada dia mais agradável e melhor, e podemos “contar com a boa vontade dos outros”.

A ideia principal que o conceito de comunidade traz consigo diz respeito ao sentimento de solidariedade, reciprocidade e vinculação e de objetivos em comum essenciais ao grupo.

Neste contexto, Bauman (2003) tem um ponto de vista que alguns considerariam pessimista, e outros realista demais, que acredita que a busca pela vida em comunidade seria como a busca pelo mito, que se deseja e se encontra aparentemente próximo, porém, jamais alcançável. Nesta perspectiva, o conceito de comunidade é construído como fruto da imaginação e do sonho dos sujeitos sociais, formulado justamente por conta da realidade que se torna cada dia mais hostil, uma realidade que não alcança a complexidade e extensão do pensamento comunitário idealizado e por isso acaba alimentando ainda mais a imagem de comunidade utópica.

Da maneira como foi construída a imagem de comunidade, como um lugar de conforto, segurança, aconchego, harmonia, enfim, um lugar perfeito para se viver,

não teria como considerar de forma diferente, se não como uma utopia, porque dentro de uma comunidade se dão relações complexas e conflituosas, onde, mesmo sendo formada por pessoas de uma mesma cultura, as pessoas pensam e agem de formas diferentes, e acabam no interior da própria comunidade desmembrando-se em pequenos grupos de pessoas mais ou menos organizados com interpretações, soluções e interesses distintos.

Assim, Bauman (2003) afirma que o sentimento da busca pela comunidade é na verdade uma busca por segurança, qualidade essencial para uma vida feliz, coisa que o mundo atual é cada vez menos capaz de oferecer.

Já Palácios (2001, p. 15), ao analisar a comunidade contemporânea, destaca como elemento fundamental à definição de uma comunidade o sentimento de pertencimento, um sentimento que está intrínseco no sujeito, que carrega consigo em suas memórias, e que não está atrelado à localização, pois é possível pertencer mesmo que a distância. “Evidentemente, isso não implica a pura e simples substituição de um tipo de relação (face-a-face) por outro (à distância), mas possibilita a co-existência de ambas as formas, com o sentimento de pertencimento sendo comum às duas”.

Podemos inferir que se tratando de comunidades, principalmente as humanas, não há modelos predefinidos ou pré-estabelecidos, pelo contrário, cada grupo social reage de forma particular à dinâmica do espaço em que o circunda. E essa relação homem-espaço se manifesta estruturalmente na formação de cada comunidade, lembrando que esta relação encontra-se constantemente em mutação, pois tanto o homem como o espaço são agentes passíveis de mudanças.

Enquanto instrumento para entender e combater processos ideológicos, a participação é uma necessidade humana, porque através dela que o homem afirmar-se a si mesmo, domina a natureza e o mundo, além de atender suas necessidades básicas de interagir com os outros homens, de auto-expressão e de valorização de si pelos outros. E ela nasce com o desejo dos homens de retomar o poder sobre suas vidas, perdido com o domínio capitalista sobre ele e suas relações, mas para acontecer à participação depende da mobilização dos cidadãos, que, conseqüentemente, para acontecer depende de ideias capazes de constituir elementos de identificação, que possam estimular a vontade de defender os próprios interesses e da comunidade, simplesmente pela crença na possibilidade de um

mundo mais justo. Porém, a participação acaba por muitas vezes sendo utilizada de forma inadequada, apenas como ferramenta de controle de uma minoria.

Para não incorrer nesse erro, Bordenave (1987) propõe 10 (dez) princípios para a transformação da estrutura de uma comunidade por meio da participação ativa, crítica e consciente:

1. A participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas; [...]
2. A participação justifica-se por si mesma, não por seus resultados; [...]
3. A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição do poder; [...]
4. A participação leva à apropriação e ao desenvolvimento do povo; [...]
5. A participação é algo que se aprende e se aperfeiçoa; [...]
6. A participação pode ser provocada e organizada, sem que isso signifique necessariamente manipulação; [...]
7. A participação é facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação; [...]
8. Devem ser respeitadas as diferenças individuais na forma de participar; [...]
9. A participação pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los; [...]
10. Não se deve "sacralizar" a participação: ela não é a panacéia nem é indispensável em todas as ocasiões (BORDENAVE, 1987, p. 77-80).

Devemos destacar alguns pontos da fala do autor, primeiro, participar não significa fazer tudo em conjunto, delegar tarefas é necessário e não deve ser um problema, só é importante que essas tarefas sejam deliberadas de forma coletiva e participativa, pensando sempre no bem-estar da comunidade. Por isso, estão equivocados aqueles que acham que a participação significa a superação de poder, pelo contrário, participar também estabelece uma disputa de poder, mas outra forma de poder. Um poder que percorra toda a estrutura da comunidade local e não se concentre nas mãos de uma minoria, construído dentro de um modelo ideal democrático em que:

A *polis* [cidade] apresenta-se como um universo homogêneo, sem hierarquia, sem planos diversos, sem diferenciação. A *arché* [o poder] já não se concentra em um personagem único no cume da organização social. Esta dividida igualmente através de todo o domínio da vida pública, nesse espaço comum em que a cidade encontra seu centro, seu *meson*. Segundo um ciclo regulamentado, a soberania passa de um grupo a outro, de um indivíduo a outro, de tal maneira que comandar e obedecer, em vez de se oporem como dois absolutos, tornam-se dois termos inseparáveis de uma mesma relação reversível (VERNANT, 1984, p. 72).

Somente desta forma, reduzirá a possibilidade de apropriação do poder centralizador dominante infectar toda a estrutura da comunidade, comprometendo o elemento vital a construção do turismo incluyente e humanizador, a participação e o interesse social.

Então, por ser um processo social complexo, que a participação deve ser aprendida pela comunidade e deve ser constantemente aperfeiçoamento a fim de acompanhar a dinâmica da relação homem-espaco, porque, como afirmar Demo (1996, p. 43), “aprender a aceitar, manejar conflitos e a rejeitar são frutos de uma participação que nunca está acabada: participação que se imagina completa, começa a regredir”.

Outra questão importante é diferenciar participação de consulta popular, percebemos a confusão entre esses conceitos quando observamos que são tratados como sinônimos, mas Brandon (2001) faz essa distinção dizendo que:

(...) consultar os moradores e solicitar suas opiniões é, com frequência, erroneamente entendido como participação. É verdade que colher opiniões ou oferecer benefícios são ambos elementos de uma abordagem participativa, mas nenhuma dessas atividades propicia o engajamento efetivo das pessoas. Em uma abordagem genuinamente participativa, a comunidade local é consultada e tem voz ativa na tomada de decisões (BRANDON, p. 235, 2001).

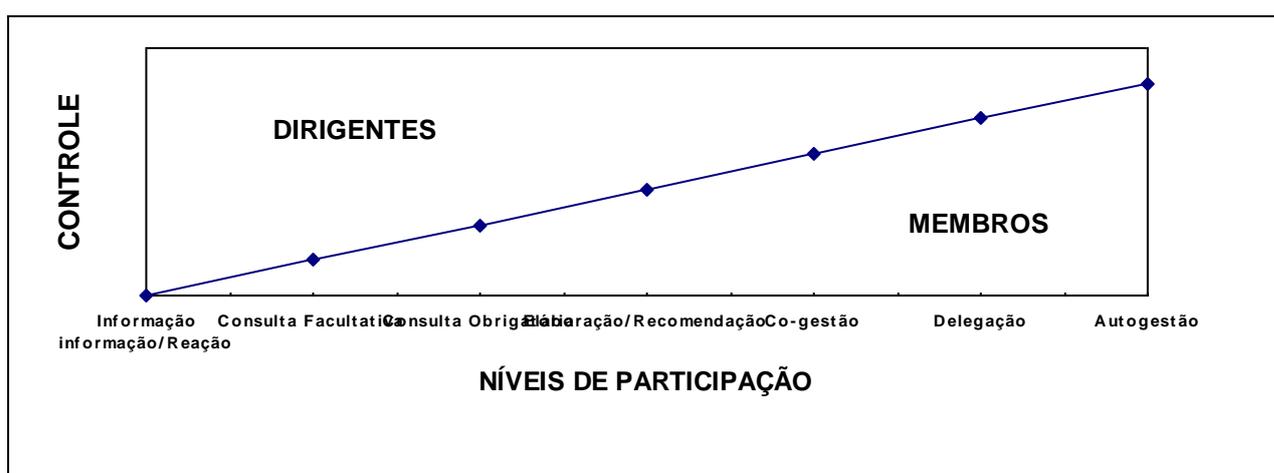
Desta forma, podemos inferir que a participação não se restringe a uma consulta de opiniões, e sim a construção em todo o processo de planejamento, execução e monitoramento das ações por parte da comunidade local, onde a consulta e a tomada de decisões são parte essencial desse processo.

A participação pode ser entendida como “o envolvimento dos membros da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural” (SAMPAIO, 2013, p. 44).

Bordenave (1987) assegura que a participação ocorre sobre uma base afetiva e/ou outra instrumental, a primeira diz respeito à participação motivada pelo prazer em fazer as coisas juntos com as outras pessoas e a segunda pela prerrogativa de que é mais eficaz e eficiente fazer algo com os outros, do que fazer sozinho. E que o ideal para um equilíbrio no momento da tomada de decisões seria orientar os processos participativos nas duas bases.

Também se fala em sete níveis de participação, conforme Quadro 3 a seguir, quanto ao grau e à importância das decisões que os indivíduos tomam nos grupos e organizações, a saber: a informação ou informação/reação seria quando as decisões já foram tomadas pelos dirigentes e apenas são repassadas aos membros da comunidade, que em alguns casos reagem à informação e são levados em consideração; a consulta facultativa trata-se dos casos em que os dirigentes, se e quando quiserem, solicitam críticas e/ou sugestões sobre a resolução de algum problema ou para validação de algum projeto, programa ou plano de determinada área; a consulta obrigatória é quando o grupo subordinado deve opinar sobre determinada questão, embora a decisão final ainda seja dos dirigentes; a elaboração/recomendação é quando, também os grupos subordinados, elaboram propostas, devidamente justificadas, para apreciação dos dirigentes, que decidem por acatá-las ou não; a co-gestão acontece quando a administração de um grupo ou organização pertencente à comunidade faz encaminhamentos orientados por decisões de conselhos ou colegiados; a delegação é quando também a administração tem autonomia para tomar decisões em campos ou jurisdições da organização; e, a autogestão é considerada pelo autor o mais alto grau de participação, onde a comunidade determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles, sem a intervenção de uma autoridade externa ao grupo.

Quadro 3 – Níveis de Participação



Fonte: Adaptado pelo autor de BORDENAVE, 1987, p. 27

Desta forma, a participação deve caminhar para a autogestão, que propicia relativa autonomia da comunidade local em relação a governos e instituições de

maior porte, e também é a partir dessa capacidade de se autogerir que as comunidades se desenvolvem e, conseqüentemente, promovem o turismo de forma democrática e sustentável. Essa autonomia que “implica no aumento do grau de consciência política dos cidadãos, o reforço do controle popular sobre a autoridade e o fortalecimento do grau de legitimidade do poder público quando este responde às necessidades reais da população” (BORDENAVE, 1987, p. 20-21).

Contudo, sabemos que se os atores locais não se organizarem essa tarefa se torna uma utopia, ainda mais com a “necessidade” de retornos financeiros em curto prazo, imposta pelo capitalismo, negligenciando esta forma de gestão, e beneficiando somente pequenos grupos ou interesses individuais ou abrindo espaço para a gestão externa, muitas vezes de organizações sem comprometimento com a preservação da biodiversidade local e com a melhoria da qualidade de vida da população local.

Em muitas experiências de turismo está na dificuldade de participação da comunidade local, que, conseqüentemente, não alcança à autogestão, o gargalo para atingir o desenvolvimento endógeno, por isso é necessário esclarecer as seguintes questões de pesquisa propostas nesta pesquisa: Como é compreendido o turismo e a participação social dentro dos programas, projetos e ações de turismo existentes no município? Ocorreu a participação da comunidade local na construção das políticas públicas e no desenvolvimento do turismo no município? Se sim, de que maneira isso aconteceu?

A fim de compreender se existe a participação da comunidade local no planejamento e organização das políticas públicas e do turismo; se existir, queremos saber como se dá essa participação; e queremos saber como os gestores têm pensado a questão da participação dentro das ações de turismo realizadas no município de Bragança.

Porque o turismo deve ter como alicerce o apoio e a participação da comunidade, que deve, através de grupos organizados, se reunir para discutir, desenhar e desenvolver o melhor e mais adequado modelo de turismo que, de acordo com as características do lugar, dê conta de, satisfatoriamente, atender as questões políticas, sociais, ambientais e, também, econômicas da localidade, tendo como arcabouço o bem-estar da comunidade local.

3. 2. ANÁLISE DOS ACHADOS SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE TURISMO EM BRAGANÇA DO PARÁ

A investigação acerca do processo de construção das políticas de turismo em Bragança encontra na análise documental e de conteúdo o tratamento interpretativo adequado ao contemplar um movimento reflexivo, sistemático e crítico da realidade do município.

Durante a pesquisa foi nítida a falta de organização nas secretarias municipais, tanto na SETUR quanto na SEPLAN onde foram coletados os dados, não há um banco de projetos, ou ainda, um banco de dados onde possamos encontrar facilmente todos os planos, programas, projetos, leis, decretos que foram desenvolvidos ao longo dos anos na área de turismo, na verdade, nem saúde, nem educação, nem área alguma, e muitos documentos foram perdidos. Isso mostra claramente a questão da descontinuidade no poder público, que não procura conhecer as propostas das gestões anteriores, para aproveitar as boas iniciativas, observar os erros presentes nos projetos malsucedidos e ouvir a experiência de quem já passou pela gestão, de modo a criar novas estratégias, novos programas, novos projetos de forma a maximizar os benefícios para a localidade.

Para facilitar o entendimento das ações de planejamento do turismo no percorrer da história de Bragança/PA foi produzido um quadro síntese (Quadro 2), mas grande parte dos resultados esperados do turismo na localidade não aconteceram na prática, como por exemplo a Lei nº. 4.120/11 de criação da Linha Turismo, essa linha de turismo existiu por um curto período de tempo. Outras ações, além dos impactos positivos trouxeram impactos negativos em proporções imensuráveis, como a construção da rodovia PA-358 que liga a sede do município a praia de Ajuruteua, que trouxe o turismo para a região, mas afetou o ecossistema com a estrada cortando a área de mangue, e, conseqüentemente, prejudicou a coleta do caranguejo o que atinge a parcela da população que depende do extrativismo para sobrevivência. Mas uma análise mais apurada de todos os materiais/documentos oficiais coletados e dos questionários aplicados com pessoas fontes poderá ser observado a seguir.

Das pesquisas de ocupação hoteleira realizadas mensalmente pela SETUR analisamos aquelas referentes ao período de 2008 a 2013 e de 2015, elas limitam-se a informações quantitativas de números de leitos e Unidades Habitacionais - UH's – ocupadas, o que não permite conhecer o perfil dos turistas que visitam o município. E as pesquisas de demanda turística foram realizadas pela SETUR do município de Bragança com o apoio da SETUR do Pará em eventos pontuais e em anos aleatórios, foram realizadas no Círio de Nazaré em Bragança em 2011, na Festividade do Glorioso São Benedito em 2011 e em 2013 e a mais recente foi realizada em 2014 no Carnaval.

O Convênio nº. 009/2007 da PARATUR refere-se a uma pactuação entre a PARATUR e a PMB de cooperação financeira, com a finalidade de apoiar a confecção do Guia Turístico de Bragança 2008. Este documento que determina valor de apoio financeiro, obrigações das partes envolvidas e penalidades caso haja o descumprimento de alguma cláusula do acordo, não apresenta nenhuma aporte teórico metodológico, acreditamos por ser um instrumento legal específico. Sua importância se dá na medida em que há a necessidade de apoio financeiro para a execução de diversas ações, inclusive as de promoção e divulgação do município.

Dos projetos voltados para único evento considerado da pasta do turismo, o Ajurusol, tivemos acesso aos projetos dos anos de 2011 e 2012, são projetos básicos compostos por caracterização do evento, apresentação do projeto, justificativa, objetivos geral e específicos, público alvo, programação, plano básico de divulgação e patrocínio, orçamento e cronograma de execução.

Em ambos não encontramos no texto quaisquer conceitos, inclusive o turismo, e muito menos metodologia, o que fica evidente a falta fundamentos teóricos e metodológicos desses projetos, eles exaltam os atrativos naturais e culturais do município, são textos extremamente promocionais. A apresentação e justificativa apresentam praticamente o mesmo conteúdo, e os objetivos são muito genéricos e reducionistas, focam na questão mercadológica.

Os demais eventos do município todos têm o apoio da equipe da SETUR tanto para o planejamento quanto para a execução e avaliação, mas são considerados eventos da pasta da cultura, como no caso, o Carnaval, o Festival Junino e a Festividade do Glorioso São Benedito (que a prefeitura é responsável apenas pela programação cultural) são alguns deles.

Conseguimos fazer o levantamento de dois projetos que foram realizados com captação de recursos do MTur, o projeto de “Fomento ao Turismo Religioso com foco na Festividade de São Benedito em Bragança-PA” aprovado em 2013 e o projeto “68º Carnaval Bragança” em 2016, esse último ainda está sendo executado. Ambos os projetos têm mesma estrutura no que diz respeito ao projeto básico ou termo de referência, com dados gerais do projeto, apresentação, justificativa, objetivos geral e específicos, resultados esperados, indicadores e memória de cálculo ou custos envolvidos.

O projeto de turismo religioso teve como objetivo principal contribuir para a estruturação da Festividade do Glorioso São Benedito como produto turístico do município de Bragança e como produto final resultou na elaboração de um plano de posicionamento de mercado do turismo religioso, porém não apresentou os conceitos de turismo, de turismo religioso ou demais noções que forem pertinentes e também não menciona quais seriam as metodologias utilizadas para execução do projeto, isto é, não teve aporte teórico metodológico, mas isso se deve principal pelo próprio modelo de projeto que o MTur pediu para que os municípios interessados em concorrer em seus editais sigam. Nele basicamente são apresentados os dados gerais do município, há uma caracterização do turismo no mesmo (por exemplo, apresenta o perfil dos turistas que visitam a localidade e fala de seus atrativos), justifica-se a escolha da festividade como objeto deste projeto e traçam-se resultados a ser alcançados.

Já no projeto do carnaval que está sendo executado, como já mencionado, gerou recursos financeiros para execução do carnaval 2017, viabilizando a contratação de atrações de nível nacional para o evento, esse é um ponto positivo se levarmos em consideração a dificuldade financeira enfrentada pelos municípios para execução de seus projetos. Esse projeto apresenta a mesma lógica estrutural do projeto do turismo religioso e também o mesmo problema de falta de aporte teórico metodológico.

Em relação às leis municipais relacionadas diretamente ao turismo: a Lei nº. 2.649/88 de 05 de janeiro de 1988 que dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Cultura, Desportos e Turismo, versa basicamente pela criação deste órgão e determina que os encargos financeiros da mesma estejam previstas nas dotações orçamentárias anuais do município, não há definição de conceitos para

compreensão do entendimento da gestão pública a cerca do turismo e sequer a atribuição de objetivos e funções da referida secretaria, o que seria importante para os gestores públicos nortear as ações de turismo a cada mudança de governo. Apesar de ser um órgão vinculado as pastas da cultura e dos desportos foi o primeiro órgão relacionado ao turismo criado no município. E por mais absurdo que pareça, em relação a essa lei existe a afirmativa de algumas pessoas que passaram pela gestão pública, como da ex-secretária Maria de Nazaré Freitas, sobre a existência de outra lei que revoga esta e separa as secretarias, instituindo a Secretaria Municipal de Cultura e Desportos e a Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio, mas não encontramos em lugar algum a referida lei.

A Lei nº. 3.209/96 de 10 de julho de 1996 que dispõe da criação do Conselho Municipal de Cultura, Desportos e Turismo, trata sobre a criação do referido conselho, determina suas competências, aborda sobre a sua constituição e tempo de mandato dos seus membros. Essa lei foi revogada em 2001, com a publicação da Lei nº. 3.491/01, e assim como aconteceu na lei mencionada anteriormente, mesmo vinculado as pastas da cultura e dos desportos foi de suma importância para as políticas públicas de turismo, porque se constituiu na primeira instância de governança de articulação do setor público e sociedade civil organizada em torno das questões de cultura, desportos e turismo no município.

A Lei nº. 3.491/01 de 10 de abril de 2001 que dispõe da criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, além de tratar sobre a criação deste órgão, determina suas competências, fala da sua composição e do tempo de mandato dos seus membros. Esse conselho é um órgão deliberativo e promotor de caráter permanente, tem em sua composição um número maior de membros determinados em lei que o conselho anterior, passa de 9 para 13 membros, sendo 6 membros representantes do poder público e 7 membros da sociedade civil organizada.

O COMTUR é um caso a parte que vamos destacar aqui, por ser um importante órgão de articulação do setor público, iniciativa privada e sociedade civil organizada em torno das questões de turismo no município, mas infelizmente inúmeras das suas atribuições não são aplicadas. Ele tem funcionado como uma reunião de “faixada”, para mostrar que iniciativa pública e privada está unida em prol do turismo, já que na prática se presta ao papel de “mural de recados”, que serve

apenas para repassar recados ao *trade* turístico, do que para deliberar ações que visam à melhoria do turismo no município.

Ele é um conselho sem força, houveram várias reuniões voltadas para reativação do COMTUR em 2008, 2010, 2012 e agora em 2016 não realizaram nenhuma reunião, ele estava parado mais uma vez, a questão é que os membros que representam a sociedade civil organizada sempre esperam pela iniciativa pública, no caso pela SETUR, para marcar as reuniões, para reivindicar melhorias e apresentar as demandas do município ao Governo do Estado, entre outras coisas.

Mas Lourenço (2005, p. 42) diz que essa é uma característica frequente em se tratando de países como o Brasil, porque “a maioria das instituições e práticas democráticas são recentes, e a sociedade civil está acostumada a passar para o governo a responsabilidade de determinar os rumos das políticas econômicas e sociais das nações”.

Uma das competências do COMTUR seria “estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Turismo” (BRAGANÇA, 2001), por exemplo, mas conforme a fala de uma das turismólogas da SETUR, Natascha Penna, este ano de 2017 será concluído o Plano Municipal de Turismo, através de uma consultoria da Faculdade de Turismo - Factor – da Universidade Federal do Pará - UFPA, esse documento dará subsídio para a Prefeitura Municipal determinar suas prioridades para investimento no turismo. Então, com o conselho inativo a avaliação e aprovação deste plano ficam a cargo da própria SETUR e somente dela, caso não levem a consulta pública.

Outra questão importante que poderia ser viabilizada com a atuação efetiva do COMTUR, seria a criação de um Fundo Municipal de Turismo, um plano antigo na SETUR que provavelmente com a articulação do COMTUR teria mais chances para sair do papel. Essa lei atribui também como competência desse conselho “propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Turismo e fiscalizar a movimentação e aplicação de recursos” (idem). Com esse fundo projetos que nunca saíram do papel por falta de recursos financeiros no município poderiam ser executados sem a necessidade do aporte financeiro dos governos estadual e federal, como criação de um Centro de Informações Turísticas, de Centro de Eventos, entre outros.

A Lei nº. 3.623/03 de 10 de junho de 2003 que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais às Empresas Hoteleiras, Extra-Hoteleiras e às empresas de apoio a indústria do turismo do município, trata da concessão de incentivos fiscais à iniciativa privada que investir na implantação dos referidos tipos de empreendimentos por um prazo de 10 anos. Acabou a vigência da lei e ela não foi posta em prática, afirmo isso porque para a concessão do benefício seria necessário um parecer favorável da SETUR ao projeto que deveria ser apresentado pelo proprietário do empreendimento, além disso, a SETUR deveria fiscalizar os empreendimentos que tivessem recebido essa concessão durante o período de carência, e durante o tempo que estive na SETUR nunca tive conhecimento de algum empreendimento que tenha solicitado tal concessão ou de alguma ação de fiscalização de algum dos empreendimentos existentes em Bragança por conta dessa concessão, acredito que isso tenha acontecido também pela falta de divulgação da mesma para a iniciativa privada.

A Lei nº. 3.876/06 de 06 de novembro de 2006 que dispõe sobre a política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável no município, versa sobre a responsabilidade do poder público, em parceria com as comunidades regionais no município (que não sabemos quais são, porque não são descritas neste documento) que apresentam em seu território recursos naturais e patrimônio cultural que sejam objeto de visitação e turismo, são responsáveis pela elaboração de uma política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável. A implementação dessa política deve definir diretrizes e normas, por meio de regras e instrumentos de gestão e recursos a ser definidos em conjunto entre os diversos setores (sociais, econômicos e governamentais), para garantir a preservação da biodiversidade.

A Lei nº. 4.120/11 de 01 de setembro de 2011 que dispõe sobre a criação da Linha Turismo no município de Bragança, se refere à criação de uma linha especial de ônibus para dar acesso aos pontos turísticos nas áreas urbanas e rurais consideradas turísticas ou de preservação. Nessa lei definem-se alguns pontos turísticos que a linha deverá passar obrigatoriamente, os dias de funcionamento e como se dará a cobrança da mesma. Essa linha específica para atender turistas e comunidade local interessada em conhecer seus próprios atrativos hoje não existe mais e existiu por pouco tempo.

Quanto às Leis Orçamentárias Anuais – LOA's, tivemos acesso apenas a Lei nº. 4.185/12 de 28 de dezembro de 2012 (LOA de 2012) que estima a receita e fixa a despesa do município de Bragança, Estado do Pará, para o exercício de 2013. Em relação ao orçamento anual do município de Bragança constituído pelos orçamentos fiscal e de seguridade social foi estimada a receita em R\$ 159.494.269,00 e fixada às despesas em igual valor, enquanto o saldo da dotação orçamentária prevista para a SETUR foi de apenas R\$ 60 mil reais voltados especificamente para criação do Centro de Atendimento ao Turista, para obras e instalações deste centro, valor que não corresponde nem a 0,1% do valor total da receita.

Enquanto que curiosamente encontramos na dotação da SECULD alguns recursos voltados para as ações de turismo, como a realização e apoio as atividades e aos eventos turísticos, R\$ 77 mil reais, e manutenção da SETUR, R\$ 302 mil reais. Solicitamos as demais LOA's de 2004 a 2016 na SEPLAN, mas não tivemos retorno, alegaram que as LOA's dos anos anteriores foram arquivadas e não tivemos autorização para acessar os arquivos, como já mencionamos.

Tanto a Lei nº. 3.875/06 de 10 de outubro de 2006 quanto a Lei complementar nº. 006/15 de 09 de outubro de 2015 dispõem sobre o Plano Diretor Participativo do município, sendo que a última dispõe da atualização desse plano. Conforme as referidas leis o “Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, sob os aspectos físico, social, econômico e administrativo, objetivando o desenvolvimento sustentável do município, tendo em vista as aspirações da coletividade, e de orientação e referência, obrigatórias para o Poder Público e para a iniciativa privada que atuam no município” (BRAGANÇA, 2006; BRAGANÇA, 2015). Mas vamos nos deter a Seção IV destes documentos que falam do turismo e tratam sobre a Política Municipal de Turismo, seus objetivos e suas diretrizes.

O objetivo desta política é “ampliar a atividade turística aproveitando todas as potencialidades, levando em consideração os recursos naturais, culturais, do patrimônio histórico, de forma sustentável e respeitando as legislações ambientais” (idem). Neste documento podemos observar que uma das dificuldades diz respeito à compreensão simplificada de turismo, pois é considerado como uma atividade, e outra questão como principal consequência de algumas das diretrizes está à geração de trabalho e renda para população, ou seja, vemos mais uma vez a questão mercadológica sendo destacada. Já quanto ao avanço podemos considerar

a preocupação com os recursos naturais e culturais e com a realização o turismo de forma sustentável.

Destacamos algumas diretrizes previstas nestas leis de suma importância para o turismo do município como: ordenar, incentivar e fiscalizar o desenvolvimento das atividades relacionadas ao turismo; realizar estudos para implantar ecoturismo na Área de Proteção Ambiental - APA e na RESEX Marinha Caeté-Taperaçu; montar Programa de Capacitação permanente; entre outros. Observamos que os conceitos e todas as diretrizes do turismo presentes no Plano Diretor atualizado se mantiveram, inclusive não devem ter passado por nenhuma revisão, visto que dois incisos o X e o XIII estão com conteúdos repetidos em ambos os documentos.

O Inventário da Oferta Turística do município de Bragança teve sua última versão atualizada em 2013, foi produzido dentro da metodologia do *Inventário da Oferta Turística*, apresentado pelo MTur em 2011, essa proposta veio auxiliar os municípios a identificar e estruturar sua oferta turística, de modo a servir como uma diretriz, um direcionamento à ação e à parceria do setor público e privado e de toda a sociedade, subsidiando a tomada de decisão desses atores sociais (BRASIL, 2011). Como podemos perceber este documento é um importante instrumento para o planejamento do turismo nas localidades, por isso mesmo deve ser constantemente atualizado. E apesar de ser um documento completo que não abrangem apenas informações relativas aos serviços e equipamentos turísticos, como também informações sobre os sistemas de educação, saúde, segurança, comunicação, atividades econômicas, história do município e muito mais, ele deve subsidiar um diagnóstico detalhado da situação do turismo em Bragança, com uma avaliação criteriosa dos serviços e equipamentos turísticos.

O Planejamento Estratégico Institucional da administração pública do município de Bragança 2013-2016 deveria assegurar que os desafios postos para a administração fossem trabalhados por meio de Áreas Estratégicas de Atuação e Objetivos Estratégicos. Esse é mais um instrumento importante para subsidiar a elaboração das políticas públicas do município em todas as áreas, inclusive no turismo, e dentro deste documento são identificadas as Áreas Estratégicas de Atuação – AEA - da Administração Pública do Município de Bragança e o turismo se encontra dentro da AEA Bragança Sustentável junto com economia e trabalho.

Contudo, infelizmente o turismo é citado esporadicamente neste planejamento, como quando é pontuada como ponto forte do ambiente interno a potencialidade da diversidade turística, esportiva e culinária, e também quando no Mapa Estratégico Institucional em anexo ao planejamento a única estratégia relacionada ao turismo diz respeito à necessidade de imprimir excelência de serviços turísticos, de modo a promover a prestação de serviços com boa qualidade, com a meta de capacitar 1.100 profissionais ligados ao turismo no prazo de 2013 a 2020. E o mais interessante é que a responsabilidade pela execução dessa estratégia foi conferida a Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI - e a Secretaria Municipal de Economia e Pesca - SEMEP - e não a SETUR.

Por fim, quando fala em outros pontos importantes que deverão ser discutidos pela gestão municipal, explica que não houve proposição de Estratégia Institucional referente à AEA Bragança Sustentável, “que foi integrada à Bragança do Sabor, por tratar-se de estratégia de desenvolvimento econômico. Assim, cabe proposição para a área de modelo econômico a ser adotado pelo município e fomento à geração de trabalho, emprego e renda, bem como o melhor tratamento do turismo como atividade potencial para o desenvolvimento da região” (BRAGANÇA, 2013, p. 45). Ou seja, mais uma vez ganha destaque a questão mercadológica, o turismo é reduzido a uma atividade econômica que gera emprego e renda.

O Plano de Posicionamento de Mercado do Produto Turístico Religioso é “um documento com a análise do produto, envolvendo todos os seus potenciais turísticos, com foco na ‘Festividade do Glorioso São Benedito e Marujada de Bragança’ e a proposta de uma estratégia de posicionamento no mercado nacional e internacional, com visão de curto, médio e longo prazo, junto a um plano de ações e sugestões de melhorias em sua atratividade” (BRAGANÇA, 2015).

Este plano que deveria ter como objeto principal o turismo religioso, sugeriu ações apenas para a Festividade de São Benedito, não há nenhuma proposta voltada para os outros eventos religiosos existentes no município. Ele não tem um aporte teórico, o discurso presente no texto de um modo geral é extremamente mercadológico, quanto aos objetivos geral e específicos não são claros, foram mal estruturados.

Além disso, algumas ações defendem a massificação e descaracterização de eventos tradicionais como a Festividade de São Benedito, como por exemplo, vimos

na fala dos consultores que elaboraram o plano que “em dezembro é realizado um café da manhã aos Marujos no Museu da Marujada. Um evento tradicional, mas onde o turista não pode ter uma participação efetiva”, assim a proposta apresentada pela empresa de consultoria seria de realizar na praça um grande café oferecendo também aos turistas.

Outra proposta é do desenvolvimento de produtos relacionados à festa de São Benedito como fitas coloridas como as confeccionadas em Salvador para o Nosso Senhor do Bonfim, com a intenção de ser vendida como lembrança da festividade, entretanto isso descaracterizaria essa manifestação, não devemos homogeneizar a cultura de um país, de uma região, de uma localidade, nem tudo deve ser imitado.

Quanto aos questionários conseguimos aplicar quatro no total entre funcionários e ex-funcionários, parece um número pequeno, mas a SETUR apresenta em exercício no seu quadro funcional apenas quatro servidores, todos concursados, um no cargo de contínuo e três turismólogas de formação, sendo que uma ocupa o cargo de analista de promoções e eventos e as outras duas ocupam o cargo de turismólogo. E em relação aos ex-servidores, que não sabemos precisar o quantitativo, só conseguimos contato com um, que se pensarmos talvez tenha sido um número pequeno para o recorte temporal desta pesquisa.

De sete ex-secretários de turismo que estiveram no período de 2004 a 2016, como mencionado, apenas duas responderam o questionário, dos demais alguns não conseguimos contato, um inclusive não mora mais no município, e os outros que foram contatados, pessoalmente ou por telefone e/ou e-mail também, nunca responderam.

Esta situação nos faz questionar sobre o que vem significar esse silêncio. Seria falta de comprometimento com o município? No caso dos ex-secretários, seria uma postura de parcialidade, tendenciosa? Onde o que importava era fazer o melhor e atender aos anseios da população apenas no momento em que estavam na gestão, de modo a beneficiar aqueles que os colocaram no cargo. Ou haveria outros motivos para esse silêncio?

Neste cenário, foram ouvidos dentre os servidores atuais as três turismólogas, outra turismóloga que trabalhou na SETUR um pouco mais de 2 anos e já havia sido estagiária durante 3 meses, além de duas ex-secretárias, como mencionado.

Podemos observar o perfil de todos os atores sociais investigados quanto à formação, área de atuação, cargo e tempo de serviço no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 - Perfil dos atores sociais investigados

Identificação dos atores sociais	Formação	Área de atuação	Cargo	Tempo de atuação na SETUR
Ex-secretários da SETUR				
<p>Ator social - Dirigente 1</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Superior completo – Arquiteta e urbanista • Pós-graduação – Especialista em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Representação e Associativismo Empresarial • Arquitetura e Urbanismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Diretora Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Bragança • Vice-Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Bragança • Diretora Secretária da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado do Pará • Diretora Secretária da Federação das Associações Comerciais do Estado do Pará • Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação Geral • Secretária Municipal de Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Atuou um pouco mais de 1 ano – de outubro de 2011 a dezembro de 2012

			<ul style="list-style-type: none"> • Secretária Municipal de Cultura e Desportos 	
Ator social - Dirigente 2	<ul style="list-style-type: none"> • Superior completo - Advogada e contadora 	<ul style="list-style-type: none"> • Direito 	<ul style="list-style-type: none"> • Advogada 	<ul style="list-style-type: none"> • Atuou 1 ano – de janeiro de 2005 a janeiro de 2006
Servidores e ex-servidores da SETUR				
Ator social – Gerente 1	<ul style="list-style-type: none"> • Superior completo – Turismóloga 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismóloga 	<ul style="list-style-type: none"> • Atua a 9 anos – de novembro de 2007 até o momento
Ator social – Gerente 2	<ul style="list-style-type: none"> • Superior completo – Turismóloga • Pós-graduação - Mestra em turismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismóloga 	<ul style="list-style-type: none"> • Estagiou 3 meses - de julho a outubro de 2007 • Atuou 2 anos – de fevereiro de 2012 a julho de 2014
Ator social – Gerente 3	<ul style="list-style-type: none"> • Superior completo – Turismóloga • Pós-graduação – Especialista em educação ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Analista de promoções e eventos 	<ul style="list-style-type: none"> • Atua a 9 anos – de novembro de 2007 até o momento
Ator social – Gerente 4	<ul style="list-style-type: none"> • Superior completo – Turismóloga • Pós-graduação – Especialista em gestão ambiental; MBA gestão empresarial; e mestra em linguagens e saberes da Amazônia 	<ul style="list-style-type: none"> • Planejamento turístico 	<ul style="list-style-type: none"> • Turismóloga - Diretora de turismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Atua a 5 anos - de 2011 até o momento

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

As respostas as questões propostas no questionário foram relacionadas às categorias operatórias utilizadas nesta pesquisa: políticas públicas, turismo, desenvolvimento endógeno e participação, por meio das seguintes rubricas: concepções, dificuldades e avanços, conforme podemos observar no exemplo do quadro de análise do conteúdo para interpretação de trechos dos documentos/questionários coletados (ver Apêndice II).

No que se refere à concepção de políticas públicas utilizada neste trabalho em que as políticas públicas são concebidas como uma resposta do Estado às demandas da sociedade, por meio de um conjunto de ações e omissões em determinada área ou em relação a uma questão que chama atenção dos agentes decisórios (ARAUJO, TASCHNER, 2012), apenas um dos atores sociais não se referiu direta ou indiretamente a essa concepção, o dirigente 2. O gerente 4 atribuiu as políticas públicas o papel de fomentar o turismo, em sua fala a “política pública bem planejada pode levar desenvolvimento socialmente justo para a localidade/cidade que se propõe a cumprir as etapas para sua instalação”, o que podemos considerar como um avanço.

Nesse sentido podemos afirmar que as políticas de turismo de Bragança não são bem planejadas, primeiro porque não alcançou o desenvolvimento socialmente justo ao qual se refere o ator social, assim não responde às demandas da sociedade, e segundo porque conforme afirma o dirigente 1 “ainda não foi elaborado o planejamento local. Temos ainda apenas ações pontuais e planejamento de curto prazo”.

Enquanto que o gerente 1 entende que o turismo tem como base as políticas públicas que devem ser construídas de forma participativa entre iniciativa pública e privada e comunidade local, quando diz que “(...) tendo como base as políticas públicas de forma positiva através do entrosamento entre governo, comunidade e empresários”, o que podemos considerar como um avanço.

Já como uma dificuldade, ele fala da postura de menosprezo dos gestores públicos em relação ao turismo dizendo que “na verdade, Bragança não teve um planejamento turístico de verdade, pois geralmente os últimos gestores municipais, não acreditam que o turismo seja uma atividade que irá trazer desenvolvimento econômico para o município, até ouviam, mas como isso se dá a longo prazo, para os que passaram pelo governo não tinha muita importância e interesse”.

O gerente 3 também frisa que uma das dificuldades no que se refere as políticas públicas diz respeito a postura dos gestores: “O planejamento do turismo de Bragança depende sempre dos interesses da gestão atuante no momento analisado. Deste modo Bragança passou por várias fases levando em consideração o meu tempo de trabalho. Em todas as fases em questão pouca ou nem uma abertura se deu para que os técnicos como eu, pudessem participar de fato das decisões. Nossa atuação sempre foi no nível técnico operacional elaborando propostas de projetos. A maioria deles sempre de realização de eventos e trabalhos de estudos técnicos. Além claro de atuar na realização dos eventos. Um grande avanço ocorreu quando se conseguiu um convênio com o MTur que apesar de ter foco no turismo religioso trouxe como produto um plano de posicionamento de mercado do turismo religioso que por fim acabou contemplando o turismo como um todo no município, mas, neste caso, não foram implementadas nem uma das medidas sugeridas no plano por falta de interesse político, penso eu”.

Essas afirmações dos gerentes 1 e 3 comprovam a afirmativa de Lourenço (2005, p. 41-42) que “o processo de formulação e implementação de políticas públicas é eminentemente político, na medida em que certos grupos sociais, para verem executadas as ações públicas de seu interesse, exercem influência sobre os tomadores de decisões governamentais”. Deste modo, as “políticas públicas são produto de um intrincado processo de pressões políticas exercidas por grupos da sociedade civil, bem organizados e influentes politicamente, e das predisposições políticas do governo”.

A ênfase nas ações de realização de eventos pode ser percebida também na fala do dirigente 2, que ao falar de seu papel dentro do planejamento do turismo de Bragança ao dizer que tentou “(...) fomentar os setores que faziam a parte cultural de Bragança. Retomei o carnaval de rua, com o desfile dos blocos e através dele, contar um pouco de sua história”.

Outra dificuldade apontada na fala do gerente 2 diz respeito a relação entre Estado e municípios, principalmente, a questão da falta de publicidade do Plano Ver-o-Pará, o mesmo é disponibilizado em versão resumida aos municípios e mesmo ao público de um modo geral interessado em consultá-lo, conforme vimos anteriormente, essa foi também uma questão levantada pela pesquisadora no momento da coleta de dados. De acordo com a fala desse ator social, “não foi

disponibilizado aos municípios o plano na íntegra, somente o plano executivo (resumido), e também não houve um movimento amplo tanto do governo estadual quanto do municipal nesse sentido”.

Essa situação nos leva a questionar como ocorre a articulação entre as políticas de turismo do Estado e os municípios? Já que o plano de turismo não é disponibilizado na íntegra. Ou o conhecimento de parte dele é o suficiente para essa articulação? Visto que a construção de políticas públicas de turismo não deve ser articulada apenas dentro do município entre setor público e comunidade local, mas também entre a gestão pública municipal, estadual e federal.

Desta forma, as políticas públicas devem ser articuladas entre todas as esferas de poder, por todos e para todos, quebrando o tradicional afastamento entre Estado e sociedade, pensando na solução de diversos problemas de gestão urbana, ambiental, social, econômica e humana, e não somente nos problemas de cunho econômico, porque segundo Gastal e Moesch (2007) as políticas públicas de democratização:

Não devem se restringir ao imediatismo, ao localismo das reivindicações e demandas, mas se transformar em instrumento de planificação e apropriação dos grandes e variados problemas de gestão urbana, ambiental, social, econômica e humana, bem como de domínio sobre o aparato do Estado, tradicionalmente afastado e refratário à participação e ao controle popular (GASTAL; MOESCH, 2007, p. 40).

No que diz respeito a essas questões levantadas o dirigente 1 fala sobre a implantação do Plano Ver-o-Pará que “aconteceu por iniciativa do Governo do Estado, através da então recém-criada Secretaria de Estado de Turismo, que aproveitando um diagnóstico realizado por empresa do exterior contratada anteriormente, dividiu o Estado em Pólos Turísticos, priorizou algumas regiões e municípios para a atividade e as ações relacionadas ao Turismo e chamou esses municípios para que começassem a se organizar para participar desse plano”, assim, o que podemos inferir dessa fala é que por mais que o plano não tenha sido disponibilizado na íntegra aos municípios, eles foram chamados a participar desse plano sim e deveriam planejar suas ações em acordo com as ações previstas no mesmo.

Em seguida, com a intenção de compreender as concepções de turismo presentes nas falas dos atores sociais analisados, balizou o trabalho de análise e interpretação o entendimento do turismo como:

(...) uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico (MOESCH, 2002, p. 9).

Isto é, pode ser compreendido como um fenômeno sociocultural, que vai bem além da simples apreensão deste como objeto de consumo no sistema econômico. Assim, podemos afirmar que o gerente 2 tem uma compreensão ampla do conceito de turismo e compartilha do mesmo entendimento de que “o turismo é um fenômeno sociocultural complexo, que envolve aspectos econômicos, sociais, políticos, ambientais, entre outros, que influenciam no fazer turismo”.

Já o gerente 1 apesar de falar que o turismo é um importante meio para o desenvolvimento local e da necessidade de ser realizado de forma sustentável e responsável, o que podemos identificar como um avanço. Porém a sua fala revela também uma concepção reducionista do turismo ao considerá-lo apenas como uma atividade, como podemos ver, uma “atividade socioeconômica de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do lugar quando realizado de forma sustentável e responsável, tendo como base as políticas públicas de forma positiva através do entrosamento entre governo, comunidade e empresários”.

Infelizmente, esse ainda é recorrente o entendimento como o do gerente 3 que trata o turismo como uma atividade limitada pelas dimensões tempo e espaço, diz que é uma “atividade que as pessoas desenvolvem e que envolve o deslocamento temporário de seu local de residência para outro, impulsionados pelas mais diferentes motivações como lazer, cultura, descanso e etc. É ainda um sistema inter-relacionado do meio ambiente cultural, econômico, social e cultural que facilitam tal deslocamento”.

No caso da dirigente 2 e gerente 4 notamos em suas falas uma dificuldade de se compreender a concepção de turismo para além das questões mercadológicas. O dirigente 2 entende o turismo como “Um setor extremamente importante para a

economia do país. Com o seu implemento, há geração de emprego e renda e consequentemente a economia local é beneficiada”. Ao passo que o ator social 6 afirmar que o “turismo é uma atividade econômica que engloba uma cadeia de prestadores de serviços”.

O dirigente 1 também trata o turismo como uma atividade econômica, quando ao conceituá-lo diz que “falando de uma maneira bem simplória é a atividade de ir e vir de um lugar a outro, para realizar uma necessidade ou um desejo, a trabalho ou não, contemplando todas as necessidades dessa ação: transporte, hospedagem, alimentação, lazer, etc., por isso é uma das atividades econômicas mais prazerosas que existem, tanto para quem empreende como para quem toma o serviço”, o que se apresenta como uma das dificuldades, pois esses conceitos reduzem a complexidade do turismo.

De maneira geral, alguns dos atores sociais analisados apresentaram avanço em suas compreensões acerca do turismo, apesar do foco na questão mercadológica dada pelos dirigentes 1 e 2 e gerente 4, contraditoriamente, o gerente 4 acredita que o turismo “pode levar desenvolvimento socialmente justo para a localidade/cidade”.

Contudo, esse reducionismo presente nas falas dos atores sociais reflete na forma como a conceituação do turismo é utilizada pelas entidades governamentais, que conforme Pakman (2014, p. 5), “enquanto entidades governamentais, para subsidiar políticas e programas de governo, seu interesse é explicitamente operacional, de uso prático, e não de preocupação conceitual, de discussão do termo visando à compreensão do fenômeno do turismo”, já que esses atores estiveram ou estão envolvidos diretamente com a gestão do turismo em Bragança.

Em relação ao tema desenvolvimento endógeno nenhum dos atores sociais se referenciou diretamente a concepção utilizada nesta pesquisa que considera o desenvolvimento endógeno como o tipo de desenvolvimento que “visa atender às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida”, com o objetivo de buscar o bem-estar sociocultural e econômico da população local (BENI, 2006, p. 36), mas um dos atores fez alusão à necessidade de promover o desenvolvimento local por meio da participação ativa da comunidade, o gerente 1.

Quando o gerente 1 fala da importância do turismo para “o desenvolvimento econômico e social do lugar quando realizado de forma sustentável e responsável, tendo como base as políticas públicas de forma positiva através do entrosamento entre governo, comunidade e empresários”, podemos notar a noção de desenvolvimento endógeno presentes na preocupação com o desenvolvimento do lugar, e também quando aponta a necessidade da participação da comunidade, ao falar do entrosamento entre governo, comunidade e empresários para o planejamento das políticas públicas.

O ideal é que esse entrosamento leve os processos de desenvolvimento econômico se dinamizarem e impulsionarem “de baixo para cima”, através de decisões de investimento e de localização dos atores locais, públicos e privados, e do controle dos processos por parte da sociedade organizada” (BARQUERO, 2004, p. 213-214). Porque o desenvolvimento endógeno é justamente “[...] uma interpretação voltada para a ação, associada ao momento em que a sociedade civil se mostra capaz de dar, mediante uma política de desenvolvimento local, uma resposta aos desafios produzidos pelo aumento da concorrência nos mercados” (BENI, 2006, p. 35).

O gerente 4 confere o desenvolvimento local à execução de uma política pública bem planejada, ao dizer que “uma política pública bem planejada pode levar desenvolvimento socialmente justo para a localidade/cidade”, o que pode significar um avanço dependendo do que o ator social entende como um planejamento bem feito, o que não está claro na sua fala.

Os demais atores sociais apenas apontaram mudanças que significaram um desenvolvimento do turismo no município, como por exemplo, o aumento no número de hotéis e restaurantes e de qualificações profissionais, e o dirigente 2 discorre sobre a importância do PRT para o desenvolvimento de Bragança no contexto regional, mas nenhum desses atores sociais identificou que tipo de desenvolvimento é esse que foi implementado e se em sua opinião ele é o desenvolvimento ideal para a localidade.

Quanto ao conceito de participação entendido como “o envolvimento dos membros da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural” (SAMPAIO, 2013, p. 44), na fala dos atores sociais,

mesmo que implicitamente, podemos identificar a consciência da necessidade da participação da comunidade local na construção das ações de turismo em Bragança e são apontadas dificuldades dessa participação na localidade.

Segundo o gerente 1 (ao descrever seu papel na SETUR cita que houveram várias tentativas de integrar a comunidade local e a iniciativa pública a fim de juntos pensarem as questões do turismo, quando diz “a tentativa não bem-sucedida de aplicar o entrosamento entre governo, comunidade e empresários através da mobilização e sensibilização”.

Ou quando o gerente 3 apontada ausência total de participação da comunidade no planejamento local e na implantação do Plano Ver-o-Pará, e na falta de protagonismo à frente do COMTUR: “quando cheguei ao município, no final de 2007, já existia um plano municipal de turismo que até onde sei nunca teve participação popular. O momento de implantação do plano Ver-o-Pará foi um período onde menos o corpo técnico da SETUR teve acesso a esse tipo de informação ou decisão e não lembro de nem uma audiência pública com a comunidade local. No entanto foi realizada a criação do conselho municipal de turismo, mas que sempre deixou a desejar no que se refere a assumir seu verdadeiro papel frente as necessidades para o turismo do município”.

Já o dirigente 1 é da opinião de que há sim uma participação da comunidade, mas muito pequena, ao falar que “a comunidade participa ainda muito timidamente, principalmente pela inconstância de funcionamento do Conselho Municipal”, se notarmos a articulação do COMTUR é um dos pontos de dificuldades mais fortes no que diz respeito a tentativa de integração entre setor público, privado e comunidade local.

Não identificamos na fala dos demais atores sociais qualquer menção ou relação à necessidade de participação da comunidade. Isso se deve ao fato de que a participação talvez seja uma das concepções mais difíceis de ser colocada em prática, porque é necessário educar para uma qualidade participativa, que resulta de uma concepção não fragmentada do conceito de participação e de turismo, e ainda são poucos que têm essa concepção.

EVIDÊNCIAS FINAIS

Evidenciamos a partir da pesquisa realizada que as práticas intituladas de políticas de turismo no município de Bragança não possibilitaram um desenvolvimento endógeno nesses últimos 12 anos, e essa é a resposta para o problema de pesquisa proposto.

Ao entender que desenvolvimento endógeno é o tipo de desenvolvimento que “visa atender às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida”, com o objetivo de buscar o bem-estar sociocultural e econômico da população local, conforme afirma Beni (2006, p. 36), e que em Bragança os atores sociais (às empresas, às organizações, às instituições locais, assim como à própria comunidade local) não têm papel principal nos processos de crescimento e mudança estrutural, não existe a participação ativa da comunidade que é uma premissa para o desenvolvimento endógeno, assim podemos afirmar que esse desenvolvimento não aconteceu no município, visto que o COMTUR que é o único órgão deliberativo de turismo com representação de parte da comunidade, a sociedade civil organizada, não funciona.

Ao contrário do que defende Barquero (2004, p. 213-214) que “os processos de desenvolvimento econômico se dinamizam e impulsionam “de baixo para cima”, através de decisões de investimento e de localização dos atores locais, públicos e privados, e do controle dos processos por parte da sociedade organizada” para que o desenvolvimento endógeno possa acontecer dentro da localidade, na verdade, encontramos na fala dos gerentes que os gestores públicos não dão importância para o turismo e ainda que não observam a participação da comunidade nas ações de turismo, fica nítido que todas as decisões são “de cima para baixo” no município, porque são tomadas pelo poder público e, conseqüentemente, como infelizmente as ações expressas nas políticas públicas perpassam por um conjunto de interesses dos agentes decisórios são tendenciosas e beneficiam uma pequena parcela da comunidade.

Há um visível distanciamento entre a teoria sobre como deveria ser o desenvolvimento no município tornando-se endógeno e a prática sobre o que é o

desenvolvimento em Bragança, um desenvolvimento excludente e autoritário. Desta forma, elucida ao objetivo específico apresentado neste trabalho de analisar o distanciamento ou proximidade ao que deve ser uma política que gera desenvolvimento local endógeno com as práticas implantadas pelo município de Bragança, segundo as teorias.

Soma-se a essa gestão pública unilateral e tendenciosa, e também as descontinuidades políticas, as circunstâncias de limitações teórico metodológicas nas ações de turismo da localidade. Podemos afirmar que essas limitações, especialmente as teóricas, referem-se à concepção limitada e fragmentada do conceito de participação e de turismo, que pode ser um reflexo de uma formação precária dos gestores públicos. Isso responde ao objetivo de analisar os programas, os projetos e as ações levantados de forma a entender o conceito de turismo e participação social presentes nestes.

Na pretensão de apresentar a concepção de “política pública de turismo” em Bragança nos últimos doze anos incorremos no mesmo problema da limitação teórica, ou ainda pior da ausência teórico, de todos os documentos analisados não encontramos nenhum que apresentasse essa concepção. O que encontramos de mais próximo diz respeito à apresentação nos dois Planos Diretores do município do objetivo da política pública de turismo, que é “ampliar a atividade turística aproveitando todas as potencialidades, levando em consideração os recursos naturais, culturais, do patrimônio histórico, de forma sustentável e respeitando as legislações ambientais” (BRAGANÇA, 2006; BRAGANÇA, 2015).

Objetivo esse que não foi posto em prática, o que implica no erro apontado por Krippendorf (2009, p. 8) de que na “aplicação prática e ampla de uma política pública de turismo social e ecologicamente responsável, em todos os âmbitos (empresarial, local, regional nacional, internacional, tanto de consumidores como de produtores), não aconteceu ainda”.

Para a análise documental, inclusive a teórico metodológica, identificamos os seguintes documentos que serviram como base nas ações em turismo em Bragança-PA: Plano Ver-o-Pará – Plano Estratégico do Turismo no Estado do Pará 2012-2020 (Relatório executivo); Inventário da Oferta Turística do município de Bragança; Planos Diretores de Bragança de 2006 e 2015; Plano Estratégico Institucional de Bragança; Lei Orçamentária Anual de 2012; Projeto Fomento ao

Turismo Religioso com foco na Festividade de São Benedito em Bragança – PA; e, Plano de posicionamento de mercado do produto turístico, produto final resultante do referido projeto.

Um dos objetivos mais difíceis de alcançar neste projeto foi o de identificar os efeitos dos programas, projetos e as ações que foram realizados pela pasta do turismo no desenvolvimento endógeno de Bragança nestes últimos doze anos, primeiramente porque, como já mencionado, não houve o desenvolvimento endógeno do município.

Depois podemos perceber que nas ações de planejamento do turismo no percorrer da história de Bragança/PA a maior parte dos resultados esperados do turismo na localidade não aconteceram, como por exemplo, o COMTUR deveria promover a articulação do setor público e sociedade civil organizada em torno das questões do turismo no município, mas sabemos que ele está inativo; a Lei nº. 3.623/03 de 10 de junho de 2003 que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais às Empresas Hoteleiras, Extra-Hoteleiras e às empresas de apoio a indústria do turismo do município deveria incentivar os investimentos na área de turismo no município, concedendo incentivos fiscais à iniciativa privada para implantação de empreendimentos turísticos, mas desconhecemos que esse benefício tenham sido concedidos; e o PRT deveria inserir Bragança no cenário do turismo brasileiro, talvez tenha feito em parte em outras ações, mas no que diz respeito à divulgação o município não aparece no material promocional do MTur que inclui o Norte do país.

Talvez até por isso Bragança esteja classificada na nova categorização do MTur no cluster D pela falta de divulgação do município ou do polo turístico Amazônia Atlântica, além disso pode ser pensada a estruturação do município para novas atividades, como os esportes de aventura, tendo sempre o cuidado de não massificar o turismo e de atrair para a localidade um público responsável, preocupado com o outro, em preservar sua cultura e seu meio ambiente.

Um dos objetivos específicos apontados nesta pesquisa diz respeito à identificação da participação da comunidade local na construção das ações de turismo, que com a análise de dados pudemos inferir que é inexistente no planejamento, execução e monitoramento das ações de turismo propostas pelo Estado e pelo município. Houve apenas no projeto de Fomento ao Turismo Religioso a chamada da comunidade local para consulta pública, a consulta pública que

diferente da participação por se tratar do ato de “(...) consultar os moradores e solicitar suas opiniões é, com frequência, erroneamente entendido como participação. É verdade que colher opiniões ou oferecer benefícios são ambos elementos de uma abordagem participativa, mas nenhuma dessas atividades propicia o engajamento efetivo das pessoas. Em uma abordagem genuinamente participativa, a comunidade local é consultada e tem voz ativa na tomada de decisões” (BRANDON, 2001, p. 235).

Na verdade, nem podemos afirmar que foi uma consulta, foi mais uma apresentação do projeto, desse modo na prática não houve uma participação, mesmo porque essa é entendida como “o envolvimento dos membros da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural” (SAMPAIO, 2013, p. 44).

Então, uma das características mais importantes no desenvolvimento endógeno é o protagonismo da comunidade local “(...) quando a maior parte dos recursos utilizados é de origem local (empresas locais, trabalhadores de elevado profissionalismo e formados localmente, recursos financeiros acumulados na zona, tecnologia inovadora introduzida na área), o processo de desenvolvimento torna-se completamente endógeno”. E por sua vez ao atingir este estágio, “o sistema local está em condições de dirigir o seu próprio processo de desenvolvimento e de transformação” (GAROFOLI, 1994, p. 41 *apud* DALLABRIDA, SIEDENBERG, FERNÁNDEZ, 2010, p. 114).

Finalmente, as inúmeras dificuldades sentidas no decorrer da pesquisa correspondem ao complexo desafio da construção de um turismo humanizador e de políticas públicas democráticas, por meio dos processos participativos nas comunidades locais rumo ao desenvolvimento endógeno da localidade. Por isso é importante reconhecer que a comunidade se constitui como um grupo diverso, com interesses divergentes e, conseqüentemente, conflitos de interesse, desse modo o poder público deve estar preparado para mediar esses conflitos e maximizar os benefícios do turismo por meio dos processos participativos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARQUERO, Antônio Vazquez. In: SEABRA, Giovanni (Org). *Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.

_____. Desenvolvimento endógeno: interação das forças que governam os processos de crescimento econômico. In: VERGARA, Patricio (Org.). *Desenvolvimento endógeno: um novo paradigma para a gestão local e regional*. Fortaleza: IADH, 2004. p. 207-234.

BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2003.

BENI, Mário Carlos. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

_____. *Análise estrutural do turismo*. 12. ed. rev. e atualiz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

_____. Clusters de Turismo. In: _____ (Org.). *Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão - desenvolvimento regional, rede de produção e clusters*. Barueri: Manole, 2012, p. 517-546.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varriale et. al. 11. ed. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O que é participação?* 5. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987. (Primeiros Passos; 95)

BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projeto de turismo de natureza. In: LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. (Ed.). *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

BRAGANÇA. Prefeitura Municipal de Bragança. Secretaria Municipal de Turismo. *Inventário da oferta turística do município de Bragança*. Bragança/PA: PMB/SETUR, 2013.

_____. *Festividade da Marujada do Glorioso São Benedito*. Bragança/PA: PMB/SETUR, nov. 2013.

BRAGANÇA. Prefeitura Municipal de Bragança. Secretaria Municipal de Cultura e Desportos. *Relatório de estudo da gestão e legislação municipal de patrimônio*. Bragança/PA: PMB/SECULD, s/d.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº. 19.841, de 22 de outubro de 1945*. Promulga a Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça, assinada em São Francisco, a 26 de junho de 1945, por ocasião da Conferência de Organização Internacional das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm> Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Departamento de Produtos e Destinos. Departamento de Estudos e Pesquisas. Coordenação-Geral de Estruturação de Destinos. *Programa de Regionalização do Turismo - Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro*: cartilha. Brasília: MTur, ago. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Portaria MTur nº. 144, de 27 de agosto de 2015*. Brasília: MTur, 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=822>> Acesso em: 16 out. 2015.

_____. Municípios são agrupados em cinco categorias. *Categorização*, Brasília, 25 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/2015-04-06-13-25-43.html>> Acesso em: 14 out. 2015.

_____. *Inventário da Oferta Turística*. Coordenação de Ana Clévia Guerreiro Lima. Brasília: MTur, 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. *Programa de Regionalização do Turismo*: diretrizes. Brasília: MTur, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. *Segmentação do turismo e o mercado*. Brasília: MTur, 2010.

_____. *Plano Nacional de Turismo 2007/2010*. Brasília: MTur, 2007.

BROSE, Markus: *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local, 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho*. Santa Cruz do Sul (RS): Ed. EDUNISC, 2000.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Tradução de Ruth Joffily. Prefácio de Jean Ladrière. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s/d.

CARVALHO, Gisele Maria de Oliveira. *A festa do "Santo Preto": tradição e percepção da Marujada Bragantina*. Dissertação (mestrado), Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2010.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2. ed. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 2)

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012. p. 295-316. (Coleção Sociologia)

DALLABRIDA, Valdir Roque; SIEDENBERG, Dieter Rugar; FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. Desenvolvimento territorial: uma revisão teórica na perspectiva da territorialização do desenvolvimento. In: WITTMANN, Milton Luiz; RAMOS, Marília Patta (Orgs.). *Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. ver. e ampl. 13. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. *Estatísticas Municipais Paraenses*: Bragança. Belém: FAPESPA, 2016.

_____. *Boletim de Turismo do Estado do Pará*. Belém: FAPESPA, 2016.

FREITAS, Letícia Lima de. *Sustentabilidade sociocultural e turismo na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu*. Dissertação (mestrado), Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Programa de Pós-graduação em Turismo, Brasília, 2013.

FUNDAÇÃO HILÁRIO FERREIRA. *Inventário Cultural de Bragança*. [S.l.]: Central de Produção/Belle Époque Produtora, 2010.

GASTAL, Susana; MOESCH, Marutschka. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph, 2007. (Coleção ABC do Turismo)

GASTAL, Susana. Da teoria à prática: pensando o turismo. In: _____. MOESCH, Marutschka Martini (Orgs.). *Um outro turismo é possível*. São Paulo: Contexto, 2004.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: _____; SALM, José Francisco (Orgs.). Apresentação: Tomás de Aquino Guimarães. *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014, p. 23-50.

HOLANDA, N. *Planejamento e projetos*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1974

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades, Pará, Bragança*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150170&search=||in%20fogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>> Acesso em: 20 out. 2016.

_____. *Produção Agrícola Municipal 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Tradução: Contexto traduções. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Aleph, 2009. (Série Turismo)

LOURENÇO, Marcus Santos. Políticas públicas e desenvolvimento. In: SILVA, Christian Luiz da; MENDES, Judas Tadeu Grassi (Orgs.). *Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sobre a ótica multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LUBISCO, Lídia M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas. *Manual de estilo acadêmico: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses*. 5. ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

MINGOTI, S. A. *Análise de Dados Através de Métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MOESCH, Marutschka Martini. *A produção do saber turístico*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, Sergio. *Conceptualización del turismo*. México: Limusa, 1997.

MOREIRA, Camila. Farinha de Bragança terá selo de qualidade da Adepará. *Agência Pará de Notícias*, Belém, SECOM, 01 mar. 2016. Disponível em: <agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=122258>. Acesso em: 10 mar. 2016.

MORIN, Edgar; KERN, Anne-Brigitte. *Terra-pátria*. Tradução de Paulo Azevedo Neves da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 1993.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2008.

PAKMAN, Elbio Troccoli. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à história do pensamento turístico. *Anais*. In: XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 11., 2014, Fortaleza. Fortaleza/CE: Universidade do Estado do Ceará, 24 a 26 set. 2014.

PALÁCIOS, Marcos. O medo do vazio: comunicação, socialidade e novas tribos. In: RUBIM, Antonio A. C. (Org.). *Idade média*. Salvador: UFBA, 2001.

PARÁ. Gabinete do Governador. *Lei nº. 7.593, de 28 de dezembro de 2011*. Cria o Sistema Estadual de Gestão do Turismo, a Secretaria de Estado de Turismo, e dá outras providências. Disponível em: <<http://ioepa.dominiotemporario.com/2011/12/29.12.caderno.02.pdf>> Acesso em: 07 nov. 2016.

_____. *Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008*. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.ioepa.com.br/diarios/2008/2008.06.20.DOE.pdf>> Acesso em: 27 jan. 2017.

PARÁ. Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia. Companhia Paraense de Turismo. *Resolução nº. 001 de 12 de maio de 2009*. Dispõe sobre a adequação dos Pólos turísticos às novas regiões turísticas estabelecidas no Decreto Estadual de nº 1.066, de 19 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.ioepa.com.br/diarios/2009/2009.05.12.DOE.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2016.

_____. *Resolução nº. 002 de 12 de maio de 2009*. Estabelece critérios para a classificação dos Municípios do Estado do Pará na qualidade de municípios turísticos, municípios de potencial turístico e municípios de apoio ao turismo, de acordo com a nova Política de Regionalização do Turismo estabelecida no Decreto Estadual de nº. 1.066, de 19 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.ioepa.com.br/diarios/2009/2009.05.12.DOE.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2016.

PARÁ. Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos. Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural. *Zoneamento Ecológico-Econômico das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará*. Editores Técnicos: Carmen Roseli Caldas Menezes, Marcílio de Abreu Monteiro e Igor Maurício Freitas Galvão. Belém, PA: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010.

PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo do Pará. Diretoria de Políticas para o Turismo. Coordenadoria de Estudos, Pesquisas e Informações. Secretaria Municipal

de Turismo de Bragança (Coord.). *Pesquisa de demanda turística do Carnaval de Bragança 2014*. Belém: SETUR/DPOT/CEPI, 2014.

PARÁ. Secretaria Especial de Estado de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção. Secretaria de Estado de Turismo. Companhia Paraense de Turismo. *Plano Ver-o-Pará - Plano estratégico do turismo do Estado do Pará 2012-2020: Relatório executivo*. Belém: Chias Marketing Ltda., nov. 2011.

PAVIANI, Jayme. *Epistemologia prática: ensino e conhecimento científico*. Caxias do Sul: Educs, 2009.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Organização: Paula Yone Stroh. Tradução José Lins Albuquerque Filho. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SAMPAIO, Ana Cláudia Macedo. *A cultura da participação e o saber-fazer do turismo: estudo de caso Observatório para o Turismo Sustentável de Cavalcante-GO*. Dissertação (mestrado), Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Programa de Pós-graduação em Turismo, Brasília, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Christian Luiz da. *Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar*. In: SILVA, Christian Luiz da; MENDES, Judas Tadeu Grassi (Orgs.). *Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sobre a ótica multidisciplinar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA JUNIOR, Oswaldo Gomes de; SILVA, José Luis Gomes da. A influência da modalidade pesqueira no emprego e na renda da população local. *Anais*. In: XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, 13., 2009, São José dos Campos. São José dos Campos/SP: Universidade do Vale do Parnaíba, 16 e 17 out. 2009.

TRIBE, John. The indiscipline of tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 24, n. 4, p. 638-657, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 1. ed. 20. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

YIN, Robert K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Tradução Ana Thorell. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

Apêndice I – Questionário para gestores e servidores da SETUR



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO – CET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO**

Este questionário é parte integrante da dissertação intitulada “Desenvolvimento endógeno e turismo: análise da construção das políticas públicas do município de Bragança-PA”, que busca compreender se as práticas intituladas de políticas de turismo no município de Bragança são possibilitadoras de um desenvolvimento endógeno.

Nome:

Formação:

Área de atuação:

Cargo:

Período em que trabalhou ou trabalha na Secretaria Municipal de Turismo de Bragança?

1. O que você entende por turismo?

2. Qual foi seu papel dentro do planejamento do turismo de Bragança?
3. Você acompanhou o processo de inclusão de Bragança como um dos destinos prioritários no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, em 2004? Caso positivo, em sua opinião, essa inclusão promoveu alguma mudança no município? Quais foram às principais mudanças percebidas?
4. Você participou do processo de implantação/inclusão do município de Bragança no Plano Ver-o-Pará – Plano Estratégico de Turismo do estado do Pará (2012-2020)? Caso positivo, relate como ocorreu esse processo.
5. A partir deste plano de governo foi implantado um sistema de planejamento para o desdobramento no local? Caso positivo, como ocorreu esse processo? Quem participou? Como se deu o processo de participação da comunidade?
6. Você avalia se houve mudanças na localidade quanto ao desenvolvimento em relação às ações de turismo? (Se aumentou o número de hotéis, a qualificação profissional, entre outras coisas)

Muito obrigada pelo seu tempo e pela sua contribuição.

Apêndice II – Exemplo do quadro de análise do conteúdo para interpretação de trechos dos documentos/questionários coletados: Ator social 1

Temas	Rubricas		
	Concepção	Dificuldades	Avanços
Políticas Públicas	É uma resposta do Estado às demandas da sociedade, por meio de um conjunto de ações e omissões em determinada área ou em relação a uma questão que chama atenção dos agentes decisórios.	Na verdade Bragança não teve um planejamento turístico de verdade, pois geralmente os últimos gestores municipais, não acreditam que o turismo seja uma atividade que irá trazer desenvolvimento econômico para o município, até ouviam, mas como isso se dá a longo prazo, para os que passaram pelo governo não tinha muita importância e interesse	(...) tendo como base as políticas públicas de forma positiva através do entrosamento entre governo, comunidade e empresários
Turismo	É uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico.		Atividade socioeconômica de grande importância para o desenvolvimento econômico e social do lugar quando realizado de forma sustentável e responsável, tendo como base as políticas públicas de forma positiva através do entrosamento entre governo, comunidade e empresários
Desenvolvimento Endógeno	É o tipo de desenvolvimento que visa atender às necessidades e demandas da população local por meio da participação ativa da comunidade envolvida, com o objetivo de buscar o bem-		(...) o desenvolvimento econômico e social do lugar quando realizado de forma sustentável e responsável, tendo como base as

	estar sociocultural e econômico da mesma.		políticas públicas de forma positiva através do entrosamento entre governo, comunidade e empresários
Participação	Refere-se ao envolvimento dos membros da comunidade em um processo coletivo de transformação, conquistando uma presença ativa e decisória nos processos de produção, distribuição, consumo, vida política e criação cultural.	(...) a tentativa não bem sucedida de aplicar o entrosamento entre governo, comunidade e empresários através da mobilização e sensibilização Quem acompanhou este processo foi o secretário	

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017

ANEXOS

Anexo I – Lista de bens tombados do município de Bragança/PA

Nome do bem	Endereço	Data da proteção	Tipo de tombamento
Igreja de São Benedito	Av. Visconde do rio Branco, s/nº, entre a Trav. Cônego Miguel e Rua General Gurjão.	11/09/2006 04/10/2006	Estadual* Municipal
Catedral de Nossa Senhora do Rosário	Praça da Catedral, bairro Centro, s/nº, entre Trav. Marcelino Castanho e Trav. João XXIII.	15/01/2008	Municipal
Residência Oficial dos Prefeitos	Rua Treze de Maio, bairro Centro, s/nº, esquina com a Rua Sete de Setembro e Trav. do Riozinho.	15/01/2008	Municipal
Casa da Cultura	Rua Treze de Maio, Bairro Centro, s/nº entre Trav. Senador José Pinheiro e Trav. Marcelino Castanho.	04/10/2006	Municipal
Mercado de Carne	Av. Visconde do Rio Branco, bairro Centro, s/nº, entre Trav. Senador José Pinheiro e Trav. Marcelino Castanho.	04/10/2006	Municipal
Escola Monsenhor Mâncio Ribeiro	Trav. Senador José Pinheiro, bairro Centro, s/nº, entre Av. Marechal Floriano Peixoto e Rua General Gurjão	15/01/2008	Municipal
Imóvel de J. Paes Ramos	Av. Visconde Rio Branco, bairro Centro, nº 1958, esquina com Trav. Senador José Pinheiro e Rua General Gurjão.	04/10/2006	Municipal
Casa Madrid	Trav. Senador José Pinheiro, bairro Centro, nº 188, entre Rua Dr. Justo Chermont e Rua General Gurjão.	15/01/2008	Municipal
Imóvel de J. M. M. Cardoso	Rua Dr. Justo Chermont, bairro Centro, nº 42, entre Trav. Cônego Miguel e Trav. Vigário Mota.	15/01/2008	Municipal

Residência dos Medeiros	Rua Treze de Maio, bairro Centro, nº 6132, entre Trav. Cônego Miguel e Trav. Vigário Mota.	15/09/1999	Estadual*
Coreto pavilhão Senador Antônio Lemos	Praça Antônio Pereira, s/nº, entre a rua Dr. Chermont e rua General Gurjão, em frente ao Palacete Augusto Corrêa.	04/10/2006	Municipal
Residência da Família Ferreira	Trav. Senador José Pinheiro, nº 240, bairro Centro, entre Av. Marechal Floriano Peixoto e Rua Dr. Justo Chermont.	04/10/2006	Municipal
Imóvel do Antigo Hotel dos Viajantes	Rua General Gurjão, nº 1023, bairro Centro, entre Trav. Senador José Pinheiro e Vereador Marcelino Castanho.	15/01/2008	Municipal
Antigo Vice Consulado de Portugal	Trav. Polidório Coelho, bairro Centro, nº 35, entre Ruas Pastor Menininho Rey e Dr. Roberto.	15/01/2008	Municipal

Nota: Bens tombados pelo Estado no município de Bragança, de acordo com as informações da Secretaria de Cultura do Estado do Pará - SECULT.

Fonte: PMB/SECULD, s/d.